

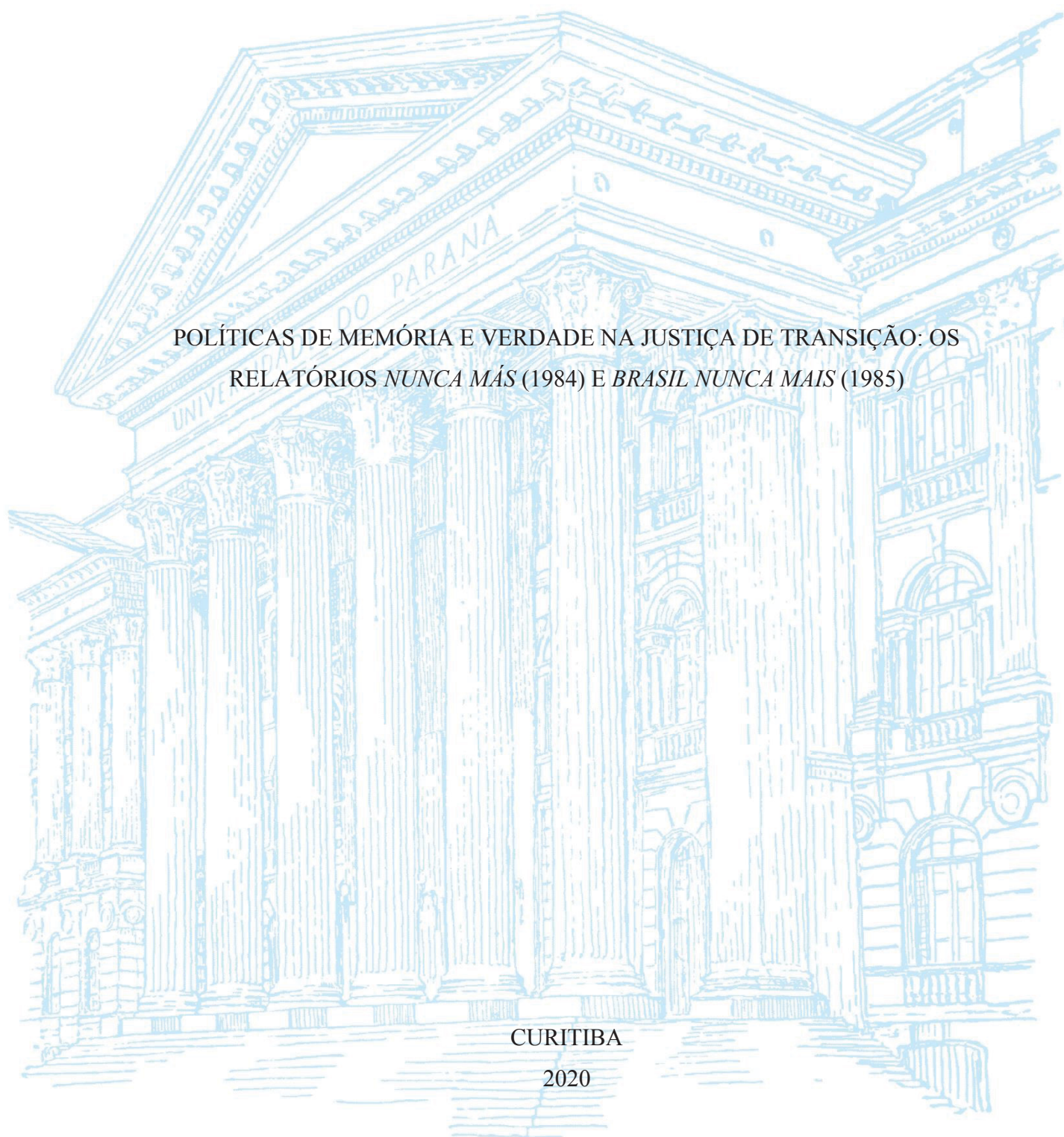
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA CAROLINA CONTIN KOSIAK

POLÍTICAS DE MEMÓRIA E VERDADE NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: OS
RELATÓRIOS *NUNCA MÁIS* (1984) E *BRASIL NUNCA MAIS* (1985)

CURITIBA

2020



ANA CAROLINA CONTIN KOSIAK

POLÍTICAS DE MEMÓRIA E VERDADE NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: OS
RELATÓRIOS *NUNCA MÁIS* (1984) E *BRASIL NUNCA MAIS* (1985)

Dissertação apresentada à linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimentos na História, ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gonçalves.

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Kosiak, Ana Carolina Contin
Políticas de memória e verdade na justiça de transição : os Relatórios
Nunca más (1984) e *Brasil nunca mais (1985)*. / Ana Carolina Contin Kosiak. –
Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Marcos Gonçalves

1. Brasil – Política e governo – História. 2. Brasil – História – Ditadura.
3. Justiça de transição – Brasil. 4. Prisioneiros políticos. 5. Argentina - História.
6. Memórias. I. Gonçalves, Marcos, 1961 -. II. Título.

CDD – 320.981



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANA CAROLINA CONTIN KOSIAK** intitulada: **Políticas de memória e verdade na justiça de transição: os Relatórios Nunca más (1984) e Brasil Nunca mais (1985)**, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS GONÇALVES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Março de 2020.

Assinatura Eletrônica

31/03/2020 15:53:00.0

MARCOS GONÇALVES

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

01/04/2020 10:50:46.0

MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/03/2020 16:06:15.0

OZIAS PAESE NEVES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP))

AGRADECIMENTOS

Embora tão somente de minha responsabilidade, este trabalho não teria sido possível sem a participação de pessoas que me acompanham pessoal e academicamente. Seria impossível, em um espaço tão curto, agradecer a todas as pessoas que contribuíram com o desenvolvimento dessa pesquisa. Assim, por mais que corra o risco de esquecer alguns nomes, gostaria de agradecer a algumas pessoas em particular.

Agradeço imensamente ao Professor Dr. Marcos Gonçalves pela valiosa orientação, e por ter acreditado no potencial da minha pesquisa. Agradeço por ter tido o privilégio de trabalhar com um professor que me inspira desde os tempos do curso de graduação em História.

À minha família, que sempre se mostrou presente, nunca economizando em carinho e palavras encorajadoras. À minha mãe, Cássia, e ao meu pai, Jhonny, pelo amor e carinho incondicionais, e por nunca terem medido esforços para me oferecer as melhores oportunidades. Agradeço à minha irmã, Maria Eduarda, por ser um exemplo de coragem, dedicação e companheirismo. Obrigada por relevarem meus períodos de ausência, e por sempre se fazerem presentes. Amo vocês. Como extensão, agradeço às famílias Braunstein-Raskin e Drechsel-Fávero, por me fazerem sentir acolhida, e sempre me apoiarem com carinho e companheirismo.

Ao Henrique, por ser esse companheiro incrível e atencioso. Obrigada por estar presente em todos os momentos, por me incentivar a ir além, e por ser a melhor companhia em todo e qualquer momento – inclusive durante a escrita de muitas páginas deste trabalho. Agradeço muito por você ter entrado em minha vida e segurado minha mão durante essa caminhada, que é ainda mais bonita com você ao meu lado.

Aos colegas, amigas e amigos da linha *Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimentos na História*, Alexandre Cozer, Caroline Gonzaga e Flávia da Rosa Melo, Gabriel Braga, Ingrid Frandji, Jessica Stori, Leon de Carvalho, Lorena Silva, Luanna Bach, Michel Ehrlich e Nicolle Taner, por terem sido as melhores pessoas para se ter por perto.

Agradeço aos professores e professoras que me acompanharam na Pós-Graduação em História, em especial à Professora Dra. Marion Brepohl e ao Professor Dr. Ozias Paese Neves, pela atenta leitura do texto durante a banca de qualificação e a banca final – cujas valiosas contribuições, sugestões de leitura e, principalmente, incentivo, influenciaram muito na escrita do trabalho.

Por fim, agradeço às amigas e amigos, figuras essenciais ao longo desse percurso e que possuem um lugar muito especial em meu coração: Anaíse Barbosa, Angelica Cheng Furquim, Anny Caroline Oldoni, Camila Quadros, Deannie Dzuman, Derek Assenço Creuz, Eduardo

Witt, Isabela Brasil, Ketlin Kiste, Marina Cardoso Farias, Melissa Martins Casagrande, Milena Melo, Patricia Carneiro, Rafaella Nunes, Rodrigo Bonatto e Valéria de Melo Gandin.

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma discussão sobre os processos de justiça de transição na Argentina e no Brasil, sob a perspectiva das políticas de memória e verdade, a partir dos relatórios *Nunca Más* (1984) e *Brasil: Nunca Mais* (1985). Os relatórios “nunca más/mais” ofereciam uma representação particular das ditaduras, centradas na experiência das vítimas de perseguição política. O principal objetivo, então, é analisar como cada relatório contribuiu para a elaboração e institucionalização das políticas de memória e verdade na justiça de transição de cada país, contrastando as particularidades e os lugares comuns de dois países que enfrentavam uma agenda pós-ditatorial. Procura-se entender como se desenvolveram as transições democráticas na Argentina e no Brasil e a possibilidade de os relatórios resultarem em políticas e processos de (re) construção e (re) significação do passado. Outro objetivo é entender a justiça transicional como parte fundamental da história em momentos de ruptura, concentrando-se não apenas no caráter criminoso da transição, mas em sua abertura à defesa dos direitos humanos e na busca de uma consolidação efetiva dos direitos à memória e à memória. verdade como o principal objetivo do desenvolvimento da justiça de transição. A metodologia da pesquisa é baseada na perspectiva comparativa, que busca possibilidades de comparação, reflexão e diálogo entre experiências compartilhadas e diferentes. Como conclusão, os relatórios podem ser considerados instrumentos políticos que evitam o esquecimento, reivindicando justiça e defendendo uma perspectiva de memória e verdade como fundamental para a consolidação efetiva da justiça de transição.

Palavras-chave: *Nunca Más*. *Brasil: Nunca Mais*. Relatórios nunca mais. Memória. Justiça de transição.

ABSTRACT

This research presents a discussion about transitional justice processes in Argentina and Brazil, through the perspective of the policies of memory and truth, from the reports *Nunca Más* (1984) and *Brasil: Nunca Mais* (1985). The “nunca más/mais” reports offered a particular representation of dictatorships, which focused on the experience of victims of political persecution. The main objective, then, is to analyse how each report contributed to the elaboration and institutionalization of memory and truth policies in the transitional justice of each country, contrasting the particularities and commonplaces of two countries that faced a post-dictatorial agenda. It is sought to understand how the democratic transitions in Argentina and Brazil developed, and the possibility that the reports resulted in policies and processes of (re)construction and (re)signification of the past. Another objective is to understand the transitional justice as a fundamental part of history in rupture moments, focusing not only on the criminal character of the transition but on its openness to the defence of human rights, and the search for effective consolidation of rights to memory and truth as the main aim of the development of transitional justice. The research methodology is based on the comparative perspective, which seeks possibilities for comparison, reflection and dialogues between shared and different experiences. In conclusion, the reports can be considered as political instruments that prevent forgetfulness, claiming justice and defending a perspective of memory and truth as fundamental for the effective consolidation of transitional justice.

Keywords: *Nunca Más*. *Brasil: Nunca Mais*. Nunca más/mais reports. Memory. Transitional justice.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Da ditadura à transição: os relatórios Nunca Mais	19
2.1 Ditaduras argentina e brasileira.....	19
2.1.1 Contexto das transições.....	28
2.2 Justiça de transição.....	31
2.3 Os relatórios <i>nunca mais</i>	36
2.3.1 O argentino <i>Nunca Más</i> e os desaparecimentos forçados.....	45
2.3.2 <i>Brasil: Nunca Mais</i> e a denúncia da tortura.....	47
3. Os <i>nunca mais</i> e o campo da memória	56
3.1 Comparando os <i>nunca mais</i> : aproximações e distanciamentos	56
3.1.1 O âmbito de produção dos relatórios	57
3.1.2 Os porões da repressão como fontes de denúncia.....	61
3.1.3 A narrativa do trauma.....	79
3.1.4 Sujeitos na construção da memória.....	73
3.2 Categorias para uma análise memorialística	74
3.2.1 A violência de Estado na discussão da memória	75
3.2.2 Memória coletiva e memória nacional.....	79
3.2.3 Teoria dos dois demônios	82
3.2.4 Para que não se esqueça	84
3.2.5 Considerações sobre o debate memorialístico	87
4. As batalhas da memória: as reações aos informes <i>nunca mais</i>.....	91
4.1 Entre negacionismos e revisionismos: uma memória militar	91
4.2 <i>Brasil: Sempre</i> : a memória dita como “esquecida” como contraposição ao <i>Brasil: Nunca Mais</i>	95
4.3 Uma outra história de denúncia argentina: <i>La otra campana del Nunca Más</i>	119
5. Considerações Finais.....	126
6. Referências.....	130

1. Introdução

A elaboração da presente pesquisa está inserida em um contexto de ascensão de discursos de negacionismos e revisionismos sobre o período das ditaduras latino-americanas – aos quais se contrapõe veementemente. Há um dever, sobretudo memorialístico, em se inverter esse cenário; sem antes compreender os motivos pelos quais nos encontramos nessa situação. Tratar sobre assuntos como repressão, memória, democracia e direitos humanos na América Latina é sempre um desafio. Em que pese sejam temas necessários e emergentes na região; os choques entre diversas lentes de análise acabam por considerar o terreno mais conflituoso e sombrio. Tratar sobre esses assuntos vivenciando a política brasileira entre os anos de 2017 e 2018, especialmente, pode ser considerado um desafio ainda maior. Quando as declarações de apoio e comemoração dos golpes e ditaduras civis-militares advêm de pessoas que ocupam cargos políticos relevantes, e que causam enormes repercussões tanto na política interna, como na externa.

A partir disso, busca-se contribuir para o debate em relação aos períodos repressivos, questionando os discursos políticos que se encontram repetidos no senso-comum; propondo uma análise da temática da memória, suas construções e reconstruções; elaborações e reelaborações; suas formas de trazer uma outra perspectiva sobre a história dos passados repressivos e de constantes violações de direitos humanos.

Ditadura e democracia fazem parte da história do continente latino-americano. Compreender como esses dois fenômenos se tem cruzado é fundamental para entender o processo democrático em curso nos diversos países. Principalmente, no que diz respeito a detectar as perspectivas e potencialidades dessas democracias em construção (ou reconstrução), bem como seus problemas, limites e impasses. Hoje os países da América do Sul procuram constituir uma unidade política e econômica que os ajude a enfrentar e vencer deficiências estruturais (Jelín & Araujo, 2008). O estudo da América Latina no século XX – marcada por golpes militares e por regimes ditatoriais, pela questão agrária, pelo problema indígena, pela explosão demográfica e urbana, pela precariedade da observância dos direitos humanos, pelas enormes desigualdades sociais – traz à tona o gigantesco desafio de construção de democracias plenas e inclusivas e tem-se constituído, nos últimos anos, num campo de reflexões interdisciplinares de grande importância no contexto internacional.

O objeto de pesquisa partiu de experiências atuais sobre a discussão em relação à ditadura civil-militar brasileira; o acesso ao passado; e à própria forma com que a memória

coletiva do período foi elaborada e defendida – e é revisitada por grupos que exercem grande influência na sociedade, inclusive, ocupando posições nos poderes executivo e legislativo.

Importante ressaltar, logo de início, a opção pela terminologia “ditadura civil-militar” para denominar os períodos ditatoriais argentino e brasileiro. Reis defende que a ditadura não foi instaurada de fora da sociedade, mas foi um fruto desta. Nos anos seguintes ao golpe, alguns setores civis que o apoiaram até retiraram esse suporte e chegaram a ter direitos políticos cassados (como o caso do político Carlos Lacerda), porém “os apoios civis da ditadura – ativos e conscientes – continuavam consideráveis” (Reis, 2014: 84). Em função desses aspectos, opta-se por designar o regime como uma ditadura civil-militar.

O trabalho tem como objeto a análise de políticas de memória e verdade nas justiças de transição brasileira e argentina, a partir dos relatórios *Nunca Más* (1984) e *Brasil: Nunca Mais* (1985). O principal objetivo é analisar a forma com que cada relatório contribuiu para a elaboração de políticas de memória e verdade na transição democrática de cada país; contrastando as particularidades e os elementos-comuns de dois países que enfrentavam uma agenda pós-ditatorial. Almeja-se compreender, portanto, como se desenvolveram as transições democráticas no Brasil e na Argentina, como os relatórios *nunca mais* contribuíram para o âmbito da memória do passado ditatorial.

Soma-se a isso a compreensão do processo de elaboração e motivação da escrita dos dois documentos; e a própria definição de justiça de transição. Serão utilizados como fontes o relatório argentino *Nunca Más* (1984) produzido pela Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas – CONADEP – fundada em 1983 –, e o relatório brasileiro *Brasil: Nunca Mais* (1985), desenvolvido pelo Projeto Brasil Nunca Mais – fundado em 1979.

Ademais, a partir do uso de fontes secundárias – livros e publicações que possuem como eixo central a contraposição ao conteúdo dos relatórios *nunca mais* –, discute-se sobre a permanente e discutida uma permanente tensão entre a memória dos “militares” e dos “opositores do regime” na consagração de sua versão como a verdade de uma época, e que se expressa a partir de revisionismos e negacionismos.

A escolha por esses dois países latino-americanos foi feita a partir da necessidade pessoal em reconhecer especificidades e subjetividades em relação à justiça de transição dos dois países com um passado repressivo com diversas proximidades; mas que se manifestaram, em um primeiro olhar, de forma diferente. Quase que em um sentido de cogitar que a grama do vizinho (literalmente) é mais verde, mais exemplar, mais crítica – e depois se deparar com várias desconstruções nesse sentido. Além disso, o interesse em discutir não apenas a questão do punitivismo em relação às graves violações de direitos humanos nos períodos repressivos,

mas, principalmente, a ideia da memória, é algo que vem acompanhado de interesses pessoais e da necessidade de romper com paradigmas do senso comum que estão enraizados em nossa sociedade, e na educação familiar.

Além de expandir as pesquisas individuais, a pesquisa busca contribuir para a produção historiográfica latino-americana, principalmente em um contexto de questionamentos dos elementos-comuns das ditaduras, e da necessidade da reconstituição e da revalorização desse período. Soma-se a isso a necessidade de reconhecer a responsabilidade da memória sob as políticas públicas e sociais; tornando seu discurso acessível. O estudo de processos políticos recentes coloca em jogo as relações entre História e Memória e a discussão sobre as potencialidades de conhecer e de representar o passado, ou seja, a possibilidade de se chegar à verdade (Motta, 2013: 58).

Os saberes historiográficos produzidos sobre as ditaduras latino-americanas, e, especialmente, sobre a ditaduras civil-militar argentina (1976 -1983) e brasileira (1964 - 1985), revelam continuamente a vitalidade desse objeto de estudo para a compreensão mais abrangente do recente contexto social, político e intelectual de nossas culturas (Gonçalves, 2016: 5). Acredita-se que ainda há um silêncio historiográfico e institucional sobre os processos de transição democrática e sua relação com as políticas de memória e verdade. Os legados pós-ditaduras devem ser enfrentados, para que a acomodação política não seja a regra.

Objetiva-se o estudo de políticas de memória como elementos construídos e permitidos a partir da (re)construção e (res)significação do passado, principalmente no que diz respeito ao acesso à documentos e informações dos períodos totalitários e da ênfase nos amplos debates e discussões sobre a temática. Afinal, a forma contemporânea de justiça e política foi elaborada a partir de dívidas e hiatos históricos que reiteram a apropriação de um passado incompleto e inacessível. Nesse sentido, a falta de contato com o passado e a perda de perspectivas contribuiu para que as novas gerações tenham tido uma formação insuficiente, em termos políticos, tanto em relação a uma consciência cidadã e ética, quanto na exigência intransigente dos direitos humanos (Padrós, 2016: 80).

Parte essencial do processo de transição consiste nas políticas de memória e verdade; que não devem ser resguardadas apenas às vítimas, mas a toda a sociedade, que merece, além de ser conhecedora de sua história; reconhecer que a conquista dos direitos humanos deve ser fomentada a todo momento. Nessa perspectiva, Silva argumenta que a história crítica tem por papel se opor, não só aos preconceitos da memória coletiva, mas também aos preconceitos da história oficial, cuja função consiste na própria transmissão dessa memória (Silva, 2014: 158).

O método historiográfico da perspectiva comparativa, no presente trabalho, terá como referência a produção de Marc Bloch, em seu livro *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*, de 1928.¹

O texto de Bloch assume uma dimensão militante, pois propõe que a história comparada, por seu valor e alcance, deva ser incorporada à grade curricular dos cursos de História das universidades. Conhecendo as dificuldades de sua aceitação, afirmava que os historiadores de sua geração, diferentemente dele, entendiam que a história comparada se apresentava como “um capítulo da filosofia da história ou da sociologia geral” (Bloch, 1963: 16).

Para Bloch, o método comparativo de apresenta como “um instrumento teórico, de uso corrente, manejável e capaz de levar a resultados positivos”, buscando, inclusive, que fosse incorporado à grade curricular dos cursos de História das universidades. Bloch, ao propor a abordagem comparada, estava fazendo a crítica da limitação das pesquisas aos espaços nacionais. Para ele, os historiadores que se debruçavam exclusivamente sobre a história nacional mantinham, entre eles, um diálogo de surdos, pois caminhavam de uma história nacional a outra sem que se ouvissem mutuamente (Bloch, 1963).

Bloch, assim, supunha determinados procedimentos para o método comparativo. Para ele, deviam-se escolher dois ou mais fenômenos que parecessem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, em um ou em vários meios sociais diferentes; em seguida, dever-se-ia descrever as curvas de sua evolução, constatando semelhanças e diferenças e, na medida do possível, explica-las à luz da aproximação entre uns e outros. Segundo ele, a leitura criteriosa das bibliografias deveria induzir à formulação de questões e problemas novos, permitindo discernir as influências exercidas por uma sociedade sobre a vizinha.

Ao propor a história comparada, Bloch sugeria dois requisitos: certa similaridade nos fatos observados e certa dessemelhança dos ambientes em que ocorriam. Segundo ele, somente essa combinação permitiria uma comparação frutífera de semelhanças e diferenças. A partir disso, Bloch indicou duas grandes trilhas possíveis. A primeira, consiste em trabalhar com fatos ocorridos em sociedades distantes no tempo e no espaço, de modo que eles não pudessem ser explicados por uma comunidade de origem ou por influências mútuas – utilizando, então, o procedimento de analogia. A segunda perspectiva, considerada por Bloch como mais pertinente para o historiador, era realizada a partir da comparação de sociedades próximas no tempo e no

¹ Um dos exemplos por ele escolhido é paradigmático, pois afetava as convicções nacionalistas francesas. A monarquia carolíngia, berço da nacionalidade francesa, se apresentava com características originais se comparada à merovíngia que a precedeu no tempo. Apenas a comparação permitiu que ele levantasse problemas e hipóteses impossíveis de serem pensada se as (posteriores) fronteiras “nacionais” não tivessem sido ultrapassadas.

espaço e que exercessem influência mútua. Dessa forma, seria possível comparar problemas específicos, já que o autor duvidava que fosse possível dominar adequadamente quadros geográficos e cronológicos muito amplos.

Para Bloch, a comparação não dizia respeito somente à busca de semelhanças, mas também, e especialmente, à busca das diferenças. Desse modo, a história comparada servia tanto para melhor formular as questões sobre cada caso, quanto para explicá-lo. O autor defendia que apenas a abordagem da história comparada poderia indicar a existência de um problema diante de fenômenos aceitos como naturais e que aparentavam não necessitar de explicação. Porém, tinha claro que o avanço da história comparada seria lento, pois supunha estudos detalhados de fatos solidamente documentados e de ensinamentos fornecidos por trabalhos produzidos em outros países. Em suma, para ele, a história comparada animaria os estudos locais e nacionais, dos quais dependia; mas sem a ajuda da comparação, não poderiam acontecer avanços na historiografia nacional.

Soma-se à contribuição de Marc Bloch as produções de Prado e de Fausto e Devoto. A primeira, trazendo uma forma particular de comparação sobre os problemas específicos da América Latina; e a outra, propondo-se como uma obra aberta e interlocutória na história comparativa de duas nações específicas.

Na América Latina, o comparativismo tem feito progressos nos últimos anos. Uma das características desses estudos é o fato de tentarem realizar a comparação em um mesmo nível de profundidade, utilizando fontes equivalentes, com nível de compreensão equiparável e, às vezes, com um domínio similar dos dois campos historiográficos (Fausto & Devoto, 2004: 19). A produção historiográfica da América Latina, principalmente das décadas de 1960 e 1970, foi claramente marcada pela discutível visão generalizante (Prado, 2005: 23). Por isso, a ideia de uma história em perspectiva comparada para a realidade latino-americana é vista com entusiasmo.

Um dos problemas encontrados na historiografia da região é o fato que se transportava para o cenário latino-americano os mesmos modelos de interpretação histórica já estabelecidos e próprios da história europeia (Prado, 2005: p. 23). Portanto, a aceitação dos desafios propostos pela história comparada faz com que os historiadores escapem das armadilhas, das generalizações e do eurocentrismo (Prado, 2005: 24). Nesta toada, Prado afirma que a produção historiográfica latino-americana se enriqueceria com as possibilidades de comparação e conexões, tornando-a rica em potencialidades e contribuindo para a reflexão sobre novos problemas e questões (Prado, 2005: 30). As comparações entre Brasil e Argentina também foram incluídas nessa produção.

Fausto e Devoto, em obra conjunta, escolheram a escala nacional como ângulo de observação entre os dois países. Dessa forma, procuram confrontar a noção de uma “autossuficiência” na busca da originalidade do desenvolvimento histórico, que faria da própria nação um caso “excepcional” dentro do contexto latino-americano, levando ao nacionalismo historiográfico (Fausto & Devoto, 2004: 23). Apesar disso, a própria escala permite, apenas, dar prioridade às dimensões da macroeconomia, à ação dos respectivos Estados e à política. No entanto, ambos concordam que há muito por fazer antes da elaboração de uma história comparada integral da Argentina e do Brasil. Portanto, apesar do eixo escolhido não garantir a análise de todos os campos do passado é capaz de desenvolver uma pesquisa relacionada ao fato de que os dois países enfrentaram desafios semelhantes e, não raro, os resolveram de modo diferente (Fausto & Devoto, 2004: 27).

Os autores esperam, como afirmam na introdução, que historiadores e cientistas sociais encontrem [com a leitura do livro] alguns novos pontos de reflexão, ou pelo menos lugares diferentes de onde olhar os problemas de suas respectivas nações e que aqueles que atuam em esferas de decisão possam encontrar nesse passado motivos adicionais para uma colaboração mais estreita entre as duas nações (Fausto & Devoto, 2004: 28).

A história comparativa entre Brasil e Argentina também foi utilizada por Capelato (1998), ao analisar as semelhanças, continuidades e particularidades do peronismo e do varguismo; destacando o papel fundamental da propaganda política, e das heranças dos movimentos e seus mitos. Entre suas conclusões propiciadas pela metodologia comparada, a autora afirma que as diferenças de objetivos e prioridades permitem esclarecer por que o peronismo se definiu como uma “revolução social” enquanto o advento do estado Novo era identificado como uma “revolução política” concentrada na reforma do Estado (Capelato, 1998: 19).

Lastra (2016) também fez uso da perspectiva comparada ao tratar das transições democráticas argentina e uruguaia, destacando a necessidade de ampliação da observação sobre realidades históricas distintas, propondo um exercício que destacou as aproximações e semelhanças, assim como prezou pelos contrastes. A autora defende que a proposta de realizar uma história comparada sobre as respostas que os governos democráticos e as organizações da sociedade civil (argentina e uruguaia) desenvolveram para receber e ajudar as pessoas que retornavam do exílio, a permitiu perceber com maior detalhe alguns conflitos e tensões que desencadearam os retornos do exílio em ambas as sociedades (Lastra, 2016: 14). Sobretudo, a comparação permite problematizar a hipótese central de seu trabalho: compreender as semelhanças e diferenças dos casos analisados.

En definitiva, la comparación responde a decisiones metodológicas y analíticas de cambios de escalas y focos de observación que se desprenden de las preguntas específicas realizadas para esta investigación y de sus propósitos, lo que significa que no son tomados aquí como un único camino para sistematizar otras comparaciones. Las comparaciones requieren de una marcha y contramarcha permanente entre los análisis, para evitar que las generalizaciones “le ganen terreno” a las especificidades; pero también, reconoce en la comparación la potencialidad de identificar con mayor densidad histórica cuáles son esas especificidades y cómo algunos aspectos, que aparecen “semejantes” en sus formas, pueden distanciarse en los sentidos y prácticas que las encarnan en cada caso (Lastra, 2016: 32-33)².

Com isso, pretende-se, na presente pesquisa, utilizar a metodologia da perspectiva comparada para analisar a contribuição dos relatórios *Nunca Más* e *Brasil: Nunca Mais*, na elaboração de políticas de memória e verdade nas transições democráticas argentina e brasileira; evitando assim, a simples justaposição de duas histórias e valorizando aspectos que se assemelham e se distanciam, no que diz respeito à temática. A comparação desses dois casos é rica em potencialidades, e contribui para a reflexão e a novas possibilidades de comparações, problematizações e conexões.

Outro conjunto de referências teóricas de fundamental importância para esse projeto são os diversos estudos realizados sobre o tema da memória. A memória não é a verdade sobre o passado, se não um dos prismas das suas possíveis leituras sucessivas. Privada ou pública, individual ou coletiva, a memória é também esquecimento e corresponde menos à presença do passado do que a uma forma presente do passado. A memória é o uso flutuante deste passado de acordo com as interrogações do presente, é o resultado da acomodação de um ao outro, e como tal, está marcada pela ausência e pela presença de silêncios. Mas o silêncio não é simplesmente uma perda de memória, não é esquecimento, menos ainda uma prova do esquecimento. Em determinadas situações ele pode significar o isolamento e a preservação obstinada de um segredo, de um tabu, ou de uma tradição, pois o silêncio não significa uma recusa de se recordar, mas uma maneira de se recordar, entre outras.

No campo da sociologia, Maurice Halbwachs entende que existem experiências que se transformam em memória; que são coletivas e, por isso, unitárias e compartilhadas por todos. Importante ressaltar que o autor escreve a partir da influência da historiografia do século XIX, e, portanto, é sugestionado pela concepção de uma “história oficial”. Além disso, compreende

² Tradução livre. Por fim, a comparação responde a decisões metodológicas e analíticas de mudanças nas escalas e pontos de observação que emergem das perguntas específicas feitas para esta pesquisa e de seus propósitos, o que significa que elas não são tomadas aqui como uma maneira única de sistematizar outras comparações. As comparações exigem uma marcha e contra-marcha permanentes entre as análises, para evitar que as generalizações “ganhem terreno” para as especificidades; mas também, reconhece na comparação o potencial de identificar com maior densidade histórica quais são essas especificidades e como alguns aspectos, que parecem “semelhantes” em suas formas, podem se distanciar nos sentidos e práticas que as incorporam em cada caso.

história e memória como dois espaços narrativos/discursivos distintos, que possuem significados diferentes de um mesmo passado (Halbwachs, 2008).

Halbwachs considerava a memória como uma categoria essencialmente coletiva e social. Apesar de sua notável contribuição para a temática do estudo das memórias, acredito que o tema do presente trabalho possa ser mais alinhado à perspectiva de Michael Pollak, segundo a qual a memória é um campo em disputa, havendo memórias dominantes que procuram enquadrar as memórias individuais, e memórias subterrâneas que questionam essas narrativas. Pollak questiona essa concepção engessada da memória trazida por Halbwachs, pois, para ele, a memória é completamente permeável, e está em constante processo de reformulação. Outra contribuição importante do autor é o fato de que considera a memória como elemento constituinte do sentimento de identidade (Pollak, 1992: 204).

Utilizando a memória como objeto para a produção do conhecimento histórico, recorre-se a historiadora Elizabeth Jelín para esclarecer que, quando nos referimos à memória, olhamos atentamente para

vivências pessoais diretas, com todas as suas mediações e mecanismos dos laços sociais, do manifesto e do latente ou invisível, do consciente e inconsciente. E também de saberes e crenças, padrões de comportamento, sentimentos e emoções que são transmitidos e recebidos na interação social, nos processos de socialização, nas práticas culturais de um grupo (Jelín, 2002).

Enquanto processo subjetivo, a memória, para a autora, está diretamente relacionada ao conceito de trabalho, uma conotação que associa o exercício de memória à imagem daquele que ativamente transforma a si mesmo e o mundo. Dessa maneira, sujeitos elaboram e (re)elaboram o passado. A partir disso, o “trabalho de rememoração” se insere no campo do político, pois evidencia tanto embates ideológicos, quanto ausências. Jelín também afirma que, ao distanciar-nos das abordagens que tomam a memória como objeto dado, podemos centrar em seu processo de construção, o que implica em “dar lugares a distintos atores sociais e às disputas e negociações do sentido do passado” (Jelín, 2002).

Segundo Jelín, não existe apenas uma memória, mas quantas memórias forem enquadradas – é tudo uma questão de perspectiva, e tudo seletivo. A visibilidade de determinados grupos está em função das disputas políticas em que se envolvem, ou são envolvidos. Nestas disputas, os agentes estatais têm papel central para estabelecer e elaborar as histórias e memórias oficiais, processo em que algumas versões e relatos se dispersam e, outros, tornam-se hegemônicos. Frente à narrativa nacional transmitida pela educação formal, constroem-se também relatos e sentidos diferentes do passado mantidos pela transmissão oral ou como práticas de resistência frente ao poder, muitas vezes constituídos nos âmbitos da

intimidade ou da clandestinidade (Jelín, 2002: 39-42). O enquadramento da memória depende, portanto, do lugar social (visibilidade) e das disputas políticas (Jelín, 2002: 74).

Os agentes da memória também emergem de acontecimentos absolutamente singulares. As ditaduras da América Latina representaram uma ruptura de época, mas os testemunhos não emudeceram apesar do medo e das ameaças e, já durante a transição democrática, demonstraram ser indispensáveis para a restauração de uma esfera pública (Sarlo, 2006). O testemunho – de torturas, violência de Estado e desaparecimentos – é um narrador implicado nos feitos que não persegue uma verdade exterior no momento em que ela se enuncia. Trata-se de um novo ator político que opera nas fronteiras da política, porque fala do Estado como planejador do humanamente execrável e por isso, ocupa o lugar da enunciação dessa realidade que os agentes do campo político tendem a transferir ao ocaso do tempo, que tudo apaga.

Nesse sentido, outra importante contribuição para se analisar metodologicamente a estruturação e papel dos testemunhos na concepção das memórias, é a de Dominick LaCapra, quando escreve sobre as narrativas do trauma, e de como a criação dele está relacionada com a perda da identificação social e das referências culturais de determinado indivíduo ou grupo. Narrar o trauma é um processo fundamental para reelaborar a memória e rearticular a concepção da identidade (LaCapra, 2005: 85). Essa discussão é importante ao se trabalhar com a questão dos testemunhos, fontes utilizadas para a construção dos relatórios *nunca mais*.

Segundo a obra de LaCapra (2005), existem diversas formas de se elaborar o trauma (negação, latência e incorporação do trauma à sua identidade); e só se sobrevive/resiste ao trauma quem continua lembrando, de alguma maneira, de sua identidade. Portelli também parece alinhar-se mais a essa vertente quando afirma que a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história "social"); mas [...] só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais (Portelli, 2006: 127).

Ainda, para a elaboração desse trabalho, também é necessária a incorporação da obra de Pierre Laborie (2010), em seu trabalho de memória e ambivalências. Não é possível categorizar dicotomias na memória e na experiência, porque elas devem ser vistas como ambivalentes. O que existe nos comportamentos, portanto, não é a ambiguidade, mas a ambivalência – já que não são excludentes, mas se complementam. Isto é, dependendo da circunstância, uma mesma pessoa pode ser vítima, resistente e colaborador (Laborie, 2010: 38). Há necessidade de se superar categorias demarcadas uma como oposição à outra (como vítima e algoz, por exemplo), uma vez que a construção da identidade perpassa por um movimento de elaboração da memória.

Por fim, compreende-se que os movimentos de enquadramento da memória são múltiplos e dinâmicos, assim como as memórias elaboradas sobre o período das ditaduras no Brasil e na

Argentina. Dessa forma, pretende-se dialogar com as teorias e análises da memória com a historiografia sobre a temática, traçando comentários e elucidando as diferentes perspectivas de construção de memórias e constituição de identidades.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, se realiza uma contextualização dos períodos ditatoriais brasileiro e argentino, tratando sobre o processo de construção das ditaduras, sua forma de organização política, e as práticas repressivas orquestradas pelo Estado. Logo após, há uma discussão sobre o conceito de justiça de transição, e também sobre o contexto de formulação e construção dos relatórios “nunca mais”. Por fim, há uma descrição minuciosa e específica das fontes trabalhadas.

O segundo capítulo propõe a existência de categorias de memórias que embasam a produção e discussão dos relatórios no contexto das transições. Nesse sentido, é realizado uma análise, em perspectiva comparada, da forma de elaboração dessa memória; a partir da escrita e do conteúdo exposto pelas fontes – e de tipos de análise pré-definidos.

No terceiro e último capítulo, se propõe uma discussão sobre as batalhas pela memória das ditaduras argentina e brasileira, a partir da análise da construção das representações mais significativas que se referem à memória militar, e que possuíam como objetivo principal a contraposição aos informes *nunca mais*.

2. Da ditadura à transição: os relatórios Nunca Mais

2.1 Ditaduras argentina e brasileira

No Brasil, a passagem de março para abril de 1964, a conjunção da crise econômica, dos embates políticos internos aos partidos fundados pelo varguismo (PTB e PSD), do clima da Guerra Fria e da insatisfação de diversos setores militares, reformas de base e outros setores civis, levaram ao golpe de Estado que derrubou o governo João Goulart (Fausto, 1995: 465).

Fazendo uso de um golpe de Estado e da força dos tanques nas ruas, os militares institucionalizaram a exceção, a tortura e o assassinato (mesmo que não constassem na norma explicitamente) com a extensão dos poderes do Executivo, partindo do próprio ordenamento, que contém em si a brecha do estado de sítio e de emergência (Teles, 2011: 76). Esta extensão ocorreu, muitas vezes, no âmbito legislativo (bastante cerceado) por meio da promulgação de decretos, cassações de mandatos e disposições, mas principalmente como consequência da delegação contida nas normas deitas de “plenos poderes”, como os atos institucionais.

Marcos Napolitano defende que a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo (Napolitano, 2014: 11).

A ditadura civil-militar brasileira se consolidou e se institucionalizou, servindo de modelo a outros governos autoritários e anticomunistas latino-americanos, e trabalhou incessantemente para impedir experiências de esquerda no território nacional, e também nos países vizinhos. O principal temor era de que o sucesso da “revolução” e de governos de esquerda perto das fronteiras brasileiras pudesse estimular os grupos armados que já atuavam no país. O medo da implantação de um regime comunista no país e as reivindicações econômicas por parte de uma elite afetada pela anterior crise econômica, foram os argumentos utilizados pelos militares e por seus apoiadores presentes na classe civil, para a consolidação de um governo autoritário e extremamente repressivo, com a contenção de direitos civis e políticos.

Duas características do regime autoritário, descritas com base principalmente no trabalho de Cruz e Martins (Cruz & Martins, 2008), ao longo de suas duas décadas como um todo se sobressaem.

A primeira dessas características, é que o regime foi se tornando progressivamente mais autoritário, atingindo seu auge justamente na primeira metade da década de 1970. Isso fica exemplificado, por exemplo, pelo fato de que muitos apoiadores e inclusive opositores do golpe acreditavam tratar-se de um período curto, uma espécie de golpe pretoriano. Outro indício é que o fim oficial do pluripartidarismo veio somente no Ato Institucional nº 2 (AI-2), já em 1965.

Ainda no que diz respeito ao progressivo autoritarismo do regime, cabe ressaltar que uma de suas mais violentas práticas, o AI-5, foi decretado em 1968, no governo de Costa e Silva. Com ele, o cerceamento dos direitos políticos se tornou muito mais intenso; houve a liberação ilimitada da intervenção da União nos estados e municípios (em todos os âmbitos de atuação); e a maior centralização possível do poder político e das decisões econômicas e administrativas na esfera do governo federal, nas mãos do Presidente da República (Brasil, Ato Institucional nº 5).

Assim, houve a centralização das receitas tributárias para o poder executivo federal (com o controle quase completo das transferências de recursos para os estados e municípios); a uniformização da atuação administrativa nos três níveis de governo (guiados pelo planejamento central); e o controle integral das eleições para governadores (evitando as oposições nas máquinas estaduais, uma vez que o contrapeso ao executivo vinha dos governadores). Segundo Abrucio, vivenciava-se um modelo piramidal de relacionamento federativo, uma vez que a União subordinava os estados e os municípios ao seu comando (Abrucio, 1998).

Outra característica importante são as divergências internas ao próprio regime, que contava com uma divisão expressiva entre os grupos dos próprios militares. Essas divergências se alargavam ainda mais se contemplados também os setores civis da ditadura.

Diferentemente das duas intervenções anteriores dos militares na política brasileira, o golpe de 1964 levou ao estabelecimento de um regime militar durável. Os militares, entretanto, não governaram sozinhos. Os políticos de centro-direita e os tecnocratas desempenharam um papel importante nos sucessivos governos militares. O Exército como instituição esteve do princípio ao fim desse período unido em defesa da “revolução” e do regime produzido por ela.

É importante enfatizar que o regime civil-militar não foi homogêneo ao longo do tempo, nem em sua composição e orientação ideológica, nem na intensidade das medidas repressivas adotadas contra a oposição. A partir das abordagens historiográficas, é possível compreender o

período do regime civil-militar brasileiro como dividido em quatro fases (Bethell & Castro, 2018).³

A primeira fase estendeu-se do golpe de 1964 ao AI nº 5 (1968). Nesses anos, oficiais com uma orientação mais radical, que demandavam a continuação indefinida do regime militar e a adoção de medidas mais repressivas. O golpe de 1964 não foi apenas contra um governo, mas foi contra um regime, contra uma elite em formação, contra um projeto de sociedade, ainda que este fosse politicamente vago. O governo Castelo Branco, ao mesmo tempo que prometia um mandato-tampão, nunca escondeu seus objetivos estratégicos – uma política voltada para a acumulação do capital que exigia ações autocráticas de longo prazo.

O autoritarismo implantado em 1964, apoiado pela coalização civil militar que reunia liberais e autoritários, tinha dois objetivos políticos básicos. O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares foram os instrumentos utilizados para tal fim. Um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista. O segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite policial intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. Aliás, para eles, não foi preciso esperar o AI-5 para desencadear uma forte repressão policial e política (Napolitano, 2014: 56-57).

A paradoxal situação da cultura de oposição no Brasil nos quatro primeiros anos do regime, inicialmente vista como sinal de uma ditadura “branda”, que não se assumia como tal, deve ser avaliada em termos mais amplos. Seja como espaço de rearticulação de forças sociais “críticas” e reafirmação de valores da “resistência democrática” (ponto de vista da oposição) ou como parte da “guerra psicológica da subversão” a ser combatida (ponto de vista do regime). O fato é que a “questão cultural” foi o calcanhar de Aquiles da ditadura, expressão das suas grandes contradições e impasses, mesmo que ela não tenha se limitado a uma política cultural meramente repressiva (Napolitano, 2014: 76),

As mudanças no aparato repressivo ocorreram de maneira gradual durante os anos 1960, mas uma inflexão substancial de estratégia da repressão política se deu após a edição do AI-5,

³ Marcos Napolitano divide a ditadura civil-militar em três momentos repressivos. O primeiro, que ocorreu entre 1964 e 1968, cujo objetivo principal era *dissolver as conexões entre a “cultura de esquerda” e as classes populares*. O segundo, de 1969 a 1978, e tinha como objetivo central *reprimir o movimento da cultura como mobilizadora do radicalismo da classe média (principalmente dos estudantes)*. E o terceiro, que compreende os anos de 1979 a 1985, que teve como objetivo central *controlar o processo de desagregação da ordem política e moral vigentes, estabelecendo limites de conteúdo e linguagem* (Napolitano, 2014: 78-79).

quando se iniciou a segunda fase de institucionalização da ditadura. A utilização sistemática do desaparecimento forçado, iniciada em 1971, representou uma importante modificação com o objetivo de encobrir seus crimes, auxiliada pelas operações de infiltração de agentes policiais. As mortes, às claras, de alguns e o desaparecimento de outros, eram uma parte de uma política global, cuja intenção era ocultar a realidade da tortura institucionalizada do regime e, ao mesmo tempo, forjar casos exemplares e uma permanente ameaça a todos (Teles, 2005).

A segunda fase se estendeu de dezembro de 1968 até março de 1974. O Ato Institucional nº 5, que inaugura o período, é considerado como “um golpe dentro do golpe”, representando o abandono da fachada democrática até então sustentada pelos militares. Ao suspender o Estado de direito, e, especialmente, o *habeas corpus*, o ato abriu caminho para repressões mais severas à oposição. O Brasil entrou nos “anos de chumbo”, cujas características principais incluíam não só a censura e as cassações, como também a detenção, a tortura, e o desaparecimento de presos políticos (Bethell & Castro, 2018: 487).

O ciclo de repressão política nos anos 1960 ensejou um movimento circular que solidificou a tradição de violência policial pré-golpe às novas práticas repressivas pós-AI-5. Para combater a guerrilha e suas organizações invisíveis e clandestinas, o sistema repressivo incorporou métodos policiais dentro das teorias da guerra revolucionária. O combate à guerrilha também gerou a militarização da segurança pública. A subordinação das polícias militares estaduais ao comando do Exército, sob a tutela da Inspetoria Geral das Polícias Militares, fez parte deste processo (Napolitano, 2014: 111).

Na prática, a repressão às guerrilhas de esquerda criou uma nova cultura policial, baseada na autonomia e na impunidade dos agentes diante de flagrantes violações das leis, como o extermínio. A tortura já era uma prática policial antiga, mas foi aperfeiçoada no contexto da repressão política.

Os saudosos do regime militar gostam de dizer que a repressão no Brasil foi branda e restrita, perto de outros regimes similares. Em outras palavras, matou e prendeu pouco, o que para alguns nostálgicos, pode ser até motivo de arrependimento. Mas além de o argumento quantitativo não diminuir o caráter da violência e das tragédias humanas produzidas sob o signo da tortura, o fato é que o martelo de pilão estava ativo e poderia ter feito quantas vítimas fossem necessárias. Os homens estavam bem-dispostos para continuar seu trabalho, como atesta a onda repressiva pós-guerrilha. Mas o sistema foi enquadrado politicamente, quando foi preciso, sem obviamente nenhum tipo de punição aos “excessos”. No máximo, troca compulsória de comandos militares (Napolitano, 2014: 107).

A terceira fase se inicia em 1974, com a eleição de Ernesto Geisel para a presidência. Nesse mesmo ano, 53 militantes políticos desapareceram e sabe-se do registro de apenas um “morto oficial” (Almeida, 2009: 591-592). Desse modo, garantia-se a representação de moderado a Geisel e ao seu governo, a forma encontrada para lidar com os problemas de legitimidade enfrentados pela ditadura, relacionados com o declínio do “milagre econômico” e o aumento das denúncias sobre os abusos aos direitos humanos, dentro e fora do país (Teles, 2005).

No período em que transcorreu a repressão à Guerrilha do Araguaia, especialmente a partir de 1973, intensificou-se a eliminação dos dissidentes, mas de modo velado, *desaparecendo* com os que faziam oposição aberta ao regime, eliminando-os “*sem deixar vestígios*”. Naquele momento, tanto quanto nas cidades, não interessava divulgar a existência de uma guerrilha patrocinada por comunistas. Apenas em 1993 as Forças Armadas reconheceram oficialmente suas existências (Teles, 2011: 87).

Geisel, porém, tinha como objetivo emitir sinais claros de que eliminaria qualquer ameaça à realização da transição política controlada. Com uma linguagem deliberadamente imprecisa, prometeu concentrar seus esforços no “aperfeiçoamento democrático” por meio de uma “distensão” política – abertura lenta, gradual e segura. Entretanto, o objetivo era operar não uma transição para a democracia, nem mesmo a limitada democracia do período de 1945 a 1964. Geisel não contemplava sequer o fim do regime militar. Dois episódios foram decisivos para o conflito renovado dentro do regime militar a favor de Geisel: o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975; e a morte de Manuel Fiel Filho, operário católico filiado ao Partido Comunista, em decorrência das torturas sofridas em 1976.

O presidente João Figueiredo foi o quinto e último presidente militar, e tomou posse em 15 de março de 1979. O novo presidente reafirmou seu compromisso com a estratégia de transição, liberalização e abertura política de seu antecessor. Uma de suas primeiras medidas foi enviar um projeto de lei de anistia ao Congresso. O projeto de lei era deliberadamente ambíguo, e foi amplamente considerado – até pelo regime – como “uma lei para torturados e torturadores” (Bethell & Castro, 2018: 514). Foi aprovado em agosto, diante de uma grande insatisfação popular pelo seu conteúdo de defesa dos agentes da repressão; mas muito celebrado por grupos diretamente ligados à oposição, que viram na lei uma chance de voltar do exílio, por exemplo.

As divisões nas Forças Armadas continuaram sob Figueiredo. O grupo castelista não era hegemônico, e especialmente no aparato repressivo, permaneceram influentes e capazes de desestabilizar o regime. Nos primeiros oito meses de 1980 houve inúmeros ataques a bancas

que vendiam jornais de esquerda, e uma carta-bomba foi enviada ao escritório do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, matando uma secretária. Parecia, na época, que o fechamento político era tão possível quanto novos progressos rumo à abertura. Então veio o incidente do Riocentro.

Na noite de 30 de abril de 1981, um capitão do Exército foi seriamente ferido e um sargento do Exército morreu quando uma bomba que carregavam explodiu acidentalmente dentro de seu carro no Riocentro, um grande centro de convenções nos arredores do Rio de Janeiro. Eles estavam usando roupas civis e haviam acabado de chegar ao local da cena, onde um grande concerto popular estava sendo realizado na véspera do dia do Trabalho (Bethell & Castro, 2018: 517).

O episódio revelou que ainda havia grupos de militares ligados às unidades de informações e repressão que desejavam desestabilizar o processo de liberação política. Em um esforço para proteger as Forças Armadas, Figueiredo aceitou o resultado de uma investigação interna que inocentou o capitão e o sargento, e decidiu não levar a questão adiante.

Não se pode dizer que os governos militares brasileiros que se sucederam entre 1964 e 1985 foram homogêneos. Exemplo disso é que as dinâmicas das políticas setoriais – econômica, social, relações exteriores, direitos políticos e direitos humanos – variou significativamente de general para general no poder. O que unificava os grupos militares eram o anticomunismo e a rejeição à sociedade civil, ou seja, a sua incorporação no jogo político e eleitoral. Estes dois princípios conviviam com a obsessão pelo desenvolvimento industrial e superação do subdesenvolvimento de forma associada ao capital multinacional, criando um ambiente de “segurança e desenvolvimento” (Napolitano, 2011: 210).

Inexiste atualmente um levantamento exaustivo sobre o número de pessoas punidas por razões políticas durante a ditadura civil-militar brasileira; de todo o modo, é de se considerar que tenha sido bastante expressivo. Desde o golpe de 1964, as perseguições incluíram, em maior quantidade, a suspensão dos direitos políticos, a perda de mandato político ou de cargo público, a demissão ou perda de mandato sindical, a perda de vaga em escola pública ou a expulsão de escola particular, mas também prisão e exílio – por banimento, asilo ou refúgio. A inclusão dos nomes de opositores do regime nos arquivos do aparato repressivo causou inúmeras dificuldades, especialmente no mercado de trabalho (Teles, 2017: 34).

A denúncia da tortura, dos assassinatos e desaparecimentos políticos durante a ditadura civil-militar brasileira foi um importante instrumento da luta de resistência. Os presos políticos foram determinantes para estabelecer os fatos e as denúncias, testemunhas oculares de assassinatos e torturas (Teles, 2017: 40).

Assim como no Brasil, a Argentina, em 1976, não enfrentava sua primeira intervenção militar. A história do país é marcada por diversos processos de “reorganização nacional” que

pretendiam, através da violência política, restabelecer a ordem, reorganizar as instituições e criar as condições para uma “autêntica democracia” (Novaro & Palermo, 2007: 2). Os militares, portanto, não produziram uma intervenção política inédita, já que sua participação na política e no governo era recorrente. Em tempos de instabilidade, as forças armadas tomavam o poder, intervinham, “instauravam a ordem”, e “devolviam” o governo para as elites. Entretanto, o golpe de 1976 marca o ineditismo de um programa de governo sob o comando militar.

Para Calveiro, por quase meia década as forças armadas socorreram as elites que controlavam a Argentina, mas não só elas recorreram aos militares visando a obtenção ou manutenção de seus interesses como também importantes setores da sociedade civil, seja de esquerda ou direita. Isso evidenciaria que não só militar o regime ditatorial instalado pelos argentinos também teria sua parcela significativa de contribuição civil.

O grande diferencial do golpe de 1976 é que teria sido o primeiro movimento de tomada de poder unanimemente apoiado por todas as três forças armadas. Segundo a visão de Novaro e Palermo, complementar a da autora, não só esse movimento foi mais consensual entre os militares, mas também igualmente apresentou maior adesão entre a população (Novaro & Palermo, 2007: 30). O peronismo depois de muito tempo de crise econômica e política, sofrendo com as graves contradições internas entre as diferentes facções como coloca Galasso, sucumbiu no governo de Isabel Perón (Galasso, 2012: 499). Os militares então teriam assumido o papel de “salvadores da nação”, aqueles que iriam livrar a Argentina do mal peronista, para cumprir tal dever utilizaram os campos de concentração e extermínio.

Havia também uma autonomia em relação ao consenso social⁴, uma vez que os militares se colocavam como atores autônomos no processo. Nessa perspectiva, independente do apoio social, o golpe aconteceria. Embora Galasso apresente uma ideia imperialista e elitista do golpe; Novaro e Palermo tratam de uma ideia doméstica (nem sequer citando a participação dos EUA, por exemplo).

Calveiro afirma que a imposição da obediência, aos moldes militares, foi fundamental para garantir a existência e operacionalidade dos locais de repressão. Concluindo sua primeira reflexão sobre os militares e a repressão por eles empreendida a escritora atesta que essas práticas não foram totalmente inovadoras e da mesma forma não constituíram uma simples continuação do que acontecia no passado, mas sim foram reconstituídas de acordo com as demandas do momento.

⁴ Consenso social aqui compreendido como o recebimento do golpe com passividade e como um “caminho natural” a partir de três argumentos: violência política, descalabro econômico, e crise institucional (fortemente influenciada pela mídia, que reiterada a ruptura da ordem constitucional).

Ao se dedicar a uma análise sobre as organizações guerrilheiras que atuavam nos tempos do golpe e depois dele, Calveiro as contextualiza no momento político da época, e trata de suas particularidades na Argentina. Segundo a autora, seus integrantes seriam jovens que buscavam uma argentina mais igualitária por meio da força. Em um primeiro momento as ações de cunho violento praticado pelas guerrilhas teriam recebido certa aceitação por parte da sociedade civil. Porém com o passar do tempo a dinâmica dentro dessas organizações teria levado a um processo de militarização que as levou ao seu enfraquecimento e ao de seus militantes, se distanciando cada vez mais da população em geral.

Em 1976, quando da tomada do poder, esses grupos armados já estariam em franco processo de decadência que teria sido aprofundado pelas mortes crescentes de militantes causadas pela Triple AAA⁵. Calveiro também acusa como causa dessa derrocada a arrogância e ao mesmo tempo ingenuidade da militância armada, que contava como certo seu triunfo. Isso teria sido um facilitador do processo de despersonalização da repressão, que encontraria os homens e mulheres que atuaram na guerrilha já fragilizados e desprotegidos psicologicamente, prontos para o que haveria de ser executado dentro dos campos de concentração.

Para a autora, a presença constante da instituição militar na vida política da Argentina não consegue esconder a violência de sua dominação. No entanto, seria um engano acreditar que apenas esse *núcleo duro*, que é a *instituição militar*, foi o único responsável por caracterizar a índole violenta do poder. Há que se analisar, principalmente, a tentativa de totalização desse poder, que adentra diversos setores da sociedade, e que, por se tratar de um sistema complexo e heterogêneo, proporciona exclusões e fragmentações. É a partir das fugas intrínsecas ao caráter totalizante que "ganha sentido a função repressiva desenvolvida para controlar, aprisionar e incluir tudo aquilo que se esquia desse modelo pretensamente total" (Calveiro, 2013: 38).

Na Argentina, diversas foram as maneiras de repressão, exercidas pela face negada do poder – aquela que, embora sempre existente, nunca é admitida. Assassinatos políticos (constantes em todos os governos militares argentinos), torturas, sequestros e posteriores assassinatos foram algumas dessas práticas cruéis. No entanto, após o golpe de 1966⁶, surge

⁵ A Aliança Anticomunista Argentina, grupo paramilitar de direita, fundada pouco depois de iniciar-se o governo de Perón, por seu ministro do Bem-Estar Social, José Lopes Rega, assim como outros grupos de igual inspiração fascista, colaborou ativamente na escalada de violência que se viveu desde 1973, e com maior intensidade, ao longo de 1975; e também, em grande medida, na desarticulação e desmobilização das expressões políticas e sindicais da esquerda. Em dois anos e meio, entre fins de 1973 e princípios de 1976, esses grupos paramilitares perpetraram não menos de 900 assassinatos (alguns estudos elevam essa cifra a mais do dobro).

⁶ O “golpe de 1966” refere-se ao golpe de Estado liderado pelo general Juan Carlos Onganía, em 1966, que comandou e denominou o momento de “Revolução Argentina”.

como forma de repressão política, o *desaparecimento*: "uma pessoa que a partir de determinado momento *desaparece*, se esfuma, sem que sobre registro de sua vida ou de sua morte" (Calveiro, 2013: 39). A partir de 1974, tal modalidade começou a se tornar usual, e, em 1975, se teve o início de uma *política institucional de desaparecimento de pessoas*, que conviveu com o silêncio e o consentimento de diversos setores da sociedade. As primeiras instituições intrinsecamente ligadas aos desaparecimentos foram os *campos de concentração/extermínio*.

A mudança substancial do golpe de 1976 transformou o desaparecimento e o campo de concentração nas modalidades repressivas do poder, tornando-se a modalidade específica do controle, da repressão e da circulação do poder militar durante a ditadura. Para Calveiro, "a análise do campo de concentração como modalidade repressiva pode ser uma das chaves para compreender as características de um poder que circulou em todo o tecido social e que não pode ter *desaparecido*" (Calveiro, 2013: 41).

A estimativa sobre o número de pessoas que passaram pelos campos de concentração, quantas foram assassinadas, e quantas foram levadas ao *desaparecimento*, diverge entre os vários grupos e instituições que trabalham com o tema, e procuram desmascará-lo. Para Calveiro, a massificação do fenômeno de torturas, mortes e desaparecimentos acaba por desumanizá-lo; o que nos faz esquecer que não estamos tratando apenas de registros, mas sim de indivíduos.

Para Calveiro, mesmo havendo diversos enfrentamentos entre as diferentes Forças Armadas e entre setores internos de cada uma delas, todos eles "coincidiam no fundamental: manter e alimentar o aparelho desaparecedor, a máquina de concentração/extermínio". Apesar dessa disputa interna entre o aparato repressor e militar, a autora sintetiza que "a máquina de torturar, arrancar informação, aterrorizar e matar funcionou como maior ou menor eficiência e cumpriu inexoravelmente seu ciclo no Exército, na Marinha, na Aeronáutica e nas polícias". Desse modo, Calveiro aponta que o maquinário construído pelas forças armadas levou a uma dinâmica de "burocratização, rotineirização e naturalização da morte"; fatores que não surgiram, necessariamente, da consciência e vontade intrínsecas aos indivíduos que colaboraram com a repressão (Calveiro, 2013: 43-45).

Ao apontar o maquinário construído em conjunto pelas forças armadas, Calveiro aborda um tema essencial da produção de Novaro e Palermo: o limite à personalização do poder, que deveria ser fruto de um processo que comprometeria institucionalmente as três forças. Na ditadura argentina, diferentemente do ocorrido na chilena, com a figura emblemática de Pinochet, por exemplo, não houve uma pessoa que simbolizasse o poder. Na verdade, apesar de a junta militar aparecer para a sociedade como monolítica, existiam diversas fraturas e dissensos

entre as forças armadas. Segundo os autores, "os militares chegavam ao poder em 1976, como nunca anteriormente, com a firme convicção de que, como *instituição* e não simplesmente pelas aspirações políticas de alguns de seus membros, tinham um papel absolutamente central na resolução das alternativas dramáticas que o país enfrentava" (Novaro & Palermo, 2007).

Ao realizar uma análise comparativa entre os dois processos de ruptura do poder, e da própria forma de atuação dos governos ditatoriais, Calveiro afirma que o modelo repressor argentino, o qual centrava suas ações principalmente no ato de desaparecer pessoas com os campos de extermínio, difere do modelo brasileiro que seria mais seletivo em relação às suas vítimas, visando manter aparente ordem institucional e ao mesmo tempo obter as informações necessárias para desarticular grupos anti-ditadura. O alcance da violência física de Estado no Brasil dessa maneira seria muito menor. O poder da ditadura brasileira como “torturador” em comparação com ciclo terrorista de sequestro, tortura e desaparecimento do regime argentino. Também divergiriam as formas de transição política desenvolvidas por Brasil e Argentina.

Durante a ditadura no Brasil, ao contrário do que ocorreu na Argentina (cujo “eixo da atividade repressiva deixou de girar ao redor dos cárceres para estruturar-se em torno do sistema de desaparecimento de pessoas”, levado a efeito nos campos de extermínio por instituições militares), a utilização sistemática do desaparecimento forçado e dos assassinatos sob tortura conviveu com o sequestro e a prisão de milhares de pessoas em todo o país. A seletividade e a condução de diversas formas de repressão ao mesmo tempo mesclaram o uso da legalidade de exceção com atividades clandestinas, que funcionaram à margem da mesma, caracterizando a administração do poder e suas disputas no período.

Além dos distanciamentos, a historiadora apresenta aproximações entre os dois regimes. De acordo com ela, o modelo de repressão implementado no Brasil, por seu “pioneirismo”, serviu como um “laboratório de experiências golpistas” na América Latina. Isso vai ao encontro com o que alegam Novaro e Palermo (2007). Segundo esses autores, o Brasil serviu de exemplo a ser seguido para as forças armadas argentinas como um governo ao mesmo tempo “autoritário e modernizador”.

2.1.1. Contextos das Transições

Ao tratar dos anos finais da ditadura brasileira, Marcos Napolitano chama atenção para a contradição da ideia de abertura lenta e gradual do regime; em que, na verdade, o “afrouxamento” do regime foi bastante relativo, pois as perseguições e as mortes aos opositores continuaram ocorrendo. Para Napolitano, o discurso de abertura política convivia com práticas

ainda muito arbitrárias, tanto do governo, como dos grupos paramilitares⁷ que o apoiavam. Segundo o autor, a estratégia de comando da abertura política não foi orientada pela ideia de liberdade de expressão, mas por uma democracia no “caminho certo” (baseada em preceitos liberais e cristãos, sem influência de outros grupos “radicais”) (Napolitano, 2014).

Napolitano aponta o fim do AI-5 e a Lei de Anistia, editada em 1979, como indicativos desse caminho. Além disso, aponta o caráter silencioso e de esquecimento do passado, uma vez que o discurso era para a criação de um governo civil que fizesse com que o Brasil crescesse e que, para isso, deveria esquecer o que ocorreu no passado. O foco era o desenvolvimento, e não a ideia de se buscar uma memória do passado ditatorial, muito menos uma outra verdade (a não ser a dos vitoriosos – os mesmos que escreveram os documentos oficiais, e, de certa forma, a História).

No Brasil, a transição para um governo com pretensões democráticas ocorreu sem rupturas evidentes: o controle da agenda de transição foi exercido pelo regime – o que vai contra conceituação e atuação da justiça de transição, que pressupõe a saída de um regime autoritário para outro que promova a defesa dos direitos humanos e a consolidação da construção democrática. As mudanças na conjuntura política, na verdade, registraram uma continuidade política, caracterizando a transição brasileira não apenas pela continuidade institucional entre antigo e novo regime, mas também pela manutenção de um conjunto de valores que os militares arraigaram em toda a máquina pública, valendo-se do consenso que puderam obter junto às elites (Torelly, 2012: 181).

A tese da continuidade era a mais interessante ao regime, pois coadunava com um processo, denominado por Torelly (2012), de *falseamento político evidente*. Para ele:

É daí que emerge um cenário no qual a continuidade institucional se mescla com a continuidade ideológica, política, jurídica e social que virá, posteriormente, a complicar a assunção por parte do Estado de uma reprovação veemente do regime de exceção tido entre 1964 e 1985 (Torelly, 2012: 181).

Essa era a tese mais vantajosa e desejada pelo regime e seus atores, que controlavam a transição; em um momento destacado por representar uma *transição pelo alto*. Essa continuidade culminou na eleição presidencial de Tancredo Neves e na posse de José Sarney, seu vice e antigo aliado do regime. Ainda, resultou também em um tratamento com irrelevância do direito internacional – responsável por tratar das questões de direitos humanos e suas

⁷ Forças paramilitares são associações civis, armadas e com estrutura semelhante à militar (que usam táticas e técnicas policiais e/ou militares). No período da ditadura civil-militar brasileira, grupos paramilitares auxiliaram nas práticas repressivas a favor do regime, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Entretanto, existiram grupos contrários ao regime ditatorial, que também participaram da luta armada, como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e a Ação Libertadora Nacional (ALN).

violações – e uma notável falta de agenda de defesa dos direitos humanos, nos anos subsequentes. Mesmo depois de inaugurado o regime democrático, a justiça de transição foi uma temática tratada posteriormente.

Muito disso diz respeito à promulgação, em 1979, da Lei de Anistia, que não só excluía os participantes da luta armada que era contrária ao regime ditatorial, como também estendia o alcance desse benefício aos agentes da repressão do Estado, sem necessidade de prévia investigação. Segundo Bauer, a Lei de Anistia consolidou o “espírito de conciliação”: ficava previsto que a abertura não significava o questionamento do passado, além do compromisso de que o aparato repressivo não seria investigado nem julgado (Bauer, 2008: 3).

Para Cardoso, o processo de *normalização* da sociedade e da política brasileiras foi marcado pela interdição do passado, seja no aspecto da longa duração do processo, no qual o tempo parece adquirir uma dimensão inercial que em si mesma produz o esquecimento, seja no aspecto da imposição do esquecimento, através da Lei de Anistia, provocadora do efeito da *neutralização moral* do passado (Cardoso, 2001: 110).

Lastra definiu a natureza da transição argentina como “colapso”, uma vez que não existia a possibilidade de uma saída “pactuada” do regime, tendo em vista o impacto e os traumas sociais provocados por uma ditadura considerada das mais violentas do período. Para a autora, a primeira derrota eleitoral do peronismo, com a eleição de Alfonsín, no ano de 1982, encorajou a sociedade civil a um processo de abertura que protagonizasse os discursos “anti ditadura”, com a denúncia das violações de direitos humanos (Lastra, 2016: 19).

Com início em 1982, a transição argentina realizou uma série de medidas para enfrentar ativamente a herança do passado, tendo aprovado a investigação dos crimes cometidos pelos militares, e por uma política de justiça. Os decretos nº 157 e 158⁸ trataram da persecução penal de membros das organizações armadas e da detenção dos integrantes das Juntas Militares que ocuparam o governo desde o ano de 1976.

Apesar de ter sido marcado por tensões entre o governo, os organismos de direitos humanos e a corporação militar, o período de transição deixou claro que a revisão do passado argentino passou, justamente, pela temática da justiça. No entanto, apesar de caminhar para uma organização democrática, e ter como ponto de partida a criminalização dos militares, a transição argentina enfrentou uma série de retrocessos, marcados pelas chamadas “leis de impunidade”. Em dezembro de 1986, foi sancionada a *Ley de Punto Final*, lei nº 23492, e, dois meses depois, a *Ley de Obediencia Debida*, lei nº 23521. Essas leis estabeleceram um limite

⁸ Uma análise mais específica sobre o conteúdo dos decretos é realizada no 2º Capítulo da presente dissertação.

temporal máximo de 60 dias para abertura de processos judiciais contra os crimes cometidos pelos militares e, também, uma espécie de anistia para militares “intermediários”, já que sua hierarquia estava destinada apenas ao “cumprimento de ordens”. Além disso, os indultos aprovados entre os anos de 1989 e 1990 deliberaram uma anistia geral, que alcançava pessoas que estavam enfrentando processos penais em curso.

Quando assumiu a presidência em 1989, o peronista Carlos Menem ressignificou o sentido do lema “nunca mais”, e o associou com sua política de “reconciliar” e “pacificar” a sociedade, sintetizada nos indultos que editou beneficiando às Juntas Militares – e anunciando uma profunda reforma das forças armadas (Crenzel, 2010: 21).

2.2 Justiça de transição

Embora muitos autores utilizem a expressão “redemocratização” para ilustrar o fim do período ditatorial brasileiro, acredita-se que a expressão “transição” atinge melhor os objetivos de representar e explorar um momento de mudança de um regime não democrático para outro que se pressupõe democrático. Assim, a transição passa a ser definida como um “processo que divide a dissolução de um regime autoritário e a instalação de um regime democrático”; que, por sua vez, está inserida em um fenômeno mais amplo, denominado de **justiça de transição** (Fonseca, s/d: 16).

Segundo Mezarobba, considerada durante certo tempo apenas como um tópico relacionado à área de pesquisa conhecida como “transitologia”, a justiça de transição permaneceu pouco estudada até muito recentemente. Até meados dos anos 1980, o tema praticamente não constituía objeto de estudo para cientistas sociais, tampouco para a universidade de modo geral. Se, nos meios acadêmicos, a junção de duas noções distintas (transição + justiça) tornou a expressão conhecida a partir de 1995; foi também só recentemente que os enfoques de justiça de transição tornaram-se imperativos – os chamados “princípios emergentes”, na legislação internacional (Mezarobba, 2009: 115).

Diversas são as abordagens conceituais em relação à justiça de transição, haja vista que não há uma única e acabada aproximação teórica sobre o tema. Em que pese não haver um conceito ideal e abstrato da justiça transicional, há um conjunto de elementos conformadores acerca da temática.

Importante ressaltar que as conceituações, além de variadas em número e extensão, são também interdisciplinares – principalmente no que diz respeito às ciências humanas e sociais. Entretanto, a partir da pesquisa, foi possível estabelecer parâmetros de aplicação do conceito.

Por exemplo, enquanto a área jurídica se importa mais com os esforços somados à construção de uma definição propriamente dita; a produção historiográfica tem seu enfoque pautado não na conceituação específica, mas em uma análise pormenorizada dos contextos e condições políticas que levaram à escolha de determinados mecanismos de transição. As diferentes abordagens, contudo, quando somadas, nos proporcionam uma análise mais completa, e complexa, do fenômeno da justiça transicional, em especial no que diz respeito às realidades vivenciadas após os contextos ditatoriais argentino e brasileiro. Por isso a importância de se manter esse diálogo entre as contribuições trazidas pela historiografia e pelo âmbito jurídico.

Ainda, cabe ressaltar que o arcabouço da justiça de transição não ignora o fato de que a mudança de um regime político para outro é algo extremamente complexo, caracterizado por *déficits* entre normas, princípios e a realidade, e frequentemente marcado por inúmeras dificuldades – o sistema judicial existente, por exemplo, costuma ser fraco, corrupto ou ineficiente; o número de criminosos a ser processado pode ultrapassar a capacidade do sistema legal e a quantidade de vítimas e sobreviventes que aguardam uma oportunidade para narrar suas histórias ou receber uma compensação financeira pode ser imensa. É preciso ter em mente que ela diz respeito a condições políticas excepcionais, quando o próprio Estado aparece envolvido em crimes, tendo a busca por justiça, necessariamente, de aguardar uma mudança no regime em vigor.

Nesse sentido, devem ser analisadas as particularidades de cada Estado, uma vez que a disponibilidade e o número de alternativas a serem escolhidas para promover a transição podem sofrer certos limites consoante às estruturas iniciais, incluindo a estrutura política do anterior regime autoritário (Borges, 2012: 32). Embora a justiça de transição tenha parâmetros e enfoques comuns que a identificam como instituto típico da passagem de um regime político marcado por graves violações de direitos humanos, para outro (que pressupõe a consolidação de valores democráticos e a paz), todo processo de transição deve que ser analisado dentro das particularidades de cada Estado, de cada contexto e das circunstâncias de situações concretas.

Embora seja consenso na doutrina internacional de que não existe um modelo único para o processo de justiça de transição, é possível destacar algumas categorias de análise que discutem o conceito.

A primeira, diz respeito ao processo que cada sociedade precisa para lidar com o legado de violência do passado, a partir da implementação de mecanismos que garantam a efetividade do direito à memória e à verdade. De modo sistemático, essa categoria defende quatro obrigações do Estado: a) adotar medidas razoáveis para prevenir violações de direitos humanos; b) oferecer mecanismos e instrumentos que permitam a elucidação de situações de violência;

c) dispor de um aparato legal que possibilite a responsabilização dos agentes que tenham praticado as violações; e d) garantir a reparação das vítimas, por meio de ações que visem a reparação material e simbólica (Soares, 2012).

Nessa toada, é possível compreender a justiça transicional como uma ferramenta comprometida com a promoção dos direitos humanos e com a construção democrática. A justiça de transição passa a ser um instrumento que contribui para dar conta das violências do passado, promovendo com que o presente reconheça suas causas estruturantes e possa, enfim, romper com os legados do autoritarismo, a partir de sua revisão.

A segunda categoria defende que falar em justiça de transição remete à compreensão de um processo de mudança no sistema político, que traz aspectos de um regime, que subsistem em outro (Silva, 2014: 158). Ela implicaria, então, no acionamento de vértices como memória, reparação, reconhecimento, verdade e (re)conciliação, a fim de elaborar o ocorrido, trazendo uma análise do passado de determinada sociedade, com o intuito de estabelecer bases para o tratamento dos direitos humanos.

Também aponta que a introdução de medidas mais concretas no que diz respeito à justiça de transição pode suscitar elementos importantes no plano político. Apresenta-se o fortalecimento das instituições democráticas e o maior espaço e importância institucionais dados ao tema dos direitos humanos como duas formas de aplicação positiva da justiça de transição.

É possível perceber que esse modelo expõe uma visão otimista dos resultados da transição, com maior enfoque na possibilidade de atuação e defesa da temática dos direitos humanos – que foram marcados por um histórico de graves transgressões. Apesar de ressaltar a necessidade da reparação e da responsabilização dos “causadores” desse quadro, destaca a relevância do acesso ao passado e das medidas que, a partir dele, podem prevenir que no futuro se enfrentem violações aos direitos humanos e à própria consolidação da democracia.

Sampaio e Lemos, caracterizando uma terceira categoria de análise, trazem para o conceito de justiça de transição a ideia de um grande projeto de refundação de um Estado saído do obscurantismo autoritário que, ao lado de iniciativas políticas e educacionais de longo prazo, procura reparar as sequelas deixadas pelo arbítrio e reforçar a cultura democrática da paz e da conciliação (Sampaio & Lemos, 2014: 203-204).

Para os autores, a justiça de transição responde a um conjunto de medidas centradas em quatro pilares:

- a) revelação para as vítimas, para seus familiares e para toda a sociedade da verdade histórica sobre os eventos (*historical accountability* ou justiça histórica); b) oferecimento às vítimas de reparações condizentes com o trauma e reforma das

instituições do Estado (justiça civil); c) investigação, persecução e punição aos perpetradores das violações (justiça criminal); e d) afastamento dos infratores dos órgãos estatais, sobretudo os relacionados à fiscalização e exigência da Lei ao tempo da exceção (justiça administrativa) (Sampaio & Lemos, 2014: 204).

Por último, insere-se a contribuição de Van Zyl para a temática. Segundo a categoria elaborada pelo autor, a justiça transicional pode ser definida como o esforço para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos. O objetivo da justiça transicional, para ele, implicaria processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação (Van Zyl, 2009). Defende que as estratégias da justiça transicional devem ser consideradas como parte importante da construção da paz, na medida em que abordam as necessidades e as reclamações das vítimas, promovem a reconciliação, reformam as instituições estatais e restabelecem o estado de direito (Van Zyl, 2009: 33).

Entretanto, esse modelo reflete que essas estratégias podem não construir circunstâncias efetivas em curto prazo. Diante disso, argumenta que os esforços devem ser feitos para que sejam realizadas em médio ou longo prazo, sem que se perca o objetivo final do processo transicional; garantindo que sua agenda seja implementada.

A contribuição de Van Zyl, se faz importante porque, ao tratar dos elementos-chave de sua conceituação de justiça de transição, o autor enfatiza que os esforços não são instantâneos. Os esforços para que as estratégias que culminam na construção da paz, na reconciliação, nas reformas, reparações e revelações devem ser mantidos e pensados a médio e a longo prazo. A agenda transicional não pode ser integralmente aplicada a curto prazo – o que, talvez, não seja um fator negativo para o fenômeno.

O objetivo que interliga todas as medidas de transição citadas acima é a reconstrução ética e moral da sociedade traumatizada. Em que pese tal visão apresentar um caráter que estimula a participação das pessoas no processo transicional, de forma a permitir a revelação da verdade histórica; fato é que se apresenta muito mais no sentido de reparação e da relação entre cidadãos e o aparelho estatal. Os autores parecem exigir sempre uma contrapartida de justiça do Estado para com os agentes que participaram diretamente do contexto autoritário – embora saibamos que, se quem controla a transição também controlou a opressão, essa justiça não será, necessariamente, justa e efetiva.

Embora o caráter punitivista de algumas definições de justiça de transição seja latente, é preciso aumentar a lente de análise desse processo, o compreendendo como um fenômeno complexo, e com diferentes consolidações nos âmbitos social, histórico, jurídico e político. A

dependem do modelo de transição política adotado por cada Estado, seus mecanismos podem variar. O objetivo, então, é a compreensão desse processo como parte fundamental da história em momentos de ruptura, com enfoque não apenas no caráter criminal da transição, mas em sua abertura para a defesa dos direitos humanos, e da busca pela efetiva consolidação dos direitos à memória e à verdade como norte do desenvolvimento da justiça transicional.

Para Teles, as transições políticas determinam esferas públicas singulares, em que narrativas antes silenciadas podem ganhar a luz, gerando novos sentidos e relatos. Segundo ela, tais momentos de mudança institucional são importantes para a memória por vários motivos, entre os quais se destacam as alterações propiciadas na relação entre Estado e sociedade, em face das tensões que permeiam a construção do legado do regime anterior e seu sentido (Teles, 2012: 264).

Além dos modelos interpretativos do conceito de justiça de transição, O'Donnell agrupou as transições democráticas na América Latina em duas grandes categorias: aquelas que foram precedidas e acompanhadas de acordos entre os regimes autoritários em decadência e as forças democráticas; e aquelas em que estes acordos estão ausentes, porque as forças democráticas derrotaram de forma inaproveitável o autoritarismo (revolução), ou porque este fracasso em forma também inaproveitável fez com que se tivesse que abandonar apressadamente o poder (colapso) (O'Donnell, 1982).

A partir disso, Novaro expõe que podem ser encontrados dentro dessa primeira categoria os casos do Brasil, Chile e Uruguai – uma vez que são processos lentos, em ocasiões muito condicionadas pelo poder remanescente dos militares. Também se caracterizam pela existência de outros acordos, entre os partidos políticos, que os permitem cooperar na negociação com os militares, na tomada de decisões de governo e nas reformas institucionais – pelo menos durante os primeiros anos de vida democrática (Novaro, 2015: 18).

Nessa mesma análise, Novaro afirma que, no plano das transições por colapso, como foram as experimentadas pela Argentina e Bolívia, os militares não conseguiram impor condições aos civis, mas tampouco estes encontraram o tempo e os estímulos necessários para cooperar e acordar linhas de ação – uma vez que recebem uma pesada carga como legado, em termos de crise econômica, violações aos direitos humanos e debilidade do Estado. Segundo o autor, estas transições rápidas e incondicionadas estão ameaçadas desde o princípio por problemas de governabilidade (Novaro, 2015: 18).

Em que pese as diferentes formas de se conceituar e analisar o período transicional, e as próprias maneiras de situar os Estados e suas políticas dentro desse contexto, os casos argentino e brasileiro contribuem para a análise do acesso à memória e ao passado a partir da construção

de informes que possuíam como discurso a denúncia das graves violações de direitos humanos e a oposição dos valores da democracia ao regime autoritário. A produção destes relatórios é premissa para a maioria dos casos latino-americanos que conviveram com situações autoritárias e violações de direitos humanos. Contudo, a “qualidade” da transição não determina, obrigatoriamente, a fundação imediata de uma narrativa sobre verdade, justiça e reparação através de informes e relatórios, e o inverso também é verdadeiro (vide os casos argentino e brasileiro). É decisivo observar o *timing* político de cada sociedade e as “relações de poder” estabelecidas durante o processo de transição; bem como as apropriações de seu conteúdo (especialmente memorialístico), tanto diretamente vinculadas, quanto distanciadas, em termos de cronologia, ao/do passado imediato das ditaduras.

2.3 Os relatórios *nunca mais*

Entre 1984 e 1991, durante as primeiras administrações democráticas na Argentina, Brasil, Uruguai e Chile, por meio dos chamados informes *Nunca mais*, atores estatais ou membros da sociedade civil se propuseram a tarefa de oferecer o primeiro relato do que havia ocorrido com as violações aos direitos humanos durante as ditaduras (Marchesi, 2015: 265-266). Ainda que tal onda de relatórios tivesse repercussões díspares segundo os países, em todos os casos se transformaram em referências para falar da violência estatal do passado ditatorial e para assentar as bases do começo de uma nova convivência democrática.

Na presente pesquisa, serão analisados o relatório argentino *Nunca Más* (1984) produzido pela *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* – CONADEP (1983), e o relatório brasileiro *Brasil: Nunca Mais* (1985), desenvolvido pelo Projeto Brasil Nunca Mais (1979).

2.3.1. O argentino *Nunca Más* e os desaparecimentos forçados

O relatório argentino *Nunca Más* possui 488 páginas, disponíveis em sua íntegra nas versões online, *e-book* e física. A editora de publicação, desde a primeira versão do relatório é a EUDEBA, Editora Universitária de Buenos Aires, vinculada à Universidade de Buenos Aires (UBA). O documento é dividido em seis capítulos, além do prólogo e da advertência de seu conteúdo.

O primeiro capítulo é denominado *La acción represiva*, e diz respeito aos episódios de sequestros; torturas; centros de detenção clandestinos; práticas de extermínio; compromisso de

impunidade; repressores e esquemas repressivos; atitudes de alguns membros da Igreja; questionários remetidos a ex-funcionários do governo ditatorial; coordenação repressiva na América Latina; documentação; registro de presos desaparecidos; e lucro da repressão.

O segundo capítulo tem como tema principal e título *Las víctimas* e é composto por dados que dizem respeito às crianças desaparecidas e às mulheres grávidas; aos adolescentes; à família como vítima; ao desrespeito da repressão para com os inválidos; aos religiosos; aos conscritos; ao desaparecimento de jornalistas; e aos membros de entidades sindicais e de representação profissional.

O terceiro capítulo trata sobre *El poder judicial durante el período en que se consumó la desaparición forzada de personas*, com enfoque para as medidas judiciais que perpassam pela temática do *habeas corpus*; dos presos a disposição do poder executivo nacional; do desaparecimento de advogados; do ataque das sedes de organismos defensores de direitos humanos; e sobre a solidariedade internacional.

O capítulo quatro segue a temática da *Creación y organización de la Comisión Nacional sobre la desaparición de personas*; e o capítulo cinco apresenta *El respaldo doctrinario de la represión*. Por fim, o capítulo seis traz as recomendações e conclusões do relatório, atentando para a necessidade de uma profunda investigação judicial dos fatos denunciados; e apresentando os números finais da estratégia expositiva da CONADEP.

A primeira edição do relatório, publicada em 1984, chega ao número de 8.960 desaparecimentos, embora destaque o caráter aberto da cifra; e detectou 340 centros de detenção clandestinos. Além disso, destacou que as vozes dos sobreviventes e familiares compunham 75% dos 379 testemunhos que inclui; e que 2% das declarações correspondem a relatos de perpetradores do regime. Apesar da diferença considerável entre essa participação, é possível perceber que há uma variedade de vozes na composição do documento (Crenzel, 2010: 15-16).

Entre novembro de 1984 e março de 1985, o *Nunca Más* corresponde a um êxito editorial, tendo vendido 190.000 exemplares. Por iniciativa dos familiares dos desaparecidos, ainda em 1985, foi publicado em português, no Brasil; e no ano de 1986, foi publicado na Itália. Já entre 1992 a 1994, foi de 11.000 o número de exemplares vendidos. Entre os anos de 1995 e 1996, o jornal argentino Página/12 ofereceu aos seus leitores o *Nunca Más* em 30 fascículos de 75.000 exemplares cada um. Também no ano de 1995, o documento foi incorporado aos materiais escolares, com a distribuição do material denominado *Haciendo Memoria en el país de Nunca Más*, pelo Ministério da Educação argentino (Crenzel, 2010: 17-19).

Em setembro de 1996, marcando o vigésimo aniversário do golpe, houve a publicação de uma nova edição do informe da CONADEP (*Más que nunca*), frente às medidas neoliberais

do governo de Carlos Menem, vistas como consequências do modelo ditatorial (Crenzel, 2010: 22). Após 30 anos do golpe de Estado argentino, em 2006, houve a reedição do *Nunca Más*, também pela EUDEBA, com a adição de um novo prólogo firmado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Nessa nova parte não havia a contraposição da democracia com a ditadura, mas sim ao governo de Kirchner – criticando as leis de impunidade, as políticas neoliberais ditatoriais prolongadas pelo regime democrático e sua proposta de considerar o prólogo original do relatório como uma “simetria justificatória” entre violência guerrilheira e estatal (Crenzel, 2010: 23-24). Houve, ainda, a publicação de uma edição comemorativa aos 40 anos do golpe, no ano de 2016.

O *Nunca Más* tinha como objetivo detalhar o *modus operandi* da ditadura argentina, descrevendo os métodos repressivos, com caráter de denúncia. Foi um movimento sincrônico entre Estado e sociedade civil; com perspectivas que extrapolaram o território argentino. Apesar de haver ausência do consenso da CONADEP sobre as responsabilidades penais; estabelecia a responsabilidade das Juntas Militares pela planificação do crime. Houve, também, uma grande demanda social pelo documento, que levou à participação de públicos heterogêneos, social e ideologicamente.

Nas primeiras páginas do relatório, a CONADEP afirma que não foi instituída para julgar, mas para indagar sobre os desaparecimentos forçados ocorridos durante o período ditatorial argentino. Entretanto, depois de ter recebido muitas declarações e testemunhos, de ter verificado e determinado a existência de lugares clandestinos de detenção, e ter acumulado mais de 50 mil páginas documentais, houve a certeza de que não se poderiam calar frente a tragédia praticada pelo governo militar. Mesmo afirmando que se deveria aguardar a “palavra definitiva da justiça”, a publicização da documentação recolhida pela comissão teve o caráter de denunciar todas as formas de terror praticadas ao povo argentino⁹.

Fica claro, já no prólogo da publicação do relatório, que não há uma ideia de vingança, mas, sim, um ideal de busca pela verdade e justiça, em relação ao passado ditatorial. Segundo o próprio documento:

En el curso de nuestras indagaciones fuimos insultados y amenazados por los que cometieron los crímenes, quienes lejos de arrepentirse, vuelven a repetir las consabidas razones de «la guerra sucia», de la salvación de la patria y de sus valores occidentales y cristianos, valores que precisamente fueron arrastrados por ellos entre los muros sangrientos de los antros de represión. Y nos acusan de no propiciar la reconciliación nacional, de activar los odios y resentimientos, de impedir el olvido. Pero no es así: no estamos movidos por el resentimiento ni por el espíritu de venganza; sólo pedimos la verdad y la justicia, tal como por otra parte las han pedido las iglesias de distintas confesiones, entendiendo que no podrá haber reconciliación sino después

⁹ A ideia de “teoria dos dois demônios”, muito presente no contexto da ditadura argentina, será melhor trabalhada no 2º Capítulo desta dissertação.

del arrepentimiento de los culpables y de una justicia que se fundamente en la verdad. Porque, si no, debería echarse por tierra la trascendente misión que el poder judicial tiene en toda comunidad civilizada. Verdad y justicia, por otra parte, que permitirán vivir con honor a los hombres de las fuerzas armadas que son inocentes y que, de no procederse así, correrían el riesgo de ser ensuciados por una incriminación global e injusta. Verdad y justicia que permitirán a esas fuerzas considerarse como auténticas herederas de aquellos ejércitos que, con tanta heroicidad como pobreza, llevaron la libertad a medio continente (CONADEP, 2017: 10).¹⁰

O *Nunca Más* é composto de informações trazidas através, principalmente, de documentos fornecidos e narrados por pessoas que sofreram, diretamente, os abusos estatais da ditadura; e também a partir da transcrição de testemunhos. Devido a isso, há uma advertência em relação a essa documentação utilizada, em que não se exclui a possibilidade de algum erro, nem se descarta a existência de muitos outros casos que poderiam ser ilustrativos para cumprir a finalidade da denúncia. A Comissão assumiu, então, a tremenda e necessária responsabilidade de afirmar, concluídas as primeiras investigações, que tudo o que foi registrado ocorreu efetivamente, salvo os pormenores de alguns episódios individualmente considerados, que cuja existência apenas poderiam testemunhar aqueles que foram seus diretos protagonistas (e que possivelmente não sobreviveram para relatar tais fatos).

Após escutar as denúncias, testemunhos e confissões, de examinar documentos, inspecionar lugares e realizar diversas formas de elucidar os acontecimentos, concluiu-se que existiu uma metodologia repressiva para produzir estes atos e situações, cuja sequência se baseava em *sequestro-desaparecimento-tortura*.

As páginas que compõem o primeiro capítulo do relatório descrevem essa sequência da ação repressiva, tratando sobre metodologias, estatísticas e formas de abordagem. A análise minuciosa relata quase que de forma a reviver a violência sofrida pelas pessoas. Houve uma preocupação em separar a documentação de forma a acompanhar as fases repressivas. As informações trazidas pela Comissão são alternadas com os testemunhos. Chama a atenção a descrição extremamente realista dos centros de detenção clandestinos, em que há, tanto

¹⁰ Tradução livre. No curso de nossas indagações, fomos insultados e ameaçados pelos que cometeram os crimes, quem, longe de se arrepender, voltam a repetir as razões da “guerra suja”, da salvação da pátria e de seus valores ocidentais e cristãos, valores que precisamente foram arrastados por eles entre os muros sangrentos dos antros da repressão. E nos acusam de não propiciar a reconciliação nacional, de ativar os ódios e ressentimentos, de impedir o esquecimento. Porém não é assim: não estamos movidos pelo ressentimento, nem pelo espírito de vingança; apenas pedimos a verdade e a justiça, tal como por outra parte os pediram as igrejas de distintas confissões, entendendo que não poderá haver reconciliação se não depois do arrependimento dos culpados e de uma justiça que se fundamente na verdade. Porque, se não, deveria cair-se por terra a transcendente missão que o poder judiciário tem em toda comunidade civilizada. Verdade e justiça, por outra parte, que permitiram viver com honra dos homens das forças armadas que são inocentes e que, de não procederem assim, correriam o risco de ser ENSUCIADOS por uma incriminação global e injusta. Verdade e justiça que permitirão a essas forças se considerarem como autênticas herdeiras daqueles exércitos que, com tanta heroicidade como pobreza, levaram à liberdade a meio continente.

considerações gerais, como descrições das atividades lá realizadas, além de documentos que expõem a estrutura arquitetônica e a geografia de alguns estabelecimentos em particular. Há fotografias, croquis, desenhos e a localização da maioria deles.

Um dos mais conhecidos destes centros é a ESMA (*Escuela Superior de Mecánica de la Armada*), que, além de ser um local onde se aplicavam torturas, funcionava como um operativo de uma complexa organização que pretendeu ocultar, com o extermínio, as vítimas dos delitos que cometia. Ainda que fossem executadas por um grupo especial, não se tratavam de atividades independentes da estrutura hierárquica das forças armadas. Em 9 de março de 1984, a CONADEP realizou uma inspeção e reconhecimentos nas instalações da ESMA com o objetivo de constatar se neste local funcionou o centro clandestino de detenção ao que se referiu os denunciante. A partir disso, há uma parte considerável do relatório que analisa este local em questão. Entretanto, apesar da “fama” (não sem razão concedia à ESMA, não se excluem outros centros clandestinos tão violentos quanto ela, não apenas na capital Buenos Aires, como em outras regiões como Rosário, Santa Fé, Córdoba, Mendoza e Tucumán.¹¹

Ainda no que diz respeito aos centros clandestinos de detenção, é possível classificá-los de duas formas. A primeira, como lugar de reunião de detidos (*lugar de reunión de detenidos - LRD*), centros onde os detidos eram mantidos por períodos considerados de tempo, até que se decidisse sobre seu destino definitivo. A segunda, o lugar transitório (*lugar transitorio - LT*), onde o tempo de detenção era, salvo exceção, curto. A esses lugares, o detido chegava depois do sequestro ou no período prévio à sua liberação.

Nesses lugares, organizaram-se crimes coletivos, a partir de verdadeiros extermínios em que se considerava a morte como uma arma política. Em contrapartida com o que é defendido pelos membros do regime, a CONADEP afirma que as execuções não foram apenas excessos das ações repressivas, mas a realização de uma decisão fria e calculada. Os exemplos e as comprovações presentes no relatório não deixam dúvidas sobre esta conclusão (CONADEP, 2017: 222).

Somada à questão do desaparecimento das pessoas, o relatório se preocupa em responder ao questionamento do “*por que do desaparecimento dos cadáveres?*”, devendo aceitar que muitos dos detidos-desaparecidos estavam, na realidade, mortos. Esta constatação problematiza o fato de que mortos sem nome¹² se enquadram dentro da mesma lógica do desaparecimento forçado de pessoas: ao apagar a identidade dos cadáveres, se pretendia

¹¹ Em relação aos centros de detenção clandestinos da Província de Tucumán, há uma discussão sobre o início de desenvolvimento de uma modalidade clandestina da metodologia repressiva do regime militar.

¹² Terminologia NN – Numen Nescio. Alguém que não existe, não tem identificação.

bloquear os caminhos da investigação dos fatos concretos, diluindo no ocultamento dos responsáveis. Impedia-se assim, com que houvesse uma manifestação da população e protestos gerados tanto no país, como no exterior.

Invariavelmente, havia um compromisso com a impunidade, que se convertia em um elemento previsto para a execução do delito, formando parte do *modus operandi* de uma conduta delitiva sistematizada.

Aprovechar el estado de indefensión de las víctimas dice absolutamente todo a acerca de la personalidad de los victimarios. Pero este fenómeno asume otra dimensión, cuando quien ejerce el poder se auto atribuye facultades extraordinarias y planifica desde el inicio de su gestión un sistema completo de ilícitos (CONADEP, 2017: 246).¹³

Foram remetidos, por parte da CONADEP, questionários a ex-funcionários do governo argentino em relação à dificuldade da localização do paradeiro das pessoas desaparecidas; o desconhecimento do critério de execução; os critérios objetivos utilizados pra discernir quem deveria ser detido; a lista total dos lugares onde houve detenção e das autoridades encarregadas de sua administração e custódia; a determinação da forma e destino da documentação inerente as ordens, execução e resultados das operações; as medidas tomadas para a investigação das denúncias de desaparecimento de pessoas e para a obtenção de qualquer informação relacionada a isso. Salvo alguns poucos casos, dos quais não se registram respostas, nenhuma das contestaões recebidas servem para esclarecer os fatos relacionados com a desaparecimento de pessoas ocorridas no país, nem para averiguar algumas circunstâncias relativas à sua efetiva localização (CONADEP, 2017: 264).

Vinculada à operação repressiva realizada dentro dos limites do território nacional, o relatório também destaca que as atividades de perseguição não possuíam limitação de fronteiras geográficas, contando com a colaboração dos organismos de segurança dos Estados limítrofes¹⁴. Havia características de reciprocidade entre esses países, em que se procedia a detenção de pessoas sem o respeito de nenhuma ordem legal, e em franca violação de Tratados e Convenções internacionais, ratificados tanto pela Argentina, como pelos países vizinhos, sobre o direito de asilo e refúgio político.

O segundo capítulo do relatório trata sobre o número de vítimas dos crimes cometidos durante a ditadura militar argentina. A principal advertência feita em relação aos números encontrados pela Comissão é de que tratam-se de listas abertas; tendo sido confeccionadas, com

¹³ Tradução livre: Aproveitar o estado indefeso das vítimas diz absolutamente tudo acerca da personalidade dos victimários. Mas esse fenómeno assume outra dimensão, quando quem exerce o poder se auto atribui facultades extraordinárias e planifica desde o início de sua gestão um sistema completo de ilícitos.

¹⁴ Operação Condor.

base nas denúncias recebidas, e compatibilizadas com os resultados produzidos por organismos nacionais e internacionais.

As disposições do número de vítimas são feitas de diversas formas: a partir da idade, sexo e profissão ou ocupação dos desaparecidos. Nessa seção também é relatada a situação das mulheres que eram sequestradas grávidas, os nascimentos de crianças em cativeiros, a situação dos familiares das prisioneiras em estado de gravidez (*las abuelas*), as sequelas nas crianças, e a importância da identificação das crianças desaparecidas.

Os testemunhos relatam que uma prática frequente do sistema repressivo consistiu em prender um ou vários membros da família da pessoa buscada, com o objetivo de obter informação sobre seu paradeiro, através de ameaças e violências e/ou com o objetivo de provocar sua apresentação ou entrega. Dessa forma, refuta-se a ideia do senso comum de que as ditaduras perseguiam apenas aqueles que eram contrários ao regime, e que sua violência se deu diretamente a essas pessoas.

Es muy difícil, en el marco de una lucha contra la subversión, encontrar una razón válida para la detención y tortura de personas de la edad de quienes hemos citado. La mayoría de estas personas fue llevada en calidad de rehén. Se buscaba a sus hijos, y ellos podían ser la pista más útil para encontrarlos. Se los secuestró, robó, torturó, hizo desaparecer, en muchos casos, con la intención de obligarlos a delatar a sus hijos. En otros casos, fueron secuestrados porque no se amedrentaron ante la política del terror que quería imponer la dictadura militar, sino que lucharon por encontrar con vida a sus hijos (CONADEP, 2017: 340).¹⁵

Entre os casos mais notáveis de desaparecimentos, encontram-se os dos jornalistas e sindicalistas (*gremialistas*). No que diz respeito aos primeiros, há uma lista nominal, além de diversos relatos sobre a situação das detenções. Em relação aos segundos, os testemunhos apontam como causa uma perseguição aos “subversivos”, que se efetuou nas datas posteriores ao golpe. Há também uma parte do relatório que trata sobre as perseguições aos trabalhadores agrários.

No terceiro capítulo do *Nunca Más*, a temática abordada trata-se do Poder Judiciário argentino durante o período em que se consumaram os desaparecimentos forçados de pessoas.

Al comprobarse la gran cantidad de personas desaparecidas y los miles de secuestros realizados con inusitado despliegue de vehículos y autores, al comprobarse que los amplios y organizados centros de detención y tortura ubicados en lugares densamente poblados albergaron, en algunos casos, centenares de prisioneros continuamente renovados, al conocerse que los familiares de los desaparecidos han hecho uso prácticamente de todos los procedimientos legales, se siente la necesidad de

¹⁵ Tradução livre: É muito difícil, no marco de uma luta contra a subversão, encontrar uma razão válida para a detenção e tortura de pessoas da idade de quem citamos. A maioria destas pessoas foi levada em qualidade de refém. Buscavam seus filhos, e eles poderiam ser a pista mais útil para encontra-los. Foram sequestrados, roubados, torturados, “feitos desaparecer”, em muitos casos, com a intenção de obriga-los a delatar seus filhos. Em outros casos, foram sequestrados porque não se amedrontaram diante da política do terror que queria impor a ditadura militar, mas lutaram para encontrar seus filhos com vida.

preguntar: ¿cómo fue posible mantener la impunidad de tantos delitos, consumados con la evidencia de un mismo «modus operandi» y muchos de ellos ante numerosos testigos?, ¿cómo se explica que los jueces no hayan ubicado a ningún secuestrado, después de varios años que tomaron estado público las versiones de quienes, con mejor suerte, fueron liberados?, ¿qué les impidió allanar oportunamente tan sólo uno de los lugares de cautiverio? Son interrogantes que duelen, pero es necesario aclararlos (CONADEP, 2017: 391).¹⁶

Em conclusão, durante o período analisado, a via judicial se converteu em um recurso inoperante, quase se poderia afirmar que, durante o regime militar argentino, o direito à vida, à integridade física e à liberdade individual, pouco tiveram a ver com o papel dos juízes: as decisões a respeito disso ficaram ao arbítrio daqueles que integraram o aparato repressivo do Estado.

Soma-se a essa crise da falta de proteção de direitos e garantias individuais, a perseguição aos advogados que eram identificados como defensores de subversivos. O relatório afirma que durante os anos da ditadura militar argentina, foram alterados substancialmente os preceitos de independência do advogado no exercício de suas prerrogativas. Segundo os dados apresentados, organizações sindicais de advogados estimam que foram cometidos 23 assassinatos de colegas por motivos políticos, a partir de 1975. Paralelamente a esta situação, foram sequestrados, com desaparecimento permanente, 109 advogados. Alguns outros foram levados a prisão ou buscaram exílio no estrangeiro.

Além disso, casos de invasões a sedes de organismos de defesa de direitos humanos também foram noticiadas. No que diz respeito a isso, cabe mencionar que foi produzido pela Comissão Interamericana de Direito Humanos da OEA um relatório sobre a situação dos direitos humanos na Argentina. Esse documento, inclusive, destaca a solidariedade internacional dos grupos de defesa dos direitos humanos que tiveram como ponto de partida de sua mobilização o trabalho das *Madres de la Plaza de Mayo*.

No capítulo quatro do relatório, é abordada a temática da criação e organização da CONADEP, com a tarefa de recuperar a verdade do acontecido na ditadura militar; reencontrar seu passado imediato e submetê-lo ao juízo da comunidade; já tendo sido restabelecidas as instituições fundamentais do governo democrático.

¹⁶ Tradução livre. Ao ser comprovada a grande quantidade de pessoas desaparecidas e os milhares de sequestros realizados com a inusitada implantação de veículos e autores, verificou-se que os grandes e organizados centros de detenção e tortura localizados em locais densamente povoados abrigavam, em alguns casos, centenas de prisioneiros continuamente renovados, sabendo que os parentes de desaparecidos fizeram uso de praticamente todos os procedimentos legais, sente-se a necessidade de perguntar: como foi possível manter a impiedade de tantos delitos, consumados com a evidência de um mesmo *modus operandi* e muitos deles diante de inúmeras testemunhas? Como se explica que os juízes não tenham localizado a nenhum sequestrado, depois de vários anos que tomaram versões de *status* público daqueles que, com melhor sorte, foram liberados? O que os impediu de pavimentar oportunamente apenas um dos lugares de cativeiro? São perguntas que machucam, mas é necessário esclarecê-las.

Tendría como objetivo intervenir activamente en el esclarecimiento de los hechos relacionados con la desaparición de personas ocurridos en el país, averiguando su destino o paradero como así también toda otra circunstancia relacionada con su localización. Recibiría denuncias y pruebas sobre esos hechos para remitirlos a la justicia cuando de ellas surgiera la comisión de delitos. La misión encomendada no implicaba la determinación de responsabilidades. La justicia, receptora del material logrado por la Comisión en sus investigaciones y procedimientos, sería la encargada de delimitar responsabilidades, y decidir sobre los culpables (CONADEP, 2017: 443).¹⁷

No capítulo cinco, são apresentados alguns respaldos doutrinários da repressão, apresentado o caminho percorrido desde a justificativa da existência da ditadura militar argentina, com a teoria de segurança nacional (*Doctrina de Seguridad Nacional*); até a mensagem presidencial do presidente Alfonsín, em dezembro de 1983, que determinou que as Forças Armadas devem estar subordinadas à autoridade civil institucionalmente estabelecida.

Por fim, no sexto capítulo, a Comissão recomenda algumas iniciativas a serem realizadas pelos poderes do Estado Nacional, com a finalidade de prevenir, reparar, e finalmente evitar a repetição das violações aos direitos humanos na Argentina. Ressaltam, entretanto, que as recomendações devem ser acompanhadas de uma profunda investigação dos fatos que não foram denunciados. O caráter das recomendações vem no sentido de exigir que o Estado atue na agilização dos trâmites de investigação e de comprovação das denúncias recebidas pela Comissão; que haja reparação financeira, social e psicológica aos filhos e/ou familiares das pessoas desaparecidas; e sejam sancionadas leis: 1. que declarem o desaparecimento forçado de pessoas como crime de lesa-humanidade; 2. que estabeleçam a obrigatoriedade de uma educação focada na perspectiva dos direitos humanos; 3. que fortaleçam e adequem a justiça civil para que realize investigação de ofício quando houver violação aos direitos humanos; 4. que derroguem toda a legislação repressiva existente; e 5. que apoiem o reconhecimento e a adesão às organizações nacionais e internacionais de direitos humanos.

No âmbito das conclusões, a CONADEP afirma que até a primeira publicação do relatório 8.960 pessoas continuavam na situação de desaparecimento forçado, ressaltando que a cifra não pode ser definitiva, principalmente pela existência de casos em que não houve denúncia. Além disso, destaca que foram reconhecidos desaparecimento de pessoas como metodologia repressiva com data anterior ao golpe de Estado de 1976 (CONDAEP, 2017: 475). Entretanto, é apenas a partir dessa data que as forças que usurparam o poder tiveram controle

¹⁷ Tradução livre. Possuía como objetivo intervir ativamente no crescimento dos fatos relacionados com o desaparecimento de pessoas ocorridos no país, averiguando seu destino ou paradeiro, assim como também toda outra circunstância relacionada com a sua localização. Receberia denúncias e provas sobre esses fatos para remetê-los à justiça quando delas surgira a comissão de delitos. A missão encomendada não implicava a determinação de responsabilidades. A justiça, receptora do material desenvolvido pela Comissão em suas investigações e procedimentos, seria a encarregada de delimitar responsabilidades e por decidir sobre os culpados.

absoluto do Estado, e puderam implantar os desaparecimentos de forma generalizada. Também destacou que a comprovação da extensão adquirida pela prática de tortura nos centros de detenção não possuía antecedentes em nenhuma outra parte do mundo.

Foi concluído também que entre as vítimas na condição de desaparecidas, se encontravam pessoas dos mais diversos campos de atividade social/profissional. Com isso, segundo a CONADEP, é possível afirmar que o regime ditatorial não perseguiu apenas aos membros de organizações políticas que praticavam atos de terrorismo. Também alega que não existiram “excessos” nas atitudes dos responsáveis pelos crimes, mas, sim, que tais atrocidades eram prática comum e estendida da repressão.

A Comissão sustenta também que a afirmação feita pela Junta Militar de que “a subversão e o terrorismo foram efetivamente vencidos”, carece de validade; uma vez que, em troca de terem sido derrotadas algumas organizações terroristas, implantou-se um sistema de terror institucionalizado, que feria os princípios éticos e morais inerentes à pessoa humana.

A CONADEP formou 7.380 processos, incluindo relatos de parentes dos desaparecidos, testemunhos daqueles libertados dos centros de detenção clandestinos e declarações de membros das forças de segurança que intervieram nas ações repressivas denunciadas. Realizou, ainda, inspeções em diferentes pontos do território nacional; coletou informações das Forças Armadas e Segurança e várias organizações públicas e privadas. Destas investigações, foram formulados 1.086 processos judiciais que garantem a existência e funcionamento dos principais centros de detenção clandestinos, a lista dos nomes dos desaparecidos que foram vistos com vida nesses centros, e de membros das Forças Armadas mencionados pelas vítimas. Essa documentação serve como fundamento que permite afirmar que as pessoas que ainda se encontram desaparecidas passaram por esses mesmos centros, e que a resposta acerca de seu posterior destino estaria subordinada aos avanços que se produzam na individualização dos responsáveis pela ação repressiva denunciada ao longo do relatório (CONADEP, 2017: 477-478).

2.3.2. *Brasil: Nunca Mais* e a denúncia da tortura

O relatório *Brasil: Nunca Mais* possui 312 páginas e está disponível em versão física, publicada pela editora Vozes. Essa edição está dividida em seis partes, além dos anexos. A parte I, denominada *Castigo cruel, desumano e degradante*, é composta por seções que dizem respeito às aulas de tortura, os modos e instrumentos de tortura e à sua realização em crianças, mulheres e gestantes. A parte II, denominada *O sistema repressivo*, trata sobre a origem do

regime militar, a consolidação do Estado autoritário, a montagem do aparelho repressivo e suas leis e como eram efetuadas as prisões. A parte III, *Repressão* contra tudo e contra todos, aborda o perfil dos atingidos, as organizações de esquerda, os setores sociais e as atividades visadas.

A quarta parte, versa sobre a *Subversão do direito, com a formação dos processos judiciais* – trazendo seis casos exemplares. A parte V analisa um *Regime marcado por marcas da tortura*, abordando a temática da intimidação pela tortura, os depoimentos forjados, as confissões falsas, as consequências e marcas da tortura e a assistência médica. Por fim, a parte VI aborda *Os limites extremos da tortura*, com a analogia com o inferno, os mortos sob tortura e os desaparecidos políticos.

O documento foi elaborado por um grupo formado, principalmente, por membros da Arquidiocese de São Paulo – entre eles, D. Paulo Evaristo Arns, cardeal da Igreja Católica. Com isso, é possível perceber, principalmente no prefácio, um tom religioso que remete não só à perspectiva católica sobre os fatos ocorridos, mas também à própria participação da Igreja no contexto da ditadura civil-militar. Há uma preocupação da Igreja com a agenda de defesa dos direitos humanos, gerando um apelo para se repensar, principalmente, as condições degradantes e desumanas da prática de tortura.

Em sua apresentação, o relatório é colocado como uma “reportagem sobre uma investigação no campo dos direitos humanos”, “uma radiografia inédita da repressão política que se abateu sobre milhares de brasileiros considerados pelos militares como adversários do regime inaugurado em abril de 1964”, e também como uma “anatomia da resistência” (BNM, 2014: 19). É importante ressaltar que, apesar do fim do período ditatorial brasileiro ter se dado, conforme a maior parte da historiografia, no ano de 1985; a análise realizada pelo *Brasil: Nunca Mais* é circunscrita nos documentos produzidos entre os anos de 1964 e 1979.

A formação do grupo homônimo teve início em 1979, poucos meses após General João Batista Figueiredo tomar posse como Presidente da República, com a promessa de aprofundar a distensão política iniciada já no governo Geisel, que pretendia “transformar o país em uma democracia”. O objetivo era o de estudar a repressão exercida pelo regime militar¹⁸, revelando uma história até então oculta. Apesar de a questão da repressão política ser quase sempre levantada a partir de denúncias dos atingidos ou de relatos elaborados por entidades que se dedicam à defesa dos direitos humanos, o que acaba gerando uma certa “desconfiança” em relação à tendenciosidade pelo fato de possuírem “motivações políticas”; os pesquisadores do grupo acreditavam que esse dilema seria superado a partir do estudo da repressão a partir de

¹⁸ Em que pese na presente pesquisa se prefira o termo “ditadura civil-militar”, é importante ressaltar que a denominação utilizada no relatório é a do “Regime Militar”.

documentos produzidos pelas próprias autoridades encarregadas do que chamam de “tarefas controvertidas” (BNM, 2014: 20). Dessa forma, houve o uso de documentos oficiais do próprio Estado para comprovar a prática reiterada e institucionalizada da tortura como ferramenta de investigação e repressão durante a ditadura.

Assim, foram reunidas as cópias da quase totalidade dos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, especialmente aqueles que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar.

Foram obtidas, por inúmeros caminhos, cópias de 707 processos completos, e dezenas de outros incompletos, num total que ultrapassou 1 milhão de páginas imediatamente microfilmadas em duas vias, para que uma pudesse ser guardada, sem riscos, fora do país. Sobre o outro conjunto de microfilmes uma equipe se debruçou durante cinco anos, produzindo um relatório (Projeto “A”) de aproximadamente 5.000 páginas, contendo informações impressionantes (BNM, 2014: 20).

A escolha pelos processos da Justiça Militar como fonte básica é justificada pelo relatório:

No livro *Vigiar e Punir*, o pensador francês Michel Foucault havia mostrado ser possível reconstruir boa parte da história de uma época através do processo penal arquivado no Poder Judiciário de cada país. A verdadeira personalidade do Estado ficava ali gravada, sob a forma de sentenças judiciais determinando torturas, esartejamentos em praça pública, normas de vigilância carcerária, castigos ao corpo, punição ao espírito.

Daí o salto conclusivo: se, no Brasil, fosse possível recuperar a história das torturas, dos assassinatos de presos políticos, das perseguições policiais e dos julgamentos tendenciosos, a partir dos próprios documentos oficiais que procuravam legalizar a repressão política daqueles 15 anos, teríamos chegado a um testemunho irrefutável (BNM, 2014: 21-22).

Os objetivos do projeto *Brasil: Nunca Mais*, desde a formação do grupo homônimo, em 1979, até sua publicação, em 1985, foram o de materializar o imperativo de que nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, e as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente. Não havia a intenção de organizar um sistema de provas para serem apresentadas em qualquer “Nuremberg brasileiro”, já que se defendia a busca pela justiça sem nenhum sentimento de “vingança” ou “revanche”. Segundo o próprio relatório:

O que se pretende é um trabalho de impacto, no sentido de revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964. É a observância do preceito evangélico que nos aconselha o conhecimento da verdade como pressuposto para a libertação (BNM, 2014: 24).

A primeira parte do relatório tem como temática principal a transformação da tortura como método prático para arrancar confissões e informações. Realiza uma análise que parte desde o momento em que a prática foi inicialmente introduzida; até sua introdução como prática de Estado, e, inclusive, com uma certa especialização que vinha através da exportação do sistema repressivo de outros países.

A documentação processual recolhida revela com riqueza os detalhes de como a tortura era realizada. Os depoimentos parcialmente transcritos no livro demonstram a forma com que a prática era remetida pelos torturadores, em suas falas; e também demonstram os principais modos de tortura adotados pela repressão no Brasil. Além disso, revelam sua aplicação indiscriminada, sendo indiferente à idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas (BNM, 2014: 41). Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos.

Na segunda parte do relatório, trata-se sobre as origens do regime militar, em que se considera o regime militar como uma sequência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa história (BNM, 2014: 51). Excetuando a utilização das fontes documentais, essa seção pode ser considerada mais teórica, na medida em que retoma alguns acontecimentos políticos da história do país, realizando quase que uma revisão do movimento político que culminou na consolidação do Estado autoritário, em 1964, com a descrição da essência de suas medidas, e uma breve “retrospectiva” das fases políticas que marcaram o período ditatorial. É interessante perceber uma diferença em relação à utilização da documentação: enquanto na parte anterior, todas as informações foram justificadas a partir de trechos de depoimentos contidos nos processos judiciais; não há nenhuma referência à historiografia.

Ainda se tratando de uma perspectiva histórico-política do regime, mas agora já com uma visita à documentação sobre a temática, o relatório descreve a montagem do aparelho repressivo e suas leis, destacando o projeto global que influenciou as políticas militares: a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Nesse momento de escrita, é ressaltado o fato de que houve uma preparação das Forças Armadas para combater qualquer espécie de revolta popular contra o regime imposto pelo direito da força, o que motivou a criação de um vasto campo da legislação nacional e a configuração das instituições do Estado. Segundo o relatório:

Em síntese, a contradição que se estabelece com a Lei de Segurança Nacional é permanente e totalizante: de um lado, os interesses de perpetuação do Estado autoritário e, de outro, a defesa da ordem jurídica e da democracia. (...) Mesmo em sua última versão criada para os tempos de “abertura política”, a LSN faculta à autoridade policial política um campo de arbítrio incomensurável, expondo o cidadão brasileiro à mais completo insegurança. Com ela, o regime manteve uma ferramenta para dissuasão e repressão a seus adversários e impingiu autoritariamente à nação uma ideologia que, além de importada, significa, em última análise, uma tentativa de perpetuação de estruturas sociais injustas (BNM, 2014: 74).

Através da pesquisa do *Brasil: Nunca Mais*, foi possível selecionar alguns casos que ilustram com fidelidade a prática rotineira das prisões ilegais ocorridas na ditadura. Num

completo desrespeito a todas as garantias individuais dos cidadãos, previstas na Constituição que os generais alegavam respeitar, ocorreu uma prática sistemática de detenções na forma de sequestro, sem qualquer mandado judicial nem observância de qualquer lei (BNM, 2014: 75).

A terceira parte do relatório apresenta uma das etapas percorridas pelo grupo de pesquisa, que consistiu em realizar uma abordagem qualitativa de cada ação penal, em que se pode obter dados simplificados que permitiram formar um perfil dos atingidos pela repressão política entre 1964 e 1979. Há a informação de que, extraídos de 695 processos pesquisados, somaram um total de 7.367 nomes de pessoas que foram levadas ao banco dos réus, em processos formados na Justiça Militar no período. Em números aproximados, 88% dos réus eram do sexo masculino, e 12% eram mulheres (BNM, 2014: 83).

Uma informação relevante trazida pelo relatório, é que a distribuição dos processos ao longo dos anos mostra como a repressão esteve concentrada em duas fases: a primeira, entre 1964 e 1966, coincidindo com o governo Castello Branco, quando somam-se 2.127 nomes de cidadãos processados. A segunda fase corresponde quase por completo ao governo Médici: registraram-se 4.460 denunciados entre 1969 e 1974, na avalanche repressiva que se seguiu à decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968.

O estudo estatístico foi realizado acerca da idade dos réus, assim como de sua origem geográfica, extração social, qual havia sido o agente da repressão, o tipo de acusação, a comunicação à autoridade judicial, e também em relação às denúncias efetuadas em pleno tribunal militar acerca das torturas praticadas na época das prisões.

Possuem especial abordagem os processos reunidos que se referem à organizações partidárias proibidas pela legislação da ditadura (principalmente aos grupos de esquerda, que, inclusive, tinham sua atuação clandestina como principal justificativa para o tratamento violento que recebiam). Essas organizações foram agrupadas pelo relatório em sete grandes grupos, a partir de origens comuns ou afinidades políticas explícitas. Há uma tabela com o número de processos formados contra cada uma dessas organizações e sua distribuição pelos Estados ao longo dos anos (BNM, 2014: 112-114).

Na análise dos setores sociais envolvidos, o relatório faz uma radiografia dos alvos prediletos do regime militar no exercício de sua ação punitiva e indica quais áreas sociais estiveram empenhadas na oposição ao autoritarismo. Os réus podiam ser classificados como pertencentes a seis setores sociais claramente identificados (e que recebem protagonismo no tratamento das fontes): militares, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos. As páginas que se destinam à análise específica de cada grupo apresentam especificidades dos processos protagonizados por cada uma delas, além de elementos-comuns encontrados nos

processos de cada grupo determinado. Além disso, há a classificação das atividades visadas pela repressão militar, que podem ser identificadas a partir de: atividades de apoio ou de participação no governo Goulart; realização de “propaganda subversiva”; e críticas e ataques a autoridades (BNM, 2014: 154).

Na quarta parte do relatório, é apresentado o enfoque da pesquisa em relação à formação dos processos judiciais. Nesse sentido, analisou-se a legalidade dos procedimentos punitivos do ponto de vista estrito do Direito. Ou seja, verificou-se como eram cumpridas as leis e códigos da Justiça Militar, indagando-se sobre o respeito a algumas normas consagradas da Justiça. Como uma forma de informar e de motivar uma abordagem mais teórica do leitor, algumas páginas foram destinadas à explicação sobre o funcionamento do processo penal, desde a sua fase de instrução (em que são produzidas as provas), até a promulgação de sentenças e as possibilidades de recurso. Dessa forma, não há espaço para a repetição de sensos comuns (principalmente por parte da acusação), em relação ao funcionamento da justiça.

Foram selecionados seis casos exemplares em que se pretendeu, de modo bastante representativo, a postura mais frequente dos julgadores no que concerne ao respeito às normas consagradas do Direito, e às próprias regras legais estabelecidas após 1964. Com eles, foi possível perceber que nove anos passados na União Soviética serviram de prova da “intenção de delinquir”; que havia um silêncio do Tribunal Militar em relação às nulidades processuais arguidas no momento do julgamento; que decisões foram tomadas a partir apenas do inquérito policial militar, sem levar em conta o direito (e a necessidade) de uma dilação probatória mais ampla; que havia contínuas perseguições para a incriminação de réus; e julgamento em relação à “ideais subversivos”, e não a provas (BNM, 2014: 188).

Na quinta parte do relatório, a temática da tortura volta a aparecer como peça essencial da engrenagem repressiva. Os capítulos que a compõem mostram, em uma sequência organizada de forma a revelar um crescendo na gravidade das consequências, outras dimensões dessa arma que representava a base do autoritarismo e do sistema de imposição da vontade absoluta dos governantes (BNM, 2014: 201). A análise dos depoimentos é realizada desde o momento de intimidação pela tortura, passando pela assinatura forjada de depoimentos e confissões falsas, até as diversas consequências provocadas pela tortura (as sequelas de ordem física, psicológica e moral). Esses impactos são registrados a partir dos depoimentos prestados em juízo, e também de relatórios médicos das vítimas dessa prática.

Há uma clara denúncia ao fato de a tortura ser considerada uma prática usual e irrestrita do Estado, no contexto da repressão. Presente nos autos de um processo de São Paulo, um documento do DOI-Codi-II Exército revelou as orientações dadas às equipes de interrogatório

nos órgãos da repressão, no sentido de que havia uma liberação para “forçar a barra”; desde que “não fossem deixadas marcas” nos corpos das pessoas (BNM, 2014: 221). Há também registros da participação direta de enfermeiros e médicos que assessoravam o trabalho dos algozes.

Na sexta e última parte do relatório, a pesquisa enverada para a temática dos “aparelhos” do regime, locais nos quais presos políticos eram mantidos em cárcere privado após terem sido sequestrados. Segundo os relatos, eram raros os casos em que as pessoas viam com os próprios olhos os imóveis equipados e adaptados para toda a sorte de torturas que sofreram. A partir das memórias, detalhes como vias de acesso e tempo de percurso eram meios de identificar a localização desses “aparelhos” do sistema repressivo. O contato com as situações narradas mostra detalhadamente o caráter angustiante e violento desses locais, e das práticas de tortura que ali eram realizadas.

Nos processos políticos analisados, constatou-se o testemunho de pessoas que presenciaram a morte de outros presos políticos, sob tortura. Há a narrativa dos episódios de mortes denunciadas em juízo; bem como a abordagem sobre os casos em que as pessoas eram consideradas como “desaparecidas”. Prática muito presente no contexto das ditaduras latino-americanas, o fenômeno da detenção arbitrária ou sequestro, seguido do desaparecimento da vítima, não foi exceção no Brasil. Segundo o relatório:

A condição de desaparecido político corresponde ao estágio maior do grau de repressão política em um dado país. Isso porque impede, desde logo, a aplicação dos dispositivos legais estabelecidos em defesa da liberdade pessoal, da integridade física, da dignidade e da própria vida humana, o que constitui um confortável recurso, cada vez mais utilizado pela repressão (BNM, 2014: 258).

Como conclusão, a reportagem expõe o Artigo 120 da Convenção de Genebra (III), assinada pelo Brasil, que determina que “as autoridades detentoras de prisioneiros de guerra deverão assegurar que os que morreram em seu poder sejam enterrados com dignidade”. Mesmo que nenhuma lei nesse sentido existisse, o grupo de pesquisa finaliza o relatório afirmando que seria confortador conhecer as circunstâncias em que as prisões e mortes se operaram, para que a história da vida dessas pessoas não seja fragmentada (BNM, 2014: 270). Para eles, é justo pedir a localização dos corpos, tanto pelo conhecimento do paradeiro e da situação degradante a que lhes foi submetida; como para que a família tenha a oportunidade de realizar o sepultamento, e exercer o direito de velar seus mortos.

Por fim, como anexos, encontram-se, além do glossário de siglas; um capítulo que define tortura, e mostra como ocorreu a sua presença na história ocidental; a lista nominal de desaparecidos políticos desde o ano de 1964; a Declaração sobre Tortura, elaborada pelo Conselho Mundial de Igrejas, em 1977; e a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou

castigos cruéis, desumanos ou degradantes, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 1984 – que tem sua assinatura e ratificação pelo governo brasileiro como parte do apelo feito pelo grupo que produziu o relatório (BNM, 2014: 14).

O relatório *Brasil: Nunca Mais* tem destacada importância na denúncia dos crimes cometidos pelo aparelho repressivo brasileiro, e também no surgimento de uma memória contrária ao regime, que se une à sociedade civil ligada, direta ou indiretamente com as vítimas, e às organizações de direitos humanos. Entretanto, em que pese seu protagonismo, é necessário afirmar que a busca por revelar as graves violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura brasileira não é inédita.

Publicado pela primeira vez na França, em 1971, e, logo em seguida, no México, em 1972, *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*, de Bernardo Kucinski e Ítalo Arnaldo Tronca, foi a primeira denúncia sistemática de caráter internacional sobre as graves violações de direitos humanos praticadas pela ditadura que se instalara no poder, por meio do golpe de Estado de 1964. *Pau de Arara* faz voltar ao centro de nossa memória coletiva aqueles que, sem sucesso, uma ditadura tentou calar e impedir que a sua luta por um Brasil mais justo, mais democrático e mais republicano se levantasse (Kucinski & Tronca, 1971: 13).

O livro foi o que teve maior repercussão no plano internacional. Sua publicação ocorreu após a decretação do AI-5, quando se intensificou o exílio de centenas de brasileiros em direção à Europa e a países da América Latina, como o Chile, mas sua trajetória é difícil de ser reconstituída pelos próprios autores. O fato é que circulou entre os grupos de esquerda em Paris e acabou chegando ao México.

O título do livro remonta ao instrumento “pau de arara”, que foi o mais utilizado pelos militares brasileiros. Sua execução era realizada com o preso, após ter seus pés e mãos amarrados, sendo suspenso em uma barra de madeira ou de ferro introduzida longitudinalmente no espaço entre os joelhos e o antebraço.

Por ter sobrevivido à barbárie da tortura e da repressão, Pau de Arara deve ser valorizado como uma escritura do silêncio, tecida na quase clandestinidade, com o apoio e a solidariedade de colegas e amigos de profissão. Seus autores superaram todas as adversidades na composição de um painel histórico da violência institucional no Brasil. Avesso às ideias da cordialidade do povo brasileiro, o livro reconstrói a trajetória da violência institucional no Brasil produzida, inicialmente, pela polícia política de Getúlio Vargas na ditadura do Estado Novo, de 1937, e depois pelos militares que se instalaram no poder após o golpe de 1964. Uma continuidade assustadora que nos permite entender o modo como a sociedade brasileira ainda hoje é refém do aparato repressivo do Estado (de Decca, 2014: 11).

A primeira parte do livro se dedica a analisar o período histórico, mostrando uma visão sintética dos atos de violência explícita ou dissimulada. As fontes utilizadas são livros de história e historiografia – todos de autores brasileiros. A segunda parte, que relata fatos recentes e (até o momento de escrita do livro) ainda não analisados, apoia-se em publicações de jornais e revistas. Os autores utilizaram também publicações impressas fora do Brasil por organizações brasileiras de informação, assim como algumas declarações de pessoas que permanecem presas. Em todos os casos, trata-se de testemunhos rigorosamente comprovados.

É possível inferir que as duas primeiras partes do livro dão ênfase à montagem dos aparatos de violência, tornando ainda mais chocante o capítulo final, dedicado aos testemunhos e aos documentos de homens e mulheres, estudantes, trabalhadores, sindicalistas, jornalistas e intelectuais submetidos às atrocidades dos porões da ditadura brasileira.

A terceira parte é um dossiê da tortura a partir de documentos que, “de nenhuma maneira” podem ser postos em dúvida. Alguns são trechos de declarações ou registros oficiais, outros trazem a assinatura das próprias testemunhas. Todos foram confrontados com outras fontes de informação.

O livro tenta mostrar, em resumo, que quaisquer que sejam os agentes menores da violência, a rota da repressão conduz sempre a um só e único núcleo: as Forças Armadas. Nessa perspectiva, o golpe de 1964 representa não um retorno aos tétricos dias do Estado Novo, mas um degrau a mais de uma longa cadeia de violências. A terrível situação dos presos políticos alcançou tais níveis de brutalidade que as organizações revolucionárias, embora ainda em formação, dedicaram boa parte dos seus esforços para denunciar a violência e, paralelamente, obter a libertação de prisioneiros através do sequestro de diplomatas estrangeiros. Esta forma para a libertação de presos políticos nasceu no Brasil como uma reação espontânea à brutal e extrema repressão político-militar (Kucinski & Tronca, 1971: 20).

Em relação à sua estrutura e de seu aparato de repressão, *Pau de Arara* descreve que o golpe teve seu perfil de vingança, teve sua face de intimidação, e uma fase maior essencialmente prática: o desmantelamento das estruturas de caráter popular, sindical e de politização construídas arduamente nos últimos anos de industrialização e em função da mobilização pelas reformas de base. Mas, acima de tudo isso, as variadas faces do golpe eram resultado de uma estratégia bem estabelecida: a inflação e a crise econômica seriam superadas à custa dos trabalhadores assalariados. Segundo o livro, a estrutura social do país deveria estar o mais próxima possível da estratificação fascista, e a cultura devia ser uma simples consequência dessa estratificação. O terror sistemático era parte da preparação necessária para a implantação da futura *nova ordem* (Kucinski & Tronca, 1971: 68).

A construção da narrativa do livro é marcada por uma extensa pesquisa, que traz referências a todos os fatos abordados pelos autores, bem como uma radiografia do sistema repressivo, e de seu mais baixo e cruel nível de atuação. A temática da tortura também é muito explorada, não apenas no sentido de descrever os instrumentos, mas de analisar os efeitos e os objetivos causados por eles. Nesse sentido, importa trazer para a exposição a última parte do livro, denominada “Anexo”, que contém testemunhos e documentos comprobatórios de torturas. Compreendem um total de 65 páginas, com 23 documentos. Entre eles, são encontrados desde declarações e exposições pessoais, até trechos de cartas publicadas pela mídia impressa, interrogatórios e autos de infração de pessoas presas pelo regime, e que sofreram suas mazelas, a partir do uso da violência e de práticas recorrentes de tortura.

A versão brasileira ainda conta com uma entrevista com Bernardo Kucinski, realizada por Dainis Karepovs, Rogério Chaves e Luana Soncini, realizada em 13 de dezembro de 2013, em São Paulo. Nela, o autor de *Pau de Arara* nos brinda com explicações e contextualizações acerca das motivações que o levaram a escrever o livro, bem como de sua trajetória pelo jornalismo, e pela necessidade de se escrever um dossiê para denunciar as práticas de tortura. Ele afirma que o centro do livro são os métodos de interrogatório com tortura, envolvimento de militares nessa prática e os manifestos dos presos políticos. Nesse sentido, conta que o único reparo que faria, em termos de uma tardia introdução brasileira, seria de escrever que o que publicaram, embora chocante, “não foi nada perante o que aconteceu depois”.

Nesse sentido, o único reparo que eu faria, à guisa de introdução à edição brasileira, tardia por sinal, é de que, embora tudo isso nos chocasse bastante, isso não foi nada perante o que aconteceu depois – a Casa da Morte, os desaparecimentos, a entrada dos criminosos na repressão, a repressão no Araguaia... – tudo isso aconteceu depois. Eu sempre penso nisso, de como as coisas se tornaram tão piores. Como falei, ainda tinha um resquício de legalidade, tinha prisões políticas, havia manifestos de presos, faziam greve de fome. Então, você vê, havia as coisas mais brutais que já aconteciam nessa época, mas, exceto a tortura em interrogatório, que sempre foi sistemática, eram pontuais. O Virgílio Gomes da Silva já tinha sido morto a pauladas. O Chael Charles Schreier foi morto a pauladas. Tinha mortes também a paulada já nessa época (Kucinski & Tronca, 1971: 224).

Por fim, considera muito importante a publicação no Brasil, ainda mais no momento de realização dos trabalhos da Comissão da Verdade¹⁹. Segundo ele, havia uma frustração por não existir uma versão em português, e pela autoria não ser identificada desde as primeiras edições. Segundo Kucinski, o *Pau de Arara* pode se tornar muito relevante para compor trabalhos e

¹⁹ A Comissão Nacional da Verdade – CNV, foi criada pela Lei nº 12.528/2011, implantada em 2012, e encerrou suas atividades em 2014. Desprovida de poderes jurídicos, a Comissão Nacional da Verdade tem como objetivo investigar e sistematizar as informações levantadas sobre violações de direitos humanos durante a ditadura. Entretanto, a possibilidade de um “acerto de contas” ou de uma perspectiva penal no que concerne à tais violações ficaram de fora do projeto político.

pesquisas (além de novas denúncias) sobre a temática da tortura e da repressão, porque nele estão contidas diversas documentações, como depoimentos, documentos de presos políticos, manifestos e confissões assinadas.

3. Os *Nunca Mais* e o campo da memória

3.1 Comparando os *nunca mais*: aproximações e distanciamentos

Os informes “nunca mais” foram os primeiros relatos sistematizados do que havia ocorrido nas ditaduras. Eles ofereceram uma particular representação das ditaduras, que se centrou na experiência das vítimas da perseguição política. Os dois textos aqui analisados fazem menção à necessidade de recordar o passado para evitar a repetição das experiências históricas nesses dois países a partir, principalmente, de uma linguagem e intenção de denúncia.

Os modelos repressivos implementados na Argentina e no Brasil apresentam aspectos comuns a todas as ditaduras latino-americanas e distinções que os situam em polaridades no espectro desenvolvido pelos regimes militares do Cone Sul durante as décadas de 1960-1980. O conhecimento acerca destas aproximações e distanciamentos é, entre outras coisas, uma função do quanto se conhece acerca dos aparatos repressivos locais (Teles, 2014: 100).

Intelectuais das mais diversas formações, historiadores, militantes de direitos humanos e familiares de presos e desaparecidos políticos se reuniram em torno da consigna “lembrar para não esquecer, para não repetir”. O resgate da memória do que se tinha passado naqueles anos de ditadura revelou-se uma arma de denúncia da repressão e do terrorismo de Estado (Araújo, 2015, p. 226). A memória era usada como um instrumento político que impedia o esquecimento e reivindicava a justiça. Ela trazia à tona os crimes do Estado, assim como também permitia a recuperação simbólica – para as famílias – de milhares de desaparecidos. Mais do que isso: a memória permitia a inscrição desses desaparecidos na história do país.

A justiça de transição se apresenta como um processo intrínseco às sociedades que enfrentaram um processo de mudança política. Caracterizando-se como um rompimento com o passado totalitário, o processo transicional pretende trazer perspectivas democráticas às configurações políticas, econômicas, sociais e jurídicas de uma sociedade. Essa temática, por sua vez, está relacionada com a defesa dos direitos humanos, visto que os períodos que antecedem a transição se caracterizam pela violação generalizada aos direitos humanos.

As experiências de transição política implicam processos de construção do regime democrático que, por sua vez, tomam formas diferentes, tais como transições de um regime autoritário para um democrático, ou extensões e aprofundamentos das instituições democráticas que vêm de regimes semi-autoritários ou democracias restritivas (Garretón, 2006: 72). As experiências de transição nos países aqui considerados incluem dois processos fundamentais:

transição de regimes autoritários-militares e consolidação de regimes democráticos que resultaram de tais transições.

Embora as ditaduras na Argentina e no Brasil tenham compartilhado as características gerais desse modelo, uma comparação descobre diferenças importantes entre elas, em termos de projetos políticos e estratégias de repressão. Essas variações determinaram êxitos e fórmulas de transição diferentes, assim como variações nos aspectos-chave da luta política nos regimes democráticos emergentes (Acuña, 2006: 35). Apesar da proximidade cronológica e das semelhanças existentes, as diferenças que marcam as experiências ditatoriais argentina e brasileira, assim como as que configuram as especificidades nos processos de transição política, influenciaram diretamente na constituição desses informes.

3.1.1. O âmbito de produção dos relatórios

No que diz respeito à organização e produção dos relatórios, percebe-se a primeira diferença entre eles: o informe argentino advém de uma iniciativa estatal; enquanto o brasileiro tem sua constituição marcada pela atuação silenciosa, quase clandestina, de grupos da sociedade civil – em especial de pessoas vinculadas aos setores progressistas da Igreja Católica.

Na Argentina, Raul Alfonsín, presidente democraticamente eleito após o período ditatorial, três dias após a posse, em 10 de dezembro de 1983, promulgou os decretos 157 e 158, que determinavam a abertura dos processos das cúpulas militares e das organizações armadas de esquerda, a fim de “não deixar impune o conjunto de delitos cometidos no passado” e de “restabelecer o Estado de direito na Argentina”.

Que con la finalidad de atender a estos requerimientos es necesario practicar los ajustes presupuestarios destinados a permitir que el Presidente del Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas cuente con el equipamiento de personal y elementos que hubiere menester. Por ello, el Presidente de la Nación Argentina decreta:

Art. 1 Sométase a juicio sumario ante el Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas a los integrantes de la Junta Militar que usurpó el gobierno de la Nación el 24 de marzo de 1976 y a los integrantes de las dos juntas militares subsiguientes (Boletín Oficial, Buenos Aires, 1983).²⁰

Em 15 de dezembro, Alfonsín anunciou a criação da CONADEP, por meio do Decreto nº 187. Por sua vez, em 22 de dezembro, o Congresso Nacional sancionou a Lei nº 23.040, pela

²⁰ Tradução livre. Que, com a finalidade de atender a esses requisitos, é necessário praticar ajustes orçamentários destinados a permitir que o Presidente do Conselho Supremo das Forças Armadas tenha o pessoal e os elementos necessários. Portanto, o Presidente da Nação Argentina decreta:

Art. 1. Submeta-se à julgamento sumário perante o Conselho Supremo das Forças Armadas os integrantes da Junta Militar que usurparam o governo da Nação em 24 de março de 1976 e os membros dos integrantes das juntas militares subsequentes (Diário Oficial, Buenos Aires, 1983).

qual se abolia por inconstitucionalidade e se declarava nula a Lei de Anistia nº 22.924, que havia sido promulgada em setembro desse ano pela última Junta Militar e em razão da qual se haviam extinguido as ações penais decorrentes dos delitos cometidos por ocasião ou por motivo da prevenção ou repressão de atividades terroristas ou subversivas, e daqueles cometidos com motivação ou finalidade terrorista ou subversiva. Ficava, assim, aberto o caminho jurídico para que se iniciasse o processo de revisão proposto pelo governo e pretendido pelo conjunto da sociedade (Sain, 2000: 25).

A criação da CONADEP insere-se na série de medidas tomadas para concluir o processo de transição política, atendendo às demandas da população por justiça e verdade. “Al crearse la CONADEP, las desapariciones se convirtieron en una cuestión de Estado. Sin embargo, la Comisión comprometía también a una fracción de los organismos de derechos humanos, cuyo poder simbólico y político se reflejaba en su propia conducción.” (Crenzel, 2014: 63).

No texto do Decreto nº 187, ficavam explícitos os critérios de escolha para os membros da comissão: “(...) personalidades caracterizadas por su celo en la defensa de los derechos humanos y por su prestigio en la vida pública del país (...)” (Ageitos, 2002: 158). De acordo com o artigo número 2, seriam atribuições da comissão:

- a) Recibir denuncias y pruebas sobre aquellos hechos y remitirlas inmediatamente a la Justicia, si ellas están relacionadas con la presunta comisión de delitos;
- b) Averiguar el destino o paradero de las personas desaparecidas, como así también toda otra circunstancia relacionada con su localización;
- c) Determinar la ubicación de niños sustraídos a la tutela de sus padres o guardadores a raíz de acciones emprendidas con el motivo alegado de reprimir el terrorismo y dar intervención, en su caso, a los organismos y tribunales de protección de menores;
- d) Denunciar a la Justicia cualquier intento de ocultamiento, sustracción o destrucción de elementos probatorios relacionados con los hechos que se pretende esclarecer;
- e) Emitir un informe final, con una explicación detallada de los hechos investigados, a los ciento ochenta días a partir de la constitución (Boletín Oficial, Buenos Aires, 1983).²¹

A comissão deparou-se com inúmeros problemas. Devido ao acúmulo de casos, os seis meses de trabalho previstos tornaram-se nove meses. A incredulidade pública diante da revelação dos fatos ocorridos nos anos precedentes apareceu como uma das mais contundentes dificuldades (Bauer, 2014: 168). O assassinato de milhares de pessoas foi uma realidade difícil

²¹ Tradução livre. a) Receber denúncias e provas sobre aqueles fatos e remetê-las imediatamente à Justiça, se estiverem relacionadas com a suposta prática de crimes; b) Descobrir o destino ou paradeiro das pessoas desaparecidas, assim como também todas as circunstâncias relacionadas à sua localização; c) Determinar a localização de crianças sequestradas sob a tutela de seus pais ou responsáveis como resultado de ações empreendidas com o alegado motivo de suprimir o terrorismo com o alegado motivo de suprimir o terrorismo e dar intervenção, quando apropriado, à órgãos e tribunais de proteção de menores; d) Denunciar à Justiça qualquer intenção de ocultamento, subtração ou destruição de elementos probatórios relacionados com os fatos que se pretende esclarecer; e) Emitir um informe final, com uma explicação detalhada dos fatos investigados, em 180 dias a partir da constituição [da Comissão].

de ser reconhecida. Muitos familiares ainda tinham esperanças que seus parentes desaparecidos pudessem estar em prisões distantes no país ou em algum hospital. Porém, com o trabalho da comissão, soube-se que a realidade era bem distinta. Depois das buscas realizadas em várias instituições, Ruiz Guiñazu, integrante da CONADEP, afirmou: “*No encontramos absolutamente a nadie*” (Crenzel, 2014: 66-67).

O primeiro resultado das investigações realizadas pela CONADEP tornado público aconteceu no dia 4 de julho de 1984, em um programa televisivo que veiculou depoimentos, imagens e um pequeno resumo dos trabalhos. Naquela noite, cerca de 1,64 milhão de argentinos assistiram ao programa (Crenzel, 2014: 89). Em 20 de setembro de 1984, o relatório da CONADEP foi entregue ao presidente Alfonsín em ato público na Casa Rosada, quando aproximadamente 70 mil pessoas se reuniram na *Plaza de Mayo*, reunidas pela palavra de ordem: “*Después de la verdad, ahora la justicia*”. Para Crenzel:

La respuesta castrense a la entrega del informe, además, incluyó una serie de actos conmemorativos en los aniversarios de ataques guerrilleros a unidades militares, ocurridos durante el gobierno peronista entre 1973 y 1976; así pretendía afirmar su tesis sobre la guerra librada, y asociar la intervención uniformada con la defensa de la democracia y su triunfo con su restauración. Por otro lado, calificaron de falaces los testimonios reunidos por la CONADEP, consideraron que sus integrantes y su informe eran parte de la estrategia subversiva y alertaron sobre el regreso a las calles del ‘clima revolucionario’ (Crenzel, 2014: 99).

A elaboração do informe brasileiro originou-se em um processo distinto do argentino, estando vinculada à atuação do comitê Clamor – um organismo de Direitos Humanos –, à Arquidiocese de São Paulo e à Igreja Prebisteriana. O Clamor, grupo fundado pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, pela jornalista britânica Jan Rocha e pelo pastor Jaime Wright, com o apoio do arcebispo dom Paulo Evaristo Arns, começou a se reunir no final de 1977, prosseguindo até 1984. Atuou como uma rede de solidariedade em defesa dos Direitos Humanos no Cone Sul, por meio da denúncia e das investigações (Bauer, 2014: 175).

Em 1984, Jaime Wright desligou-se do Clamor, por estar envolvido com o projeto de cópia dos processos constantes do Superior Tribunal Militar em Brasília. O início das atividades do grupo que copiou todos os processos chegados ao Superior Tribunal Militar começou em agosto de 1979 e estendeu-se até março de 1985. Cerca de 30 pessoas trabalharam com as fotocópias e com a elaboração dos Projetos A e B, todas sob a coordenação de dom Paulo Evaristo Arns (Abreu, 2001: 351).

A verba para a realização desse projeto veio do Conselho Mundial de Igrejas, por intermediação de Philip Potter. Consumiram-se mais de 350 mil dólares no processo de reprodução dos 707 processos. “As ações do grupo em muito se assemelhavam à filosofia do Clamor: rapidez e silêncio. Os envolvidos não revelariam sequer aos familiares o que estavam

fazendo” (Lima, 2003: 210-211). Enquanto Greenhalgh supervisionava a transferência dos processos fotocopiados de Brasília para a Cúria Metropolitana de São Paulo, dom Evaristo oferecia cobertura ao trabalho. Para a execução dessa etapa, “(...) três máquinas de fotocopiar ficaram à disposição do projeto em tempo integral, retirando, assim, das entranhas do próprio regime militar, tudo o que fora produzido pelos tribunais militares em todo o país. Ao final do projeto, todos os processos tinham sido reproduzidos, contabilizando mais de 1 milhão de folhas. O projeto começou a se constituir quando “esse impressionante material foi submetido a uma sofisticada metodologia de análise, daí resultando em 12 volumes [6.891 páginas de análise] – chamados de *Projeto A* (...). Posteriormente, foram contratados dois jornalistas para realizarem uma síntese do material que saiu publicada no volume intitulado *Brasil: Nunca Mais* – conhecido como *Projeto B*”. Há 25 cópias do *Projeto A* espalhadas pelo Brasil.

Lançado em 31 de julho de 1985, *Brasil, Nunca Mais*, denominado inicialmente de *Testemunhos para a Paz*, tornou-se o livro mais vendido em poucos dias. Nos dois anos seguintes, foi a obra que os brasileiros mais adquiriram. Dois meses depois do lançamento, aconteceu o primeiro reflexo institucional da publicação do livro. Atendendo ao pedido de dom Evaristo Arns, que no Prefácio apelava ao governo brasileiro para que assinasse e ratificasse a Convenção contra a Tortura, proposta pela ONU, o presidente José Sarney assinou essa proposição (Aquino, 2002: 12). Além disso, em novembro de 1985, uma lista contendo os nomes dos 444 torturadores citados pelas vítimas nos processos fotocopiados foi liberada aos jornalistas e publicada em alguns jornais.

Abreu, entretanto, afirma que não houve somente reflexos positivos com a publicação do *Brasil: Nunca Mais*. Em janeiro de 1986, o informe brasileiro incitou a abertura de uma queixa-crime contra a Editora Vozes, responsável pela edição, pelo médico-legista Elias Freitas, do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro. “Citado no dossiê como um dos médicos que forneciam laudos falsos para acobertar mortes sob tortura durante o regime militar, Freitas moveu o processo com base na Lei de Imprensa, que previa a condenação dos responsáveis por publicações caluniosas, com pena de detenção de até três anos.” No final do ano, o processo foi arquivado. O Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro entendeu que “os processos por abuso do exercício da liberdade de manifestação pressupunham crimes cometidos em publicações periódicas, não se enquadrando nessa categoria o livro *Brasil: Nunca Mais*.” (Abreu, 2001: 351).

Há indícios de que houve contato e troca de informações entre o Clamor e a CONADEP (Bauer, 2014: 177). Em janeiro de 1983, o arcebispo dom Paulo Evaristo Arns divulgou na Cúria Metropolitana de São Paulo a lista mais completa até então realizada de pessoas

desaparecidas na Argentina, no período de 1976 a 1982. Esse trabalho fora realizado pelo Clamor e relacionava 7.791 pessoas, englobando cidadãos de 27 países, 13 deles brasileiros. Intitulado *Desaparecidos en Argentina*, o dossiê foi enviado à ONU e à OEA. Também foi entregue ao governo argentino, por intermédio de sua representação diplomática na Dinamarca. No final de janeiro, ao papa João Paulo II pelas mãos do arcebispo dom Evaristo Arns. A CONADEP requisitou o *Desaparecidos en Argentina*, pois a lista continha indicações pormenorizadas, conferidas e confirmadas por fontes seguras e diversificadas (Lima, 2003: 212).

3.1.2. Os porões da repressão como fontes de denúncia

A diferente tipologia de fontes utilizadas pelos relatórios talvez seja o maior diferencial das duas obras, principalmente no que diz respeito a uma maior “confiabilidade” dos depoimentos tomados diretamente dos processos da Justiça Militar. Foi o *Brasil: Nunca Mais* que se utilizou das fontes oficiais para a elaboração desta “memória subterrânea”, enquanto o *Nunca Más*, apesar de seu vínculo com a “memória oficial”, utilizou-se de depoimentos e testemunhos tomados de vítimas da ditadura que poderiam e foram questionadas por sua “tendenciosidade”. Esta é uma das contradições que podem ser encontradas nos processos de constituição das memórias sobre a repressão dos dois países com base nos seus relatórios.

Em relação à documentação, o *Nunca Más* afirma que a busca inicial buscava uma documentação produzida pelas juntas militares, uma vez que todo o imenso e complexo dispositivo montado para levar a cabo a atividade repressiva clandestina, a gigantesca infraestrutura que isso requereu, foi produto de ordens, disposições, comunicações, atas, que inevitavelmente deveriam ter sido escritas e registradas. A suposição da existência dessa documentação era imprescindível para tal empreendimento. Entretanto, somente uma mínima parte dessa documentação pode ser individualizada, na árdua tarefa de investigação – e foi com base nela que foi possível reconstruir parte do “quebra-cabeças” de terror que reinou na Argentina. Nesse sentido, o próprio relatório apresenta o questionamento: ¿Dónde está hoy ese inmenso cúmulo de material escrito que, necesariamente, tuvieron en sus manos quienes pusieron en funcionamiento tan vasto como siniestro mecanismo? (CONADEP, 2017: 273).

As limitações em relação à falta de fontes estatais também foram denunciadas por Alfonsín, em uma nota publicada em 3 de maio de 1984, em que expressava que, sem dúvida, o governo das ex-Juntas Militares, através do controle absoluto que garantia o monopólio do exercício da força pelo Estado – recebeu, registrou e arquivou a informação pormenorizada

dessa situação. Segundo ele, a tarefa principal da Comissão – a determinação do paradeiro das pessoas desaparecidas – tropeça com uma falta essencial de informação documental acerca das ordens operativas específicas da ação repressiva, a individualização das pessoas detidas, processadas, sentenciadas, liberadas ou executadas, e os lugares onde as detiveram ou foi dada a civilizada sepultura (CONADEP, 2017: 274).

Em relação à questão da documentação, o relatório também reitera que, apesar de ser composto por listas de pessoas desaparecidas e daquelas que ainda que persistam em tal condição, foram vistas em centros clandestinos de detenção, o nome completo das pessoas desaparecidas e o destino recebido por elas somente poderia ser informada pelos autores de tais desaparecimentos, uma vez que existiu um minucioso registro de cada um desses fatos, cuja remoção ou destruição constituem delitos tipificados no Código Penal argentino – a respeito dos quais a Comissão formulou as denúncias pertinentes (CONADEP, 2017: 294).

As limitações em relação às fontes estatais, entretanto, não comprometeram as atividades da Comissão. Houve uma inversão da carga valorativa da prova documental, para dar lugar ao ato de “escutar denúncias, testemunhos e confissões”. Nesse sentido, solicitou e obteve apoio do Poder Executivo para que fossem habilitadas Embaixadas e Consulados argentinos no exterior para que os exilados formulassem suas denúncias ou contribuíssem com seus testemunhos sobre os desaparecimentos; e também que os órgãos competentes do Estado adotassem medidas de precaução para assegurar que algumas pessoas cujos testemunhos pudessem ser úteis para fins investigativos permanecessem na Argentina. Além disso, colocou à disposição membros titulares da Comissão para viajar ao interior do país com o objetivo de organizar delegações e centros de colaboração, recebendo denúncias e testemunhos da população – para o que se estabeleceram quatro zonas de trabalho: Litoral, Centro, Norte e Sul (CONADEP, 2017: 454).

Se ha logrado de hecho, por vía de la destrucción u ocultamiento de la documentación, invertir la carga de la prueba sobre los gravísimos hechos cometidos durante el Gobierno de facto, transfiriendo a esta Comisión, al Poder Judicial y a la ciudadanía en general la dificultosa labor de reconstruir lo ocurrido con la escasa documentación encontrada. No obstante, en base a las declaraciones obtenidas de liberados, familiares de desaparecidos, efectivos de fuerzas de seguridad y contando con los pocos documentos hallados, se ha logrado conocer lo fundamental de la acción represiva ilegal que se llevó a cabo (CONADEP, 2017: 274).²²

²² Tradução livre. Foi decidido, por via da destruição ou ocultamento da documentação, inverter a carga probatória sobre os gravíssimos fatos cometidos durante o Governo, transferindo a esta Comissão, ao Poder Judiciário e à cidadania em geral, o difícil trabalho de reconstruir o que aconteceu com a escassa documentação encontrada. Não obstante, com base nas declarações obtidas de liberados, familiares de desaparecidos, efetivos das forças de segurança, e contado com os poucos documentos encontrados, foi possível conhecer o fundamental da ação repressiva ilegal realizada.

Em sua estrutura formal, o *Nunca Más* busca conceber um certo grau de legitimidade, e de protagonismo: os testemunhos. Dessa forma, os entrevistados são, por um lado, verdadeiros “arquivos vivos” e, por outra, algo que os excede ou é radicalmente distinto.

A presença dos testemunhos não é exclusividade do relatório argentino. Em que pese houvesse um esforço dos organizadores do *Brasil: Nunca Mais* em relação ao desafio de trabalhar com a informação básica contida apenas nos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979 (especialmente aqueles que dizem respeito à esfera do Superior Tribunal Militar), recorrendo-se só ocasionalmente a fontes complementares – também de idoneidade inquestionável – o relatório é composto por inúmeras transcrições de depoimentos. Apesar de argumentarem que se, no Brasil, fosse possível recuperar a história das torturas, dos assassinatos de presos políticos, das perseguições policiais e dos julgamentos tendenciosos, a partir dos próprios documentos oficiais que procuravam legalizar a repressão política daqueles 15 anos, teríamos chegado a um testemunho irrefutável (BNM, 2014: 22); os testemunhos continuam gerando profundo impacto na leitura do relatório.

A justificativa pela escolha dos processos judiciais é defendida no relatório:

Pode-se argumentar que, dispensando a tomada de depoimento das próprias vítimas, e trabalhando com documentos produzidos pelas autoridades do regime, o Projeto estaria condenado a apurar apenas uma pequena parte das violências cometidas contra os Direitos Humanos no período. A fonte documental podia ser comparada a um material de onde os agentes da repressão removeram as “impressões digitais” dos crimes cometidos no ato de investigar. (...) Em outras palavras: a denúncia que uma vítima de torturas faz perante uma entidade de Direitos Humanos não questiona tão frontalmente as autoridades governamentais quanto a verificação de que a mesma fora apresentada em tribunal, confirmada por testemunhas e até mesmo registrada em perícias médicas, sem que daí resultasse qualquer providência para eliminar tais práticas, responsabilizando criminalmente seus autores (BNM, 2014: 22).

Além disso, há uma crítica velada ao fato de a questão da repressão política ser quase sempre levantada a partir de denúncias dos atingidos, ou de relatos elaborados por entidades que se dedicam à defesa dos direitos humanos. Segundo o relatório, em contrapartida ao uso de testemunhos para revelar uma história oculta, encontra-se a desconfiança daqueles que alegam serem depoimentos tendenciosos, por partirem de vítimas que, na sua maioria, teriam motivações políticas (BNM, 2014: 20).

Dessa forma, é possível inferir que a ideia dos responsáveis pelo *Brasil: Nunca Mais* ao sobrepor o valor probatório dos chamados “documentos oficiais”, em detrimento dos testemunhos diretos das vítimas, pode ser defendido a partir da concepção do testemunho em relação ao que diz respeito à teoria do Processo Penal. Segundo a doutrina, com as restrições técnicas que infelizmente a polícia judiciária brasileira – em regra – tem, a prova testemunhal acaba por ser o principal meio de prova do processo criminal brasileiro. Em que pese a imensa

fragilidade, a prova testemunhal culmina por ser a base da imensa maioria das sentenças condenatórias ou absolutórias proferidas (Lopes Jr., 2018: 458).²³

O principal argumento de fortalecimento do testemunho no processo penal é a existência do chamado “compromisso”, ou juramento, que tem sua fórmula definida no art. 203, do Código de Processo Penal, quando define que “a testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado (...)”. É uma formalidade necessária, ainda que não garanta, por óbvio, a veracidade do depoimento. Trata-se de mais um instrumento no complexo ritual de “captura psíquica” que ocorre no processo de reconhecimento (instrução), que atua numa dimensão simbólica. A testemunha que, após o compromisso, atuar com declarações falsas poderá ser enquadrada no crime de falso testemunho. De acordo com o relatório,

A legislação processual penal-militar também disciplina a produção da prova testemunhal, estabelecendo, inclusive, para aquele que mente em depoimento, a sanção correspondente ao crime de falso testemunho. Compreende-se que aquele que cala a verdade, omite fatos importantes ou deturpa perante a Justiça, leva a erro o julgamento. (...) Legalmente, porém, a testemunha está impedida de manifestar opinião pessoal, a não ser quando isso seja inseparável da narrativa dos fatos. Constatou-se, no entanto, que às testemunhas de acusação era permitida a manifestação de opinião, mas tal conduta era restringida quando se tratava de testemunhas de defesa. (...) Essa situação cria verdadeira desigualdade entre as partes, contrariando os princípios constitucionais de ampla defesa e igualdade de todos perante a lei (BNM, 2014: 183-184).

É compreensível que o processo penal, e a estrutura do poder judiciário como um todo, deem a impressão de segurança, e confiabilidade dos instrumentos que os compõem. Entretanto, é importante ressaltar que, no período dos processos analisados pelo *Brasil: Nunca Mais*, principalmente no que diz respeito à Justiça Militar, o controle repressivo também atingia essa esfera do poder.²⁴ Durante o regime civil-militar, houve um processo contínuo de modificação do direito, fosse através da criação de novos tipos normativos (como o ato institucional) ou pela alteração da constituição e das leis. Esse processo de tentativa de controle do tempo e da narrativa constitucional também levou a significativas alterações no judiciário (Câmara, 2017).

²³ Aury Lopes Jr. defende, ainda, que a prova testemunhal é o meio de prova mais utilizado no processo penal brasileiro e, ao mesmo tempo, o mais perigoso, manipulável e pouco confiável. Esse grave paradoxo agudiza a crise de confiança existente em torno do processo penal e do próprio ritual judiciário. Entre as inúmeras variáveis que afetam a qualidade e confiabilidade da prova testemunhal, figuram em primeiro plano as falsas memórias (Lopes Jr., 2018: 477.)

²⁴ O Ato Institucional nº 2, decretado em 1965, foi mais explícito em sua interferência no judiciário e no STF. Este ato institucional recriou a Justiça Federal de primeiro grau e aumentou o número de juizes no TFR e no STM. A recriação da Justiça Federal e a atribuição da competência para julgar casos em que a União seja interessada concedeu um poder importante ao Presidente da República que poderia nomear os juizes (após a aprovação do Senado Federal). Houve também a ampliação da competência da Justiça Militar, que passou a incluir crimes contra segurança nacional (e não somente externa), mesmo que cometidos por civis. Como consequência desta disposição houve a necessidade de julgamento pelo STM dos habeas corpus ajuizados pelos acusados de crimes contra a segurança nacional antes da sua análise pelo STF. Houve a supressão da aplicação da lei mais específica para os crimes previstos na Lei de Segurança Nacional e foi extinto foro privilegiado para os casos de crimes previstos nessa lei (Câmara, 2017: 131-132).

Mesmo assim, a presença dos testemunhos de vítimas e seus familiares estão presentes no relatório, e acompanham a descrição das práticas de violência estatal. Ademais, garantem a subjetividade e a experiência das pessoas que estiveram ligadas, direta ou indiretamente, com as atividades repressivas do Estado brasileiro.

Em relação à teoria histórica sobre o testemunho, Ricoeur afirma que

Será preciso, contudo, não esquecer que tudo tem início não nos arquivos, mas com o testemunho, e que, apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não temos nada melhor que o testemunho, em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não as vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos (Ricoeur, 2007: 156).

Para Ricoeur, com o testemunho, inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental. Sob certas formas contemporâneas de depoimento suscitadas pelas atrocidades em massa do século XX, o testemunho resiste não somente à explicação e à representação, mas até à colocação em reserva nos arquivos, a ponto de manter-se deliberadamente à margem da historiografia e de despertar dúvidas sobre sua intenção veritativa. Daí o interesse e a importância de uma tentativa de análise essencial do testemunho enquanto tal, respeitando seu potencial de empregos múltiplos (Ricoeur, 2007: 170).

A atividade de testemunhar, capturada aquém da bifurcação entre seu uso judiciário e seu uso historiográfico, revela então a mesma amplitude e o mesmo alcance que a de contar, em virtude do manifesto parentesco entre as duas atividades, às quais será preciso em breve acrescentar o ato de prometer, cujo parentesco com o testemunho permanece mais dissimulado. O arquivamento, do lado histórico, e o depoimento perante um tribunal, do lado judiciário, constituem usos determinados prescritos de um lado para a prova documental, do outro, para a emissão da sentença.

Segundo Ricoeur, a especificidade do testemunho consiste no fato de que a asserção da realidade é inseparável de seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha. É diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena à qual diz ter assistido, eventualmente como ator ou como vítima, mas, no momento do testemunho, na posição de um terceiro com relação a todos os protagonistas da ação. A possibilidade de suspeitar do que foi dito cria, por sua vez, um espaço de controvérsia no qual vários testemunhos e várias testemunhas se veem confrontados. Sob certas condições gerais de comunicação, esse espaço pode ser chamado de espaço público. É nesse contexto que uma crítica do testemunho se enxerta em sua prática. Assim, é encontrada a fórmula típica do testemunho: “eu estava lá”, “acreditem em mim”, e “se não acreditem, perguntem para outra pessoa” (Ricoeur, 2007: 172-173).

É possível perceber esse movimento a partir dos testemunhos elencados nos relatórios. No *Brasil: Nunca Mais*, em relação à forma com que aconteciam as prisões, por exemplo, é possível encontrar uma prática rotineira da forma de atuação do aparato repressivo, além de trazer informações que foram conhecidas pelas pessoas em momentos posteriores. Importante ressaltar que muitos dos depoimentos não são narrados em primeira pessoa, fazendo parte da estrutura de escrita dos processos judiciais.

A funcionária pública Lara de Lemos, de 50 anos, narrou ao juiz-auditor, em 1973, como fora presa no Rio: [...] a depoente estranhou a maneira pela (qual foi) feita a sua detenção, altas horas da noite, por três indivíduos de aspecto marginal, sem nenhum mandado judicial, os quais intimidaram a depoente a acompanhá-los; no veículo para onde fora conduzida, fora encapuzada e obrigada a deitar-se no chão do carro para não ser vista; posteriormente veio a saber que o local de sua prisão era a P. E. (Polícia do Exército) [...] (BNM, 2014: 75).

Os relatos, ainda, não dizem respeito necessariamente à experiência individual da pessoa que foi levada à prisão, mas representam a forma com que observadores narram os fatos – e se relacionam com eles.

As capturas eram cercadas de um clima de terror, do qual não se poupavam pessoas isentas de qualquer suspeita, conforme carta, anexada aos autos, do estudante de Medicina Adail Ivan de Lemos, de 22 anos, encaminhada à Justiça Militar carioca em 1970: [...] Quando entrei na sala de jantar, minha mãe, sentada escrevendo à máquina, chorava em silêncio. Um pouco antes, por volta das 15:30h, meu irmão tinha sido preso enquanto estudava. Minutos depois começou a ser agredido fisicamente, no quarto de minha mãe, levando, segundo suas palavras, “um pau violento”. Socos, cuteladas, empurrões, seriam “café pequeno” pero do que viria mais tarde. Mas, ainda ali, separado da mãe por alguns metros, teve a sua cabeça soqueada contra a parede [...] (BNM, 2014: 75-76).

No *Nunca Más*, a questão do reconhecimento do sujeito que testemunha também está presente, principalmente quando os relatos contados dizem respeito não só aos fatos vivenciados individualmente, como, principalmente, aqueles que tratam de histórias que se conectam – e, portanto, podem ser contadas por seus atores/vítimas.

Héctor Germán Oesterheld (legajo N° 143), guionista de profesión, nació el 23 de julio de 1919. Prácticamente no hay mayores datos de cómo fue detenido, pero fue visto, según distintas personas que recuperaron su libertad, en Campo de Mayo, El Vesubio y El Sheraton. Desapareció el día 27 de abril de 1977, cuando tenía 59 años. Eduardo Arias -psicólogo de 38 años- fue una de las últimas personas que lo vio con vida: “En noviembre de 1977 fui secuestrado y permanecí desaparecido hasta enero de 1978. Héctor Oesterheld estaba allí desde hacía mucho tiempo. Su estado era terrible. Permanecimos juntos mucho tiempo. Uno de los momentos más terribles fue cuando trajeron a su pequeño nieto de cinco años. Esa criatura fue recogida tras la captura y muerte de la cuarta hija y el yerno de Héctor y la llevaron a aquel infierno (...) Uno de los recuerdos más inolvidables que conservo de Hector se refiere a la Nochebuena del 77. Los guardianes nos dieron permiso para sacarnos las capuchas y para fumar un cigarrillo. También nos permitieron hablar entre nosotros cinco minutos. Entonces Héctor dijo que por ser el más viejo de todos los presos, quería saludar uno por uno a todos los presos que estábamos allí. Nunca olvidaré aquel último apretón de manos. Hector Oesterheld tenía sesenta años cuando sucedieron estos hechos. Su estado físico era muy, muy penoso. Ignoro cuál pudo haber sido su suerte. Yo fui liberado en enero

de 1978. El permanecía en aquel lugar. Nunca más supe de él.” (CONADEP, 2017: 338).²⁵

LaCapra afirma que quem realiza entrevistas com sobreviventes está em uma posição comparável com a do historiador que se dedica à história oral, pois os testemunhos servem para complementar fontes documentais – consideradas pelo autor como “convencionais”. Entretanto, para ele, o valor dos testemunhos pode ser limitado quando são utilizados com critérios estreitos para realizar inferências sobre acontecimentos do passado. Os historiadores que contemplam os testemunhos como fontes de informação acerca do passado abrigam uma justificável preocupação sobre sua fiabilidade e, às vezes, se vem inclinados a descartar todo o interesse por esse tipo de fonte. Para LaCapra, a importância dos testemunhos, então, se torna cada vez mais evidente quando se pensa que aportam algo que não é idêntico ao conhecimento puramente documental. Para ele, os testemunhos são importantes quando se tenta compreender a experiência e suas consequências, incluindo o papel da memória e dos esquecimentos em que se incorre a fim de se acomodar ao passado, negá-lo ou reprimi-lo (LaCapra, ANO: 105).

Essa especificidade dos testemunhos, em contribuir para que cada experiência seja acompanhada de suas subjetividades e especificidades é encontrada no informe argentino:

Por su parte, Oscar Bermúdez (Legajo N° 476), secuestrado en Viedma el 7 de enero de 1977 por el mismo Comisario Forchetti, manifiesta: “En un vehículo me trasladaron hasta la “Escuelita”. Al rato de estar acostado en el suelo, muy golpeado, pude establecer contacto con un viejo amigo mío, Darío Rossi, quien me preguntó desesperado por su mujer e hija. Después de ser legalizado en la cárcel de Villa Floresta leí en el diario que una persona había sido baleada en un enfrentamiento. Era Darío Rossi. Este era el destino para algunos de los secuestrados en este centro clandestino”.

El testimonio de Jorge Abel coincide con el anterior en cuanto al caso Rossi, y agrega más datos sobre ejecuciones sumarias de detenidos (Legajos N° 477480): “Otro de los fusilados fue Fernando Jara. También ingresaron en la Escuelita dieciséis chicos de la UES, de alrededor de 17 años” quienes se torturó para que se hiciesen cargo de un atentado a la Agencia Ford de Bahía Blanca, ocurrido a mediados de diciembre de 1976. De estos chicos quedaron sólo dos con nosotros, los que aparecieron muertos en “un enfrentamiento” cerca de La Plata. Días antes del fusilamiento de Jara, había

²⁵ Tradução livre. Héctor Germán Oesterheld (legajo N° 143), roteirista de profissão, nasceu em 23 de julho de 1919. Praticamente não há maiores dados de como foi detido, mas foi visto, segundo distintas pessoas que recuperaram sua liberdade, no Campo de Maio, no Vesubio e no Sheraton. Desapareceu no dia 27 de abril de 1977, quando tinha 59 anos. Eduardo Arias – psicólogo de 38 anos – foi uma das últimas pessoas que o viu com vida: “Em novembro de 1977 fui sequestrado e permaneci desaparecido até janeiro de 1978. Héctor Oesterheld estava ali fazia muito tempo. Seu estado era terrível. Permanecemos juntos por muito tempo. Um dos momentos mais terríveis foi quando trouxeram seu pequeno neto de cinco anos. Essa criatura foi recolhida durante a captura e morte da quarta filha e do genro de Héctor e a levaram àquele inferno (...) Uma das lembranças mais inesquecíveis que guardo de Héctor se refere à Nochebuena de 1977. Os guardiões nos deram permissão para tirarmos os capuzes e para fumar um cigarro. Também nos permitiram conversar durante cinco minutos. Então Héctor disse que, por ser o mais velho de todos os presos, queria saudar um por um. Nunca esquecerei aquele último aperto de mãos. Héctor Oesterheld tinha sessenta anos quando ocorreram estes fatos. Seu estado físico era muito, muito sofrido. Ignoro qual pode ter sido sua sorte. Eu fui liberado em janeiro de 1978. Ele permanecia naquele lugar. Nunca mais soube dele.

inspeccionado el lugar el General Acdel Vilas” (Legajos N° 477 y 4636) (CONADEP, 2017: 220)²⁶.

Além disso, em seu intercâmbio com o sobrevivente, quem realiza as entrevistas não busca um conhecimento meramente documental. Há uma relação carregada afetivamente, e as exigências que semelhante relação impõe à indagação podem ter consequências mais gerais para a investigação histórica, especialmente no caso de temas muito delicados, impregnados emocionalmente.

A utilização dos testemunhos ainda dialoga com a contribuição trazida por Gagnebin, que defende que uma ampliação do conceito de *testemunha* se torna necessária; uma vez que essa não seria somente aquele que viu com os próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras *revezem* a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, e inventar o presente (Gagnebin, 2004: 91).

O testemunho, portanto, é a modalidade da memória presente nos relatórios, e que adquire sua centralidade no contexto da resistência às ditaduras que assolaram o continente latino-americano. A partir do que escreve Seligmann-Silva (2010) o testemunho pode, justamente, servir de caminho para a construção de uma nova identidade pós-catástrofe. A uma era de violência e de acúmulo de crimes contra a humanidade corresponde também uma nova cultura do testemunho. O testemunho tanto artístico/literário como o jurídico pode servir para se fazer um novo espaço político para além dos traumas que serviram tanto para esfacular a sociedade como para construir novos laços políticos. Esta *passagem pelo testemunho* é, portanto, fundamental tanto para indivíduos que vivenciaram experiências-limite, como para sociedades pós-ditadura (Seligmann-Silva, 2010: 12).

²⁶ Tradução livre. Por sua parte, Oscar Bermúdez (arquivo n° 476), seqüestrado em Viedma em 7 de janeiro de 1977 pelo próprio comissário Forchetti, afirma: “Em um veículo, fui transferido para a ‘Escuelita’. Depois de deitado no chão, muito espancado, pude entrar em contato com um velho amigo meu, Darío Rossi, que me pediu desesperadamente por sua esposa e filha. Depois de ser legalizado na prisão de Villa Floresta, li no jornal que uma pessoa havia sido baleada em um confronto. Foi Darío Rossi. Este foi o destino de alguns dos reféns neste centro clandestino.

O depoimento de Jorge Abel coincide com o anterior sobre o caso Rossi e acrescenta mais dados sobre execuções sumárias de detidos (arquivo n° 477480): “Outro deles foi Fernando Jara. Dezesesseis meninos da UES, com cerca de 17 anos, também entraram na ‘Escuelita’, que foram torturados para se encarregarem de um ataque à Agência Ford de Bahía Blanca, que ocorreu em meados de dezembro de 1976. Desses meninos, restavam apenas dois. conosco, aqueles que pareciam mortos em “um confronto” perto de La Plata. Dias antes do tiroteio de Jara, o general Acdel Vilas havia inspecionado o local” (arquivos 477 e 4636).

Seligmann-Silva ainda afirma que a desconstrução dos testemunhos sempre esteve presente nos países da América Latina, em especial o Brasil, em uma lógica denominada de “máquina de esquecimento”. Para ele, o *crime perfeito* da ditadura civil-militar brasileira consistiu em silenciar as testemunhas e em articular a surdez jurídica, convencendo que toda busca pela memória, verdade e justiça seria apenas revanchismo, impondo, assim, uma lei em que impera o silêncio (Seligmann-Silva, 2010: 16).

E a valorização do testemunho como fortalecedor de uma cultura de memória se inclui, justamente, porque há uma enorme ausência do testemunho, em detrimento de uma difusão de seus conteúdos, em muitas realidades pós-ditatoriais, em especial no Brasil.

Estes testemunhos são exceções e, como tais, tampouco foram capazes de quebrar a barreira de silêncio que o *establishment* impõe com relação a tudo que se reporte à tríade memória-verdade-justiça. Se é verdadeiro que é impossível falar-se estas palavras no singular, por outro lado, justamente o modelo de memória da ditadura que predominou até agora entre nós (desenhado em grande parte ainda durante aquela ditadura, com base no mito do “milagre econômico”), também não pode ser mantido como a face da verdade (Seligmann-Silva, 2010: 17).

Dessa forma, é possível refletir sobre a grande contribuição dos relatórios nunca mais como desenvolvimento de uma política de memória a partir de sua principal fonte de denúncias e informações: o testemunho. Em sua conotação política, o testemunho se traduz em permitir o uso da palavra por aqueles que tradicionalmente se encontram excluídos – principalmente em um contexto em que não era interessante para as elites políticas, civis e militares que controlaram os processos de opressão dos regimes ditatoriais. Permitir com que as denúncias sejam baseadas quase que exclusivamente a partir das vozes das vítimas e pessoas relacionadas diretamente a elas – como é o caso do relatório argentino – é situar a construção de uma política de memória que contrapõe discursos até então considerados “oficiais” e concede o protagonismo do passado a quem sofreu com a opressão estatal.

3.1.3. A narrativa do trauma

Outro fator de análise dos relatórios tem como ponto de partida seu caráter de denúncia de um passado traumático; do “viver o trauma”. Segundo o *Brasil: Nunca Mais*, entre as dificuldades e riscos relacionados à produção e escrita do relatório, estavam os traumas do período anterior, marcados pela tortura rotineira, pelas mortes e pelos desaparecimentos – que ainda estavam bastante vivos nas consciências, inspirando temores e exigindo cautelas (BNM, 2014: 21).

O trauma, suas sequelas sintomáticas, e as experiências traumáticas suscitadas, tratam-se um problema crucial sobre o pensamento moderno, e adquiriram importância principalmente após as experiências da Segunda Guerra Mundial. A palavra “trauma” soa algo grandiloquente quando se trata de analisar a ditadura militar brasileira. A ideia de que a violência e o trauma podem ser boas chaves analíticas para entendermos os fenômenos que marcaram o final do século XX está por trás desse uso talvez excessivamente espalhado.

Para Henry Rousso, a queda do muro de Berlim, a incriminação de antigos chefes da polícia política alemã nos anos 1990, o julgamento na França, 50 anos depois, de crimes acontecidos durante a Segunda Guerra Mundial, bem como a derrubada de ditaduras militares na América Latina, seriam correlatos e integrariam um momento que é possível comparar. O estudioso de literatura, Andreas Huyssen, também considera haver um vínculo que identifica os processos históricos posteriores aos eventos traumáticos de países que viveram totalitarismos, ditaduras militares, o apartheid e extermínios do final do século XX. Segundo sua interpretação, a revisão dos respectivos passados nacionais, regionais ou locais deveria ser pensada em conjunto. Ele vê no Holocausto um “índice” ou “chave” do século XX e do fracasso do Iluminismo: o evento teria se transformado em uma metáfora de outras histórias traumáticas, como as políticas genocidas em Ruanda, Bósnia e Kosovo (Fico, 2012: 50).

Segundo Fico, o uso da noção de trauma para descrever os eventos relacionados às ditaduras militares latino-americanas deve ser cuidadoso, muito mais do que no caso do Holocausto. A violência foi muito diferente em países como o Chile, a Argentina ou o Brasil. Se, na Argentina, ela definitivamente perpassou a sociedade, no Brasil ela foi escamoteada pela censura e outros mecanismos. A Guerrilha do Araguaia foi censurada, as ações armadas urbanas eram vistas pela sociedade como terrorismo, a tortura era negada e ocultada do grande público (Fico, 2012: 50).

De fato, percebe-se que os eventos traumáticos possuem um caráter “interminável” justamente em função de sua constante reelaboração através das memórias. Portanto, a memória dos eventos traumáticos integra inelutavelmente o esforço de construção do conhecimento histórico sobre tais processos. Ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, não se trata de uma contraposição entre memória e história: no caso da História do Tempo Presente, trata-se de uma imbricação constituinte.

Em relação a essa ideia de constante reelaboração e presença da experiência do trauma, o *Nunca Más* optou por omitir os sobrenomes dos testemunhos que se referem às mulheres grávidas que foram sequestradas, e durante seu cativeiro sofreram todos os tipos de violações. Como se refere o próprio informe “a leitura dos casos será suficiente para compreender o porquê

da omissão das informações” (CONADEP, 2017: 317). Algumas mulheres foram libertadas e puderam dar à luz em seus domicílios ou em hospitais. Entretanto, tanto elas como seus filhos, tiveram sequelas (da chamada “descida ao inferno”) refletidas posteriormente. Sequelas essas dificilmente superáveis, ainda que pudessem contar com tratamentos clínicos e psicológicos, que em todo caso demandam por parte da mãe e da criança um enorme esforço para sua reinserção familiar e social.

Segundo LaCapra, há uma diferença entre “escrever o trauma” e “escrever sobre o trauma”. Para o autor, escrever sobre o trauma é um aspecto da historiografia que se vincula com um projeto de reconstruir o passado o mais objetivamente possível, sem chegar ao extremo contraproducente da simples objetificação, que implica negar que o sujeito está envolvido com os problemas que aborda. Quando a experiência envolve “escrever o trauma”, trata-se de realizar uma metáfora, já que escrever implica em uma distância – e seria impossível escrever o trauma “por ele mesmo”. O trauma sinaliza uma ruptura ou cesura da experiência que possui repercussões tardias, e, em alguma medida, sua escrita pode ser considerada como “colocá-lo em movimento” (LaCapra, 2005: 191-192).

Nessa perspectiva de escrita do trauma, podem ser trazidos para a discussão os momentos em que os relatórios apresentam a prática da tortura, seus modos, instrumentos, e as consequências geradas em quem os sofreu. O *Nunca Más* afirma que na quase totalidade das denúncias recebidas pela Comissão se mencionam atos de tortura – o que não foi casual. A tortura foi um elemento relevante na metodologia de violência de Estado. A existência e generalização das práticas de tortura, no momento da redação do informe, deixaram dúvidas em relação à adoção do sistema de exposição mais adequado para este tema, com o objetivo de evitar que o capítulo se tornasse uma enciclopédia do terror. No entanto, não encontraram uma maneira de evitar a estrutura do relato sobre e do trauma (CONADEP, 2017: 26).

O relatório argentino transcreveu o primeiro dos casos em toda a sua extensão, por se tratar de uma forma de protótipo: nele encontraram refletidos os terríveis padecimentos físicos e psíquicos das pessoas que atravessaram essa violência. A escrita do trauma se deu do início ao fim, com todas as implicações para a personalidade da vítima. No restante dos casos mencionados, apenas foi retirada a informação sobre a modalidade do tormento que foi aplicada. Ainda, a escrita do relatório declarou que não se ignorou a comovente expressão que a exposição do trauma poderá produzir nas vítimas e em seus familiares – uma vez que sabiam da dor causada pelo conhecimento dele (CONADEP, 2017: 26-27).

Segundo o *Brasil: Nunca Mais*, a tortura foi aplicada indiscriminadamente no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as

pessoas suspeitas de atividades subversivas. O relatório afirma que não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais (BNM, 2014: 41).

E continua em relação às consequências e reações que a tortura provoca em uma pessoa. Há sequelas de ordem física, psicológica e moral. Embora o registro de torturas tenha sido muito efetivo nos processos políticos, o relatório expõe que são raras as descrições de seus efeitos sobre as vítimas, mais uma vez, em razão do trauma que essa prática gerou, e marcados pelo medo que essa forma de violência gerou (BNM, 2014: 213).

Na memória traumática, o acontecimento é registrado e se pode voltar a vive-lo no presente, as vezes de maneira compulsiva e repetitiva. Quando o passado se torna acessível à evocação da memória, e quando a linguagem funciona aportando certo grau de controle consciente, distância crítica e perspectiva, se inicia o árduo processo de revisão e elaboração do trauma, que pode acomodar outros processos vinculados ao julgamento, a uma responsabilidade limitada e, ao menos, um agenciamento ético. Com o aspecto da elaboração do passado, a lembrança implica em “voltar lá” e “estar aqui”, simultaneamente, e ser capaz de distinguir esses dois tempos sem dicotimizá-los. Em outras palavras, para LaCapra, se recorda o que ocorreu sem perder a noção de que se vive e se atua no agora. Essa dualidade é fundamental para a memória como elemento de rever e elaborar. Em uma dimensão operativa, pode-se dizer aos outros: “lembro de tudo tal como era então, mas estou aqui e agora, e há uma diferença entre essas duas situações” (LaCapra, 2005: 108).

Os impactos sobre a personalidade, gerados pelo trauma da tortura e da experiência na e da violência, são fatores que reiteram a constante (re)elaboração do passado, uma vez que tratam de acontecimentos que influenciaram tanto o momento logo após a tortura; como diversos outros posteriores a ele. Isso pode ser demonstrado a partir da transcrição do relato do bancário Manoel Henrique Ferreira, de 21 anos, em carta anexada aos autos da ação judicial:

[...] em mim, essas torturas tiveram ainda o papel de desestruturar psicologicamente. Elas levaram-me até o ponto de ir à televisão fazer um pronunciamento contra a luta da qual eu participara. Eu fui à televisão, fiz um pronunciamento renegando minhas ideias, e fiz isto sob um estado completo de desestruturação por todas as torturas sofridas, por todas as ameaças e pelo medo que tinha de vir a ser morto [...] (BNM, 2014: 219).

E continua:

[...] Quando as torturas se amainaram, meu estado psicológico era deplorável. Ao mesmo tempo em que tudo fizera para livrar-me das torturas, agora começava a sentir remorsos por tudo aquilo e ficava com uma contradição muito grande, pois enquanto

eu não hesitava em trair para conseguir uma melhoria de condição pessoal, começava a pensar no que representou essa traição, não só em nível político, como também em nível pessoal [...] (BNM, 2014: 220).

3.1.4. Sujeitos na construção da memória

A construção da memória dos sujeitos relacionados direta ou indiretamente pela repressão é um dos pontos-chaves da constituição dos *nunca mais*. Os relatórios dão protagonismo à história, à experiência, e às individualidades de cada pessoa em frente ao trauma causado pela violência de Estado. Além disso, denunciam o tratamento mecânico e degradante que o aparato repressivo dos Estados concedeu aos sujeitos.

Enquanto os relatórios se importam em dedicar atenção para cada experiência individual em relação ao trauma e à própria violência de Estado; o *Nunca Más* relata que os centros de detenção argentinos utilizaram números para a identificação dos prisioneiros. Às vezes, inclusive, precedidos de letras, como outra forma de suprimir a identidade dos sequestrados. Além disso, o aparelho repressivo aproveitou do estado indefeso das vítimas (CONADEP, 2017: 246).

Tan conmovedor como el ya visto del señor Lisandro Cubas cuando dijo: “...A mí ...a mí... 571...”. Se les ordenaba, ni bien ingresaban, que recordasen esa numeración porque con ella serían llamados de allí en adelante, sea para hacer uso del baño, para ser torturados o para trasladarlos. Esta mecánica obedecía, además de constituir una forma más de hacer perder la identidad al secuestrado, a la necesidad de que nadie – aun guardias o carceleros – conociera la identidad del prisionero, para evitar que trascendiera al exterior el nombre de los cautivos (CONADEP, 2017: 63)²⁷.

O relatório argentino foi mais além, e apresentou não só a condição das vítimas diretas da violência, mas também de seus familiares, e de toda a rede de sociabilidade envolvida. Por trás de cada desaparecimento existe, às vezes, uma família destruída, outras vezes uma família desmembrada; e sempre há um núcleo familiar afetado no mais íntimo e essencial: o direito à privacidade, à segurança de seus membros, ao respeito das relações afetivas profundas. Possuir na família a suposição de um “subversivo” foi motivo mais do que suficiente para receber um castigo grupal ou individual; levar a cabo um gesto de solidariedade, pelo mínimo que fosse, foi causa de tortura, sofrimentos e desaparecimentos (CONADEP, 2017: 331).

Em seu depoimento sobre as torturas sofridas por Dr. Liwsky, a questão do tratamento dos sujeitos-vítimas é ressaltada, em contrapartida com a forma com que os militares consideravam a si mesmos.

²⁷ Tradução livre. Tão comovente como o visto pelo Sr. Lisandro Cubas: “... para mim ... para mim ... 571 ...”. Eles ordenavam, assim que entrassem, a lembrarem-se dessa numeração porque, com ela, seriam chamados a partir de então, para usar o banheiro, para serem torturados ou para transferi-los. Esta mecânica obedeceu, além de constituir outra maneira de perder a identidade do sequestrado, à necessidade de ninguém – nem guardas nem carcereiros – conhecer a identidade do preso, para evitar que seu nome fosse mencionado fora das prisões.

El trato habitual de los torturadores y guardias con nosotros era el de considerarnos menos que siervos. Éramos como cosas. Además como cosas inútiles. Y molestas. Sus expresiones: ‘vos sos bosta’. Desde que te ‘chupamos’ no sos nada. ‘Además ya nadie se acuerda de vos’. ‘No existís’. ‘Si alguien te buscara (que no te busca) vos creés que te iban a buscar aquí?’. ‘Nosotros somos todo para vos’. ‘La justicia somos nosotros’. ‘Somos Dios’. Esto dicho machaconamente (CONADEP, 2017: 31)²⁸.

A abordagem do *Brasil: Nunca Mais*, em relação aos sujeitos atingidos pela repressão consistiu em transformar a complexidade de cada processo político em uma abordagem mais individualizada de cada sujeito sobre quem cada ação penal tratava. Um dado curioso trazido pelo relatório é de que pelo menos em cem casos, os autos dos processos registraram referências a torturas sofridas também por esses indiciados que não chegaram até os tribunais. Esse número é extremamente significativo, se levarmos em conta que se referem a pessoas sem oportunidade de pronunciamento em juízo (BNM, 2014: 86).

3.2. Categorias para uma análise memorialística

O processo ao redor da elaboração e publicação nos “nunca mais” foi uma viva mostra dos debates e desafios que as sociedades do Cone Sul enfrentaram no presente das chamadas ‘transições à democracia’. A noção de *nunca mais* implicou reconhecer que as democracias deviam ser construídas em oposição às experiências autoritárias anteriores. Esses livros-memoriais jogaram simultaneamente com duas temporalidades: falaram do passado, mas ao mesmo tempo delinearam as fronteiras que as sociedades não deviam repetir no presente das transições (Jelín & Langland, 2003).

No momento da fundação das transições, havia um *slogan* claro que, dito de formas diferentes, foi repetido: “nunca mais”. Implícita nele está a ideia de que, para o futuro, é necessário criar as condições para que a violência vivida não se repita “nunca mais”. Jelín, entretanto, expõe alguns questionamentos interessantes que se relacionam com a proposta: “como interpretar esse *slogan*?”; “o que não deve ser repetido?”; “de que condições se está falando?”. Um primeiro “dever de memória” surge nesse momento, ligado à ideia de “recordar para não repetir”. Mas: “o que era o que deveria ser “recordado para não repetir”?”. Colocado de uma forma clara: “a violência ou as condições que a originaram?” (Jelín, 2013: 131).

²⁸ Tradução livre. O tratamento habitual de torturadores e guardas conosco era nos considerar menos que servos. Nós éramos como coisas. Também como coisas inúteis. E irritantes. As expressões deles: ‘você são bosta’. Desde que nós te ‘chupamos’, você não são nada. Além disso, ninguém se lembra mais de você. Você não existe. Se alguém o procurou (quem não o procura), você acha que eles o procurariam aqui? Nós somos tudo para você. A justiça somos nós. Nós ‘Somos Deus’. Isso dito esmagadoramente.

Segundo Jelín, quem atua em função de um “dever de memória” normalmente tem um relato e uma interpretação do passado – e é essa a versão que querem transmitir a quem não teve a experiência ou não compartilham da interpretação que lhe foi dada (Jelín, 2013: 144). Dessa forma, deve-se entender a transmissão destas memórias como fundantes de uma cidadania democrática no futuro – que apenas seria alcançada com uma política de memória ativa em relação ao passado ditatorial. Deve-se entender ainda, e sobretudo, que mesmo que o vocábulo “memória” não seja empregado explicitamente nos documentos, nem haja uma reflexão mais aprofundada acerca dele, a própria experiência de escrita dos relatórios pode ser interpretada tendo como base esse conceito. Existem categorias de memória que embasam a produção e a discussão dos relatórios no contexto da justiça de transição.

3.2.1. A violência de Estado na discussão da memória

É notório que um dos principais eixos memorialísticos produzidos pelos relatórios diz respeito à questão da memória da violência de Estado – e os objetivos a partir de seu retrato e de sua denúncia.

Nas ditaduras civil-militares de segurança nacional do Cone Sul o medo foi o meio utilizado como forma de destruir o indivíduo, cidadão e pessoa, em nível individual e como forma de dominação política, em nível coletivo, para a implantação das estratégias de terror. Nesse sentido, pode-se afirmar que o medo foi uma repercussão cultural e psicológica da ação repressiva. “É uma resposta à desestabilização das instituições, da exclusão social, da ambiguidade e da incerteza”. Sua utilização como método e como resultado das políticas repressivas era conhecido dos agentes de segurança (Bauer, 2014: 114). Para se entender o termo “terrorismo” de Estado, é necessário pensá-lo como expressão máxima da violência política. A violência é geralmente definida como uma forma de comportamento aprendido e construído socialmente, que tem por objetivos acometer física e simbolicamente as pessoas e suas propriedades.

O principal propósito da publicação do *Nunca Más* foi divulgar a existência de uma metodologia repressiva, cuja sequência era formada pelas atividades de sequestro, desaparecimento e tortura (CONADEP, 2017: 15). O documento expôs a denúncia de homicídios, violações, torturas, extorsões e outros graves delitos que se mantiveram impunes – quando perpetrados no marco da perseguição política e ideológica ocorrida durante o período repressivo. A questão dos desaparecimentos forçados, prática que, inclusive, está presente no

nome dado à Comissão, é uma das principais ênfases dos testemunhos registrados na publicação.

No relatório, foi afirmado também que os casos transcritos não são aqueles que constituem excessos, porque, segundo a Comissão, todo o sistema, toda a metodologia, a partir de sua concepção, constituiu o grande excesso. Ainda, declaram que teria sido dito que os membros das Forças de Segurança que incorreram em “excessos”, durante a luta anti-subversiva, foram processados por iniciativa das próprias autoridades. Entretanto, o relatório nega veementemente esta afirmação, uma vez que, a partir das informações obtidas pela pesquisa realizada, nenhum membro do aparelho estatal havia sido processado por estar envolvido no desaparecimento de pessoas, pela aplicação de torturas ou pela morte de detidos em centros de detenção clandestinos (CONADEP, 2017: 16). Diante disso, a característica de denúncia e resgate da violência de Estado reitera o discurso por essa memória.

Em relação aos lugares de tortura e centros clandestinos de detenção, é possível aferir que sua existência contesta o principal enigma acerca do desaparecimento forçado no passado recente: as pessoas estiveram ali (CONADEP, 2017: 79). Os estabelecimentos tiveram autoridades; dependeram de áreas operacionais; confeccionaram normas que registraram minuciosamente ingressos, traslados e egressos de detidos. Estes lugares, segundo a Comissão, são a materialidade dos desaparecimentos.

Em relação ao contato com a memória da violência, com a necessidade de denunciá-la, preservando a existência de um passado violento e repressivo que diz respeito a todas as pessoas, o relatório apresenta que é muito difícil, inclusive para os membros que colaboraram para sua escrita, aceitar que muitas pessoas estão mortas, e que seus corpos foram disseminados ou destruídos em cumprimento de uma planejada política endereçada também ao seu desaparecimento. Essa constatação gerou questionamentos, em relação aos motivos da destruição dos corpos, e sobre o enquadramento dos crimes na suposição de que foram cometidos para que os fatos fossem apagados. Sugerem que não há explicação suficiente – o que pode ser compartilhado pelas pessoas que estiveram direta ou indiretamente relacionadas com as práticas repressivas; mas também com quem, a partir do relatório, tem contato com elas e se questiona sobre esse passado doloroso.

Hay algo más que tiene que ver con la metodología de la desaparición: primero fueron las personas, el “no estar” alimentando la esperanza en el familiar de que el secuestrado sería puesto en libertad y habría de retornar; luego el ocultamiento y la destrucción de la documentación - que indudablemente existió acerca de cada caso -, prolongando la incertidumbre sobre lo que sucedió; y finalmente, los cadáveres sin nombre, sin identidad, impulsando a la psicosis por la imposibilidad de saber acerca del destino individual, concreto, que le tocó en suerte al ser querido. Fue como asomarse a cada instante al abismo de un horror sin límites. Por eso pensamos que

estos muertos sin nombre encuadran dentro de la misma lógica que decidió la desaparición forzada de personas: al borrar la identidad de los cadáveres se acrecentaba la misma sombra que ocultaba a miles de desaparecidos cuya huella se perdió a partir de las detenciones y secuestros (CONADEP, 2017: 245)²⁹.

Nesse sentido, e dialogando com a questão do resgate da memória, a Comissão afirmou que o núcleo da política de desaparecimento total foi, justamente, impedir por todos os meios que se manifestasse a solidariedade da população e, com isso, a sequela de protestos e reivindicações que geraria no país e no exterior que o conhecimento de que, por trás do alegado propósito de combater a minoria terrorista, se consumou um verdadeiro genocídio³⁰.

Além disso, a própria questão da morte, ou extermínio, como arma política também é trazida à tona com a publicação do relatório. Durante o governo militar argentino, a pena de morte foi incorporada à legislação penal. O argumento era de que era necessária para prevenir os delitos mais graves da subversão. Entretanto, a Comissão afirma que, em lugar disso, foi organizado um crime coletivo um verdadeiro extermínio massivo, patenteado pela descoberta de centenas de cadáveres sem nome. Conclui que não foi um excesso na ação repressiva, muito menos um erro. Foi a execução de uma fria decisão (CONADEP, 2017: 222). Os exemplos, as comprovações, e o conteúdo dos testemunhos mostram que essa conclusão pode ser observada também por quem recebe o relatório na condição de leitor.

La denuncia de Norma Susana Burgos (Legajo N° 1293) corrobora lo afirmado anteriormente. Al igual que el testimonio de Lisandro Cubas (Legajo N° 6974), quien dice:

“En general en lo que concierne al destino de los "traslados" los oficiales evitaban tocar el tema e incluso prohibían expresamente hacerlo. Según nuestra experiencia a partir de lo comentado por algunos oficiales del G.T., a los detenidos "trasladados" se les aplicaba una inyección de pentotal y luego de cargarlos dormidos en un avión se los tiraba al mar. Decían que antes los métodos consistían en fusilamientos e incineración de los cuerpos en los hornos de la ESMA o la inhumación en fosas comunes de cementerios de la provincia de Buenos Aires”³¹.

²⁹ Tradução livre. Há algo mais que tem a ver com a metodologia do desaparecimento: primeiro foram as pessoas, o "não estar" alimentando a esperança na família de que os sequestrados seriam libertados e retornariam; depois, a ocultação e destruição da documentação – que sem dúvida existia sobre cada caso –, prolongando a incerteza sobre o que aconteceu; e, finalmente, os corpos sem nome, sem identidade, dirigindo psicose por causa da impossibilidade de conhecer o indivíduo, destino concreto que tocou o ente querido na sorte. Era como espiar a todo momento o abismo de um horror sem limites. É por isso que pensamos que esses mortos sem nome se encaixam na mesma lógica que decidiu o desaparecimento forçado de pessoas: apagando a identidade dos cadáveres, a mesma sombra que escondia milhares de desaparecidos cuja pegada foi perdida após as prisões e sequestros.

³⁰ Critica-se a opção pelo uso de “genocídio” para se tratar das práticas repressivas na Argentina – o que não reduz a gravidade do que aconteceu. Essa é uma expressão utilizada pelo relatório *Nunca Más* e, em que pese possamos tratar de um considerável número de mortes e desaparecimentos causados pela repressão estatal, a melhor expressão para os crimes seria “extermínio”.

³¹ Tradução livre. A denúncia de Norma Susana Burgos (arquivo n° 1293) corrobora a afirmação acima. Como o testemunho de Lisandro Cubas (arquivo n° 6974), que diz:

“Em geral, no que se refere ao destino das "transferências", os policiais evitaram tocar na lista curta e até a proibiram expressamente. De acordo com a nossa experiência, com base nos comentários feitos por alguns G.T. Disseram que antes os métodos consistiam em execuções e incineração de corpos nos fornos da ESMA ou no enterro em valas comuns de cemitérios na província de Buenos Aires”.

Como objetivos destacados do *Brasil: Nunca Mais*, se pretendeu realizar um trabalho de impacto, no sentido de revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964. Também se inclui o fato de que a sua existência como denúncia dialoga com um momento de superação do autoritarismo – para o que o acesso ao passado repressivo é relevante.

Mas a questão da memória sobre a violência de Estado vai além. Na descrição sobre os castigos cruéis, desumanos e degradantes cometidos pelo aparato estatal, há diversas denúncias sobre não só a prática da tortura, mas à sua condição de “método científico”, incluído no currículo de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões não era meramente teórico, e foi exportado ao sistema repressivo de outros países – como uma proposta de se vangloriar pela sofisticada tecnologia da dor.

A denúncia é confirmada no mesmo Processo, por depoentes acima citados, como o estudante, de 25 anos, Maurício Vieira da Paiva: [...] que o método de torturas foi institucionalizado em nosso País e, que a prova deste fato não está na aplicação das torturas pura e simplesmente, mas, no fato de se ministrarem aulas a este respeito, sendo que, em uma delas o interrogado e alguns dos seus companheiros, serviram de cobaias, aula esta que se realizou na PE da GB, foi ministrada para cem [100] militares das Forças Armadas, sendo seu instrutor um Tenente Hayton, daquela U.M.; que, à concomitância da projeção dos *slides* sobre torturas elas eram demonstradas na prática, nos acusados, como o interrogado e seus companheiros, para toda a plateia [...]. (BNM, 2014: 29).

A pesquisa produzida pelos organizadores do relatório revelou quase uma centena de modos diferentes de tortura, mediante agressão física, pressão psicológica e utilização dos mais variados instrumentos, aplicados aos presos políticos brasileiros. A documentação recolhida e publicizada revela os detalhes dessa ação criminosa exercida sob auspício do Estado. As práticas degradantes mais comuns foram relatadas como sendo: o “pau de arara”; a “pimentinha” e dobradores de tensão; o “afogamento”; a “cadeira do dragão”; a “geladeira”; o uso de insetos e animais, e de produtos químicos; e as lesões físicas (BNM, 2014: 32).

O desaparecimento forçado, aspecto muito ressaltado pelo informe argentino, também é descrito no livro brasileiro como um fenômeno de detenção arbitrária ou sequestro, seguido do desaparecimento da vítima, que se propagou nas ditaduras governadas sob a Doutrina de Segurança Nacional. O relatório denuncia o desaparecimento como correspondente ao maior estágio do grau de repressão política de um país. Isso ocorre porque impede a aplicação dos dispositivos legais estabelecidos em defesa da liberdade pessoal, da integridade física, da dignidade e da própria vida humana (BNM, 2014: 258).

Os testemunhos sobre a realização de desaparecimentos forçados constam nos processos analisados pelo *Brasil: Nunca Mais*. Em relação aos desaparecidos, o relatório afirma que

difficilmente os processos contém algum tipo de informação que possa levar à descoberta de seus paradeiros. A informação relacionada a essas pessoas diz respeito ao fato de terem sido procuradas pelos órgãos da repressão, e que foi detido por organismos de segurança. Isto se justifica pelo fato de que essa forma de repressão pretende insinuar que as autoridades governamentais não seriam responsáveis por esses fatos criminosos, permitindo aos serviços de inteligência maior mobilidade e desenvoltura, sem provocar nenhuma intervenção em sentido contrário.

A prisão e o posterior desaparecimento de Antonio Joaquim Machado e Carlos Alberto Soares de Freitas foram matéria de interrogatórios da Professora Maria Clara Arantes Pêgo, de 28 anos, na Justiça Militar do Rio, em 1972: [...] que quer esclarecer que o Dr. Antonio Joaquim Machado é advogado, preso em 15 de fevereiro de 1971, no Rio de Janeiro, em Ipanema, nas proximidades da Rua Joana Angélica, foi possivelmente assassinado sob tortura, na PE; que a declarante morou com esta pessoa cerca de oito meses; que a declarante conhecia, desde menina, a família, e sabe que o mesmo foi preso nessa data, porque juntamente com ele foram presos Carlos Alberto Soares de Freitas e Emanuel Paiva, e desde essa data, tanto o primeiro como o segundo, continuam desaparecidos, esgotados todos os recursos legais para encontrá-los; que dos três elementos presos, o único encontrado com vida foi o Emanuel, que se encontra preso respondendo processo [...] (BNM, 2014: 263).

O relatório ainda expõe diversos outros casos de desaparecimento forçado, questionando sobre a atuação das autoridades policiais, a clandestinidade das operações, e o fato de os mortos continuarem sendo considerados, oficialmente, desaparecidos. Ainda, destaca que a família do desaparecido político não tem sequer o direito ao atestado de óbito de seu ente querido, arrebatado da vida pelas garras cruéis da repressão política do Regime Militar (BNM, 2014: 267).

3.2.2. Memória coletiva e memória nacional

Outra abordagem memorialística dos relatórios, diz respeito à sua pretensão de elaboração de uma memória coletiva. Em que pese sejam informados, em sua maior parte, por experiências individuais (que, por sua vez, também são resultados de suas interações com as coletivas); é notório que os documentos pretendem construir uma memória de uma experiência nacional: as ditaduras fizeram parte de um momento da história de cada país e sua memória deve ser reconhecida tal. Mesmo que os relatórios afirmem que o terrorismo de Estado não atingiu diretamente a todas as pessoas, defendem que se trata de um marco político nacional, e que deve ser acessado por todos os cidadãos como parte constitutiva de sua memória.

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à

memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (Pollak, 1992: 204).

O informe *Nunca Más*, teve a sua criação vinculada ao Estado, gerando, portanto, uma espécie de “memória oficial” sobre a repressão da última ditadura militar na Argentina (1976-1983). Mas é importante ressaltar que o processo de constituição do informe argentino foi público e teve a participação direta da sociedade, além de fornecer informações e testemunhos sobre a ação repressiva das forças de segurança. O *Brasil: Nunca Mais* foi produzido por uma equipe quase anônima. Como aponta Bauer, a partir do momento da publicização do conteúdo do relatório brasileiro, essa memória passou a adquirir certa oficialidade, o que levou os militares brasileiros a afirmar, em meados da década de 1990, que haviam vencido a guerra contra a subversão, mas perdido a batalha contra memória (Bauer, 2014: 171).

Crenzel também avalia a força do informe no estabelecimento de uma verdade pública, de uma fonte para o debate político e jurídico e para a memória dos desaparecidos. Para ele, o *Nunca Más* adquiriu grande importância política, uma vez que, antes do informe, a perspectiva ditatorial não havia sido desmentida mediante um relato integrado, com força argumentativa e simbólica, sustentada pelo peso dos testemunhos e da “palavra oficial”. Os trabalhos da CONADEP, para Crenzel, instauraram uma nova verdade pública sobre a dimensão que alcançaram os desaparecimentos e a responsabilidade institucional das Forças Armadas, que logo se expandiu e se reproduziu, de múltiplas maneiras, e entrou em confronto com discursos sobre a negação, justificação e relativização ditatorial sobre a existência de desaparecidos (Crenzel, 2014: 128).

Ao mesmo tempo, o informe adquiriu uma condição de verdade que se verificou ao converter suas páginas em uma fonte indiscutível no debate político e jurídico para corroborar se uma pessoa era mencionada entre os partícipes dos desaparecimentos, ou não. Além disso, segundo o autor, o *Nunca Más* cobrou rapidamente a qualidade de instrumento de justiça mediante a reprodução de sua interpretação, de seu estilo narrativo e da utilização do *corpus* probatório em juízo contra as Juntas Militares. Para ele, o informe se tornou, mediante sua circulação e seus usos públicos, no cânone da memória coletiva argentina sobre os desaparecimentos, e se transformou no objeto das lutas políticas, já que traz um sentido ao passado (Crenzel, 2014: 129).

É possível encontrar a ideia de uma concepção coletiva de memória, e, por consequência, sua intrínseca relação com a constituição da memória individual, já no prólogo do relatório argentino, quando as referências ao passado ditatorial são realizadas em expressões como “história de nosso país”, e também quando afirmam que a ditadura militar produziu a maior tragédia de “nossa história”, e a mas selvagem (CONADEP, 2017: 7). As referências ao “povo argentino”, e sua posição de poder escutar, assistir à programas televisivos, ler artigos em jornais e revistas, além de um livro inteiro que enumera, descreve e condena minuciosamente os fatos cometidos pelo terrorismo de Estado, também os considera protagonistas dessa construção da memória do passado nacional, que faz parte, em maior ou menor grau, da própria construção de suas memórias individuais.

É perceptível que os responsáveis pela elaboração do documento tinham consciência, e faziam remissões sobre a presença dos testemunhos individuais, e das particularidades deles em relação ao todo da repressão. Entretanto, houve uma opção por sempre relacionar os fatos com um contexto de violência maior, que perpassa todas as pessoas envolvidas, e se constrói como um espaço coletivo e nacional.

Além disso, a ideia de o acesso a esse passado seria a única forma de garantir que ele não volte a ser uma experiência nacional. O informe considera que o mais terrível drama sofrido pela Nação em toda a sua história foi a ditadura militar e que o contato com as atrocidades por ela cometidas servirá para “nos fazer compreender” que apenas a democracia é capaz de “preservar um povo” de semelhante horror, e que só ela pode manter e salvar os direitos da criatura humana. Apenas assim, “podemos estar seguros” de que nunca mais em “nossa pátria” se repetiram fatos que “nos fizeram” tragicamente famosos no mundo civilizado (CONADEP, 2017: 11). A ideia é corroborada no âmbito das recomendações trazidas pela CONADEP, que afirmou fazê-las em razão da finalidade de prevenir, reparar e evitar a repetição de violações aos direitos humanos “em nosso país” (CONADEP, 2017: 473).

A escrita do *Brasil: Nunca Mais* também perpassa pela ideia da construção e reflexão sobre uma história, um passado e uma memória coletivos. Desde seus primeiros passos, em 1979, até sua conclusão em 1985, o projeto de pesquisa não teve outro objetivo que não fosse o de materializar o imperativo escolhido como título da investigação: que nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente (BNM, 2014: 24).

A imagem de Deus, estampada na pessoa humana, é sempre única. Só ela pode salvar e preservar a imagem do Brasil e do mundo. Daí, o nosso apelo ao governo brasileiro para que assine e ratifique a Convenção Contra a Tortura proposta pela ONU e estampada no final deste livro, todo ele escrito com sangue e com muito amor à Pátria. (BNM, 2014: 14).

Quando trata do sistema repressivo, o relatório brasileiro conta a história da presença da tortura no país, fazendo remissão a diversos eventos da história do Estado brasileiro. Além de trabalhar com as fontes judiciais e os testemunhos; o livro se propõe a ser instrumento de informação e transmissão das experiências políticas do passado. A parte II, em sua quase totalidade, é dedicada por um esforço historiográfico de contar e apresentar as movimentações políticas e na estrutura do Estado que culminaram na realização de atividades como a tortura.

O *Brasil: Nunca Mais* descreve que no decorrer dos 21 capítulos que compõem a reportagem, procurou-se alternar os conteúdos mais impactantes das denúncias, com passagens analíticas que mostram as origens do aparelho repressivo e sua estruturação. Dessa forma, seria evitado tanto o enfado das descrições, quanto o erro de falar das torturas e crimes “como se fossem desligados de todo um sistema político construído no Brasil a partir de 1964” (BNM, 2014: 24).

A reivindicação por uma concepção nacional dos fatos é tão marcante, que a própria singularidade dos objetivos das denúncias dos relatórios, de forma a buscar uma reparação e uma resposta às vítimas e familiares, por exemplo, se torna uma prática que interfere na concepção de um Brasil como todo:

Justo é pedir a localização dos corpos para responder, enfim, à indagação de Alceu Amoroso Lima: Até quando haverá, no Brasil, mulheres que não sabem se são viúvas; filhos que não sabem se são órfãos; criaturas humanas que batem em vão em portas implacavelmente trancadas, de um Brasil que julgávamos ingenuamente isento de tais insanas crueldades? (BNM, 2014: 270).

O sofrimento individual, portanto, passa a figurar como um sofrimento coletivo; que não faz parte só de um grupo familiar específico, mas reflete a situação e a angústia de todo um país. A busca por respostas é coletiva, assim como o passado.

3.2.3. Teoria dos dois demônios

A *teoria dos dois demônios* é uma forma de interpretar as ditaduras dos anos 1960 e 1970 a partir de uma equiparação ética. Dominante entre as Forças Armadas e setores da sociedade civil, argumentava que havia uma dupla responsabilidade – esquerdas e militares – sobre a violência característica das ditaduras civil-militares de segurança nacional (Bauer, 2014: 120). Foi utilizada tanto no Brasil quanto na Argentina. Porém foi explícita no segundo caso, devido às decisões em âmbitos jurídicos. Por essa razão, o presidente Raúl Alfonsín determinou o simultâneo julgamento das cúpulas guerrilheiras e militares e a divulgação da

“versão oficial” instituída pelo relatório da CONADEP. Nesse marco político, Alfonsín decidiu que tanto “o terrorismo subversivo como o terrorismo de Estado” seriam castigados.

Essa simetria, conforme Crenzel, conjugava três objetivos. O primeiro, traduzia sua ideia de que a anomia havia originado a guerrilha e a repressão ilegal. Somente com a restauração da lei é que seria possível superá-la. Nesse sentido, a nova transição se diferenciaria das políticas implementadas em 1973, quando a anistia se revelou ineficaz para deter a violência política. O segundo, enfrentava a “auto anistia” sem que fosse acusado de parcialidade pelas Forças Armadas. Por último, reuniu a opinião pública favorável para punir os crimes cometidos pelos militares, fortalecida por suas revelações diárias na imprensa; e também uma reivindicação acompanhada por uma condenação semelhante em razão da violência da guerrilha (Crenzel, 2013: 8).

Algumas são as menções à ideia dos “dois demônios” no relatório argentino. Logo em seu início, afirma que, durante a década de 70, a Argentina foi convulsionada por um terror que provinha tanto da extrema direita, como da extrema esquerda (CONADEP, 2017: 7). Enquanto a sociedade pensava em uma ideia de “caça às bruxas”, se sabia que a luta contra os “subversivos” havia se convertido em uma repressão generalizada, porque a ideia de subversivo possuía um alcance tão vasto como imprevisível. No delírio semântico, encabeçado por qualificações como “marxismo-leninismo”; “apátridas”, “materialistas e ateus”, “inimigos dos valores ocidentais e cristãos”, tudo era possível: desde pessoas que propiciavam uma revolução social, até adolescentes simples que ajudavam moradores de suas vilas (CONADEP, 2017: 9).

Durante a transição, os desaparecidos políticos e seus familiares, pertencentes às sociedades que se posicionavam à margem do conflito entre os militares e os militantes de organizações guerrilheiras – os dois demônios –, foram isolados socialmente e mantidos afastados do processo em curso; em uma ideia de promoção da reconciliação.

3.2.4. Para que não se esqueça

Ainda no que diz respeito à forma de construção da memória por parte dos relatórios, é possível afirmar que eles se posicionam como contrários às políticas de esquecimento orquestradas pelas forças militares. Importante realizar uma ressalva: não se está aqui opondo memória e esquecimento; mas afirmando que as memórias as quais os relatórios se referem se opõem às políticas de esquecimento fomentadas por aqueles que foram responsáveis pelas violações de direitos humanos no período das ditaduras.

Um dos mais relevantes, e problemático, instrumento sobre a questão do esquecimento pode ser encontrado na Argentina: o *Documento Final de la Junta Militar sobre la guerra contra la subversión y el terrorismo*, produzido pelos membros da Junta Militar, em 1983. Em essência, oferecia uma série de argumentos justificativos para as ações das Forças Armadas e policiais durante os anos 1970, na Argentina. Apelava para a reconciliação dos argentinos, e buscava impor uma interdição ao passado, através da impunidade e da imunidade e do silêncio, ao estabelecer que as explicações e informações contidas no documento eram tudo o que as Forças Armadas tinham a revelar à sociedade argentina.

Nesse informe, as Forças Armadas ofereciam uma versão justificatória de sua própria atuação. Segundo ele, o passado se apresentava como uma “guerra” de consequências dolorosas, porém inevitáveis. Como em “toda guerra”, foram cometidos alguns “erros e excessos”; e essa havia sido, em definitivo, uma “guerra suja”. Além disso, declararam que todas as pessoas que figuravam nas listas de desaparecidos se consideram mortas.

Em relação à configuração da justiça de transição, e a forma com que o passado deveria ser interpretado – e suas consequências ao presente e futuro da sociedade –, o documento defende as políticas de esquecimento, um não olhar ao passado, e a defesa da repressão contra a ideia de subversão:

De esta actitud de la población se desprende con claridad que el deseo de la Nación toda es poner punto final a un periodo doloroso de nuestra historia para iniciar, en unión y libertad, la definitiva Institucionalización constitucional de la República. Para lograr éxito en este camino, es imprescindible que tengamos el equilibrio suficiente para comprender lo acaecido, sin olvidar las circunstancias que nos llevaron al borde mismo de la disgregación, como así tampoco las responsabilidades que, por acción u omisión, les correspondieron a los distintos sectores de la comunidad, a fin de no recorrer, otra vez, a ese doloroso camino que no queremos volver a transitar.
(...)
La reconciliación es el comienzo difícil de una era de madurez y da responsabilidad asumidas con realismo por todos. Las cicatrices son memoria dolorosa, pero también cimiento de una democracia fuerte, de un pueblo unido y libre. Un pueblo que aprendió que la subversión y el terrorismo son la muerte inexorable de la libertad (Junta Militar, 1983: 13-14)³².

³² Tradução livre. Dessa atitude da população se desprende com claridade que o desejo da Nação é por fim a um período doloroso em nossa história para iniciar, em união e liberdade, a definitiva institucionalização constitucional da República.

Para alcançar o sucesso nesse caminho, é essencial que tenhamos equilíbrio suficiente para entender o que aconteceu, sem esquecer as circunstâncias que nos levaram à beira da desintegração, bem como as responsabilidades que, por ação ou omissão, corresponderam às diferentes setores da comunidade, a fim de não percorrer novamente esse doloroso caminho que não queremos percorrer novamente.
(...)

A reconciliação é o começo difícil de uma era de maturidade e da responsabilidade realisticamente assumida por todos. As cicatrizes são uma memória dolorosa, mas também o fundamento de uma forte democracia, de um povo unido e livre. Um povo que aprendeu que subversão e terrorismo são a inexorável morte da liberdade.

No relatório *Nunca Más*, a questão do silenciamento também é um fator de crítica, que pretende ser combatido. Segundo o texto, o desaparecimento dos cadáveres foi uma outra forma encontrada pelo aparato repressivo para assegurar, por um tempo, o silêncio dos familiares. Precisamente, encorajando neles a esperança de que seu ente querido estivesse vivo, mantendo-o na qualidade de pessoa desaparecida. Isso criou uma ambiguidade que forçou o isolamento da atitude dos familiares já que havia o medo de atuar com alguma temática contrária à do governo – que poderia influenciar na possibilidade de encontrar seu familiar na lista de pessoas mortas. Assim, optou-se por um silenciamento, em detrimento de uma possível contrapartida violenta por parte do Estado.

También se pretendió con ello bloquear los caminos de la investigación de los hechos concretos, diluyendo en el ocultamiento de las acciones la asignación individual de responsabilidades; así se lograba extender el cono de sospecha a una gran parte de los funcionarios militares - salvo la casi imposible probanza del hecho negativo -, sobre su participación personal en la dirección o ejecución de las acciones delictivas (CONADEP, 2017: 245)³³.

Para os organizadores do *Brasil: Nunca Mais*, o apelo pela leitura é realizado no sentido:

Que ninguém participe desse debate nacional sem tomar conhecimento sobre o conteúdo deste livro, para que se possa exigir medidas no sentido de não se repetirem esses anos de perseguição e ódio. Que ninguém termine a leitura deste livro sem se comprometer, em juramento sagrado com a própria consciência, a engajar-se numa luta sem tréguas, nem mutirão sem limites, para varrer da face da Terra a prática das torturas. Para eliminar do seio da humanidade o flagelo das torturas, de qualquer tipo, por qualquer delito, sob qualquer razão (BNM, 2014: 25).

A análise da temática da memória permite reconhecer a existência do esquecimento, dos silêncios e dos não-ditos. O esquecimento pode resultar de uma opção individual ou coletiva de restringir certas lembranças ao essencial. Mas pode, também, servir para uma ação qualitativamente diferente, a de ocultar, com o intuito de causar o apagamento dos eventos. E é contra essa ocultação que os relatórios situam.

Na América Latina pós-ditaduras, as instituições do Estado, parte dos setores políticos e empresariais, as forças armadas e importantes segmentos associados da economia internacional e da política externa dos EUA, entre outros, conspiraram fortemente contra o “lembrar” e o conhecer. Só a resistência pelo resgate da memória e da história de alguns setores político-sociais, evitou a consagração de um esquecimento acelerado. Embora não seja o único, o tema onde tais posicionamentos se mostram mais evidentes relaciona-se com os “desaparecimentos”. O esquecimento e o silêncio oficial sobre os desaparecidos políticos induzem a reconhecê-los como uma categoria social que sofre o processo da exclusão histórica e inscreve-os dentro de um espaço das memórias subterrâneas, como um grupo “sem-memória” ou, melhor, “sem-registro” de memória (Padrós, 2004: 3).

³³ Tradução livre. Pretendia-se também bloquear os caminhos da investigação de fatos específicos, diluindo na ocultação das ações a atribuição individual de responsabilidades; assim, o cone de suspeita foi estendido a grande parte dos oficiais militares – exceto a prova quase impossível do fato negativo – sobre sua participação pessoal na direção ou execução das ações criminosas.

Segundo Padrós, para que a memória tenha significado para o ser humano, este deve esquecer a maior parte do que viu, ouviu e experimentou. Essa é uma condição básica do lembrar. Além de classificar, combinar e destacar lembranças o ser humano deve poder esquecer. O esquecimento deve ser uma opção, principalmente no que diz respeito a experiências traumáticas como a tortura, o sequestro, os expurgos, os fuzilamentos simulados, os desaparecimentos, as prisões, o exílio, o insílio, o desexílio, as detenções clandestinas, o “botim de guerra”, as execuções e outras modalidades de violência repressiva estatal (Padrós, 2004: 4).

Inegavelmente, os regimes de exceção, com as suas conhecidas motivações repressivas de controle, de censura e de enquadramento de memórias e de consciências, são indutores de um “esquecimento organizado”. Tão desafiador e complexo quanto entender essa dinâmica é compreender a lógica de controle e de supressão, oficial ou não, na reconversão para tempos de democracia. De certa forma, é isto que está em questão na América Latina pós-ditaduras.

Kehl acredita que o silêncio existente em relação à tortura é um dos fatores que podem explicar a repetição, em outras formas, da violência policial e das instituições do Estado. A sensação de impunidade e o medo imperam e impedem que atitudes e denúncias contra esse tipo de prática sejam realizadas. O processo de transição, além de desviar a atenção da violência praticada no período, também se manifestou, por parte dos militares, na tímida preocupação e na falta de interesse em relação à abertura dos arquivos das ditaduras (Kehl, 2010: 124-128).

A política do silenciamento empurrou para fora da simbolização um tipo de violência, aquele praticado contra os corpos dos perseguidos políticos. Seu enfrentamento passa pela significação das experiências-limites, como a tortura. Dizer o que não quer ser dito, permite maior compreensão por parte da sociedade e de seu passado. Não refletir sobre o que ficou recalcado faz com que a violência, inclusive a policial, seja aceita com naturalidade e vista, inclusive, como um mal necessário.

Quando se fala sobre política de esquecimento, não se faz referência direta ao esquecimento – parte indissociável da operação mnêmica – do exercício pleno da memória. Refere-se não ao esquecimento voluntário, associado a uma necessidade individual ou coletiva de “seguir adiante”, mas ao esquecimento induzido, ao silenciamento com finalidades políticas (Caviglia, 2006: 47). O esquecimento pode ser induzido de maneira ativa e passiva. Na forma passiva, uma das maneiras de promovê-lo relaciona-se à duração das transições políticas, sendo entendido como um produto do fluxo do tempo.

No entanto, sempre haverá a persistência de elementos recalcados que, apesar da passagem do tempo, não ficam no passado. A longa transição brasileira e as demoras para a

promoção de medidas de memória e reparação podem caracterizar as tentativas de fazer com que a passagem do tempo concorra para a diluição da memória, trazendo o esquecimento. Na forma ativa, mantendo a mesma relação com o tempo a rápida transição argentina ocorrida nos últimos meses do regime ditatorial tinha como objetivo suspender a experimentação do presente. Lançando, assim, as perspectivas da sociedade para o futuro, impedindo a existência de qualquer questionamento e promovendo a amnésia.

Outro sentido do esquecimento é a sua imposição como política de governo. As leis de anistia são um exemplo dessa imposição e de uma tentativa de “normalização” da sociedade. Para os governos militares transicionais, a pacificação dos conflitos sociais pressupunha o esquecimento e a equiparação dos crimes cometidos, em uma medida de “saneamento moral”.

Ainda, outro sentido de esquecimento vincula-se à cicatrização e está constituído pelas imagens de perda e melancolia. A memória, ao se voltar ao passado, reconhece essa perda, porém não consegue identificá-la, nem ver claramente o que foi perdido (os ideais, os entes queridos, os projetos para o futuro). Assim, “fixado ao passado, regressando ao paraíso ou ao inferno de uma experiência não ultrapassável, o melancólico é uma memória estranha: tudo findou, ele parece dizer, mas eu permaneço fiel a esta coisa finda, estou colado a ela, não há futuro... Um passado hipertrofiado, hiperbólico ocupa todas as dimensões da continuidade psíquica.” (Vinyes, 2015).

As políticas de desmemória e esquecimento podem ser caracterizadas como uma série de medidas que tiveram como objetivos: a) perpetuar as memórias e as versões oficiais sobre o terrorismo de Estado conferidas durante a vigência das ditaduras civil-militares de segurança nacional; b) anular as “batalhas da memória”, corroborando uma “memória oficial” sobre o passado ditatorial e desautorizando as memórias emergentes, consideradas uma ameaça para o processo político em curso; c) garantir a impunidade e a imunidade dos agentes dos aparatos de informação e repressão, através da promulgação de leis de anistia e de medidas simbólicas para a “interdição do passado” através do silêncio (Bauer, 2014: 135-136).

3.2.5. Considerações sobre o debate memorialístico

A história e a memória sobre a luta armada no Brasil e na Argentina são muito diferentes, e chamam a atenção para as diferenças não apenas dos processos políticos, mas também das distintas culturas políticas que vêm se desenvolvendo nos dois países. A Argentina, desde sua transição, tem evidenciado processos políticos muito mais marcados pela violência e pelo confronto; já o Brasil tem tido a marca da negociação e da conciliação no enfrentamento

de suas questões políticas. Isso é visível até mesmo levando em consideração os objetivos dos informes.

Em que pese a denúncia e a transparência dos crimes tenham sido elementos comuns das duas publicações; é notório que, no caso argentino, os julgamentos e a responsabilização dos culpados pela perpetuação de violações aos direitos humanos foram considerados como objetivos a serem buscados pelos seus organizadores – concebendo a ideia de que o relatório da CONADEP era apenas o primeiro movimento no contexto da transição. Já no caso brasileiro, é possível perceber que o relatório passa a ter um fim em si mesmo. Não há fomento por julgamentos, pela responsabilização (muito em razão da vigência da Lei de Anistia, promulgada em 1979), nem um objetivo de vingança. Nesse sentido, é possível compreender o *Brasil: nunca mais* como precursor de uma ideologia de reconciliação.

O projeto político da reconciliação tem sua expressão prática e emblemática no Parlamento e na Constituição. Ambas as instituições expressam os graus de reconciliação alcançados durante a transição à democracia e após ela. A eficácia dessas expressões institucionais da reconciliação depende de como se levou o processo histórico em que nasceram, mas em qualquer caso não substituem a sociedade e as memórias que a sociedade contém. A ideologia da reconciliação é um instrumento de assimilação, sua vocação é devorar qualquer elemento antagônico e expandir as certezas absolutas em que se sustenta por meio de ritos e símbolos que, mais que uma história (uma verdade provisória), comemoram uma memória tranquilizadora, em geral a memória de um êxito conseguido após sofrimento e vontade – ainda que o sofrimento e a vontade não acabem em êxito. A ideologia não tem capacidade de diálogo porque não serve para isso, e a memória por ela criada, a memória única ou “boa memória”, tampouco (Vinyes, 2015: 227).

Desconsiderar o conflito também implicou na adoção de um princípio doutrinário importante e frequente na maioria dos países que pretenderam transformar antigas ditaduras em sistemas democráticos: a “impunidade equitativa”. Assim, não é preciso entrar no conflito, é preciso dá-lo por superado; não é que esteja superado, mas é preciso atuar como se essa fosse a realidade. É a espera da passagem do tempo para a resolução dos problemas do passado, a confiança na extinção do problema por meio da morte tanto dos culpados como dos afetados. Isso é o que fará com que o conflito seja superado definitivamente (Vinyes, 2015: 236).

Os *nunca mais* fazem menção à necessidade de recordar o passado para evitar a repetição de experiências históricas que resultaram dramáticas nesses países. Um dos temas-chave nessa lembrança foi a origem do ocorrido, a explicação de porque se chegou às ditaduras. Os textos não propuseram longos desenvolvimentos desse tema, mas tentaram dar algum tipo

de resposta. Essa explicação das causas da ditadura teve um forte sentido político e refletiu o conflito de interpretações em torno da noção de democracia que esteve em disputa durante as transições. O conflito de visões se expressou claramente nas diferenças entre o informe estatal (Argentina) e o desenvolvido por setores da sociedade (Brasil). Enquanto o primeiro colocou especial ênfase nos processos de polarização política como origem das ditaduras, os últimos incorporaram os aspectos socioeconômicos como elementos-chave na formulação das ditaduras que prejudicaram os setores “populares” (Marchesi, 2015: 267).

Na Argentina, o processo de polarização foi considerado menos inclusivo, e se remeteu a um setor reduzido da população, enquanto a maioria dela permaneceu afastada da disputa:

Durante la década del 70 la Argentina fue convulsionada por un terror que provenía tanto desde la extrema derecha como de la extrema izquierda, fenómeno que ha ocurrido en muchos otros países. Así aconteció en Italia, que durante largos años debió sufrir la despiadada acción de las formaciones fascistas, de las Brigadas Rojas y de grupos similares. Pero esa nación no abandonó en ningún momento los principios del derecho para combatirlo (...) No fue de esta manera en nuestro país: a los delitos de los terroristas, las Fuerzas Armadas respondieron con un terrorismo infinitamente peor que el combatido, porque desde el 24 de marzo de 1976 contaron con el poderío y la impunidad del Estado absoluto, secuestrando, torturando y asesinando a miles de seres humanos (CONADEP, 2017: 7)³⁴.

A explicação gira em torno de motivos especificamente políticos: a incapacidade dos governos anteriores à ditadura de suportar os processos de polarização e violência política. Na medida em que os cidadãos se polarizavam, os pontos em comum se reduziam conjuntamente com a possibilidade de uma convivência democrática. A violência, na visão do informe, era patrimônio de poucos, mas havia marcado a dinâmica política que levou à ditadura; enfatizando o papel dos extremos ideológicos na origem da ditadura, sem, entretanto, considerar importantes setores da população e/ou grupos políticos vinculados ao centro do espectro ideológico que nos momentos iniciais deram uma carta de crédito às ditaduras. Importante ressaltar que, na Argentina, simultaneamente à solicitação da captura dos membros da junta militar, pediu-se a captura de líderes *montoneros* que estavam no exterior (Marchesi, 2015: 268)

No que diz respeito ao informe desenvolvido pela organização da sociedade civil, é possível encontrar outras chaves interpretativas em relação às origens da ditadura, colocando especial ênfase em aspectos sociais e econômicos. O relatório descreve a conjuntura prévia ao golpe como um período marcado pela ascensão das lutas populares, e o explica como uma

³⁴ Tradução livre. Durante os anos 70, a Argentina foi convulsionada por um terror que veio da extrema direita e da extrema esquerda, fenômeno que ocorreu em muitos outros países. Isso aconteceu na Itália, que durante muitos anos sofreu a ação implacável das formações fascistas, das Brigadas Vermelhas e de grupos semelhantes. Mas essa nação não abandonou em nenhum momento os princípios do direito de combatê-lo (...) Não era assim em nosso país: aos crimes de terroristas, as Forças Armadas reagiram com terrorismo infinitamente pior do que aquele que lutava, porque desde o 24 de março de 1976, eles tinham o poder e a impunidade do Estado absoluto, sequestrando, torturando e matando milhares de seres humanos.

reação de certos setores dominantes. Em detrimento de uma visão da democracia apoiada em acordos de estabilidade; essa outra versão propõe uma visão da democracia que integra aspectos socioeconômicos:

A ruptura de abril de 1964 resultou no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento por meio das reformas de base. A partir dali, foi implantado um modelo econômico que, alterado periodicamente em questões de importância secundária, revelou uma essência que pode ser resumida em duas frases: concentração de renda e desnacionalização da economia (BNM, 2014: 60).

Outra diferença que emerge a partir da mesma clivagem entre informes estatal e civil é o momento de início das “violações de direitos humanos”. Enquanto o *Nunca más* nomeia unicamente os sucessos ocorridos a partir da ditadura; o *Brasil: Nunca Mais* marca antecedentes históricos prévios ao golpe, nos quais governos democráticos também haviam praticado violações aos direitos humanos. Pode-se ir mais longe e afirmar que o informe estatal prioriza a excepcionalidade dos Estados ditatoriais, descuidando da continuidade com os governos anteriores (Marchesi, 2015: 270).

No caso argentino, principalmente, a ditadura é designada como “*la más grande tragedia de nuestra historia, y la más salvaje*” (CONADEP, 1984: 7), sem propor nenhum tipo de continuidade com práticas desenvolvidas por sucessivos governos ditatoriais e atores políticos durante a segunda metade do século XX.

4. As batalhas da memória: as reações aos informes *nunca mais*

4.1. Entre negacionismos e revisionismos: uma memória militar

A vasta literatura que aborda a ditadura civil-militar e seus desdobramentos é composta por diferentes visões, versões e ficções caracterizadas pela fusão do discurso analítico com o rememorativo. O objetivo desta parte do trabalho é analisar a construção das representações mais significativas que se referem à memória militar, identificando uma permanente tensão entre “militares” e “opositores do regime” na consagração de sua versão como a verdade de uma época. Tensão essa que se encontra presente na publicação de obras que objetivam se contrapor ao conteúdo dos relatórios *nunca mais* analisados anteriormente.

Os livros de memórias e demais impressos celebrativos de autoria dos militares elegem 1964 como o principal marco no processo de construção da "Revolução Democrática Brasileira", destacando a rápida vitória do movimento e o forte apoio popular que impediu a "esquerdização" do país. Tais obras desejam contrapor suas obras à literatura de cunho "esquerdizante", que contaminou a juventude, divulgando uma imagem dos militares e de sua obra como "maldita" ou "cruel". Suas análises objetivaram mostrar a memória militar sobre o golpe de 1964, a repressão e a abertura.

O estudo da memória militar chama a atenção para aspectos complexos do processo histórico que culminou no regime militar. Embora se apresentem como comentadores de eventos factualmente determinados, é necessário reconhecer que atuam no sentido de perpetrar revisionismos e negacionismos acerca da questão memorialística do período. O revisionismo aparece como um recurso político e ideológico para legitimar (ou negar) posições intelectuais, sujeitos e/ou práticas.

Ao tratar sobre a corrente “revisionista” que buscava fortalecer o discurso de negação da Shoá, com a negação da existência das câmaras de gás e do extermínio de doentes mentais, judeus e ciganos, Pierre Vidal-Naquet denomina os revisionistas como *assassinos da memória*. Segundo o autor, esse grupo dedica todos os seus esforços e emprega todos os meios para destruir, não a verdade, mas a “tomada de consciência da verdade. Os assassinos da memória, para Vidal-Naquet, escolhem bem seu objetivo: querem atingir uma comunidade nas mil fibras ainda dolorosas que a ligam a seu próprio passado, lançando sobre ela uma acusação global de mentira e fraude (Vidal-Naquet, 1988: 10).

No que diz respeito ao método revisionista, Vidal-Naquet analisa os aspectos comuns presentes nas teorias de negação ao Holocausto, chegando a um modelo revisionista que pode

ser transportado, com os devidos cuidados e precauções para não inaugurar uma análise anacrônica, para os negacionismos de diversos outros períodos da História, em que se incluem as ditaduras argentina e brasileira.

A partir dessa análise metodológica, o autor afirma que os revisionistas compartilham alguns princípios extremamente simples. O primeiro, é de que não houve genocídio, e de que o instrumento que o simboliza, a câmara de gás, nunca existiu. O segundo, de que a “solução final” não se tratou da dizimação da população judaica, mas apenas e simplesmente da expulsão dos judeus para a região do leste europeu, em um processo semelhante ao de repatriação. Depois, a indagação sobre o número de mortes, e a oposição à existência de uma documentação que confirme quantos judeus, de fato, foram mortos pelo regime de Hitler. Em seguida, a crença de que a Alemanha hitlerista não é a principal responsável pela Segunda Guerra Mundial, e que compartilha essa responsabilidade com os judeus, por exemplo. Além disso, defendem que o maior inimigo do gênero humano durante as décadas de 1930 e 1940 não foi a Alemanha nazista, mas a URSS, de Stálin. Por fim, as fontes revisionistas também afirmam que o genocídio é uma invenção da propaganda aliada (principalmente judia e principalmente sionista) (Vidal-Naquet, 1988: 37-38).

As fontes e o período histórico trabalhados por Vidal-Naquet não interessam a essa pesquisa, mas foram citados para que seja possível compreender um movimento pelo qual revisionistas elaboram sua escrita e suas aspirações em defesa da possibilidade da construção de uma outra memória. Esse movimento metodológico pode ser descrito, então, a partir de uma escrita que: 1. nega que os aparatos e instrumentos construídos, e que causaram graves violações aos direitos humanos – em que se inclui o crime de genocídio – tenham existido; 2. nega que as mortes causadas pelos regimes repressivos (e, no caso do nazismo, totalitário) tenham sequer existido, se tratando apenas de um afastamento dessas pessoas de determinada região; 3. questiona os números estabelecidos (a partir de pesquisas e de um método quantitativo muito diferentes da suposição) para mortes, desaparecimentos e pessoas afetadas causadas pela repressão; 4. cria novos responsáveis para os acontecimentos, e também novos inimigos das vítimas; 5. inventa suposições e busca apontar outros culpados para os eventos que aconteceram no passado (que é, muitas vezes, recente).

Além disso, no que diz respeito às vozes das vítimas, encontradas a partir do testemunho como modalidade de memória (assim como já tratado anteriormente no presente trabalho), o método revisionista afirma serem “mentira ou imaginação”. Em relação aos testemunhos elaborados anteriormente ao fim da liberação dos judeus (ou antes do fim do regime repressivo, por exemplo), os revisionistas afirmam que ou são falsos ou manipulados, ou devem ser

ignorados e considerados como “boato). Ademais, todo o documento nazista (ou do regime – o que constitui a “memória oficial”) que traz um testemunho direto deve ser compreendido em seu sentido literal se escrito em código, mas ignorado (ou subinterpretado) se escrito em linguagem direta. Também consideram que o testemunho de pessoas que faziam parte do controle do regime, e o fizeram em período posterior ao seu fim, foi obtido sob tortura ou intimidação (mesmo que eles sejam homogêneos e declarem, sem exceção, a existência das câmaras de gás, por exemplo). Por fim, há a mobilização de um arsenal pseudotécnico para mostrar a impossibilidade material do extermínio maciço, da tortura, das prisões, do desaparecimento e, até mesmo, para considerá-los como invenção dos próprios grupos que os sofreram (Vidal-Naquet, 1988: 41-45).

Para Vidal-Naquet, é necessário trabalhar incansavelmente para estabelecer os fatos, não para os que os conhecem e vão desaparecer, mas para aqueles que serão legitimamente exigentes quanto à qualidade da prova. Para ele, o trabalho arqueológico tornou-se indispensável para combater revisionismos, e também aqueles que se sentem responsáveis pelo monopólio da memória, e que a apresentam ao público dos meios de comunicação (Vidal-Naquet, 1988: 213). O que, de certa forma, pode ser entendido como um combate à produção revisionista que não possui nenhuma responsabilidade, nem comprometimento, com uma consciência de verdade, que a faz a partir de um assassinato da memória, e a publica em meios de comunicação para um público amplo, nem sempre preparado factual e historicamente, e a partir de paixões políticas que anseiam pela negação e pela construção de uma nova versão do passado que, na verdade, não se preocupa com ele.

Nos últimos anos, como parte do revisionismo geral sobre o período das ditaduras civis-militares na América Latina, tem surgido a versão de que a violência ilegal do regime e do sistema de tortura era a contraface da violência guerrilheira. É a versão brasileira da “teoria dos dois demônios”, que explica a violência política como uma espiral na qual os dois lados se equivalem nas suas opções ilegítimas de ação, estrangendo a sociedade “inocente” por todos os lados ideológicos. De matriz liberal-conservadora, essa “teoria” pode até acertar ao exigir uma reflexão sobre o lugar da violência na política, mas erra ao permitir a justificativa do terror de Estado como política de contenção da oposição, armada ou desarmada. No limite, é semelhante ao argumento de que a tortura é um mal menor diante do mal maior, a revolução socialista, como gosta de brandir a extrema-direita civil e militar (Napolitano, 2014: 110).

Essa discussão se insere no que Napolitano denomina de “quarta fase da história social acerca do regime militar”, que compreende os anos de 2003 a 2014, coincidindo com os três governos petistas (Lula e Dilma Rousseff) durante os quais se percebe dois movimentos

contraditórios: de um lado, o aprofundamento de uma política de memória do Estado, calcada na memória hegemônica, crítica ao regime militar e tributária da cultura democrática; de outro, no plano da sociedade civil, o crescimento do revisionismo, em alguns casos partilhado por historiadores reconhecidos e de viés progressista, que indica uma fissura nas bases da memória hegemônica construída desde os anos 1970 (Napolitano, 2015: 32).

Além desse revisionismo feito por pesquisadores que não se deixaram virar reféns da memória hegemônica e suas armadilhas e restrições, o período tem sido marcado pela aparição pública, com grau crescente de legitimação no debate e infensa a qualquer execração pública, de memórias da extrema-direita, principalmente de militares reformados, cuja faceta se esconde na crítica ao “politicamente correto”. A versão mais “puro sangue” da extrema direita dispensa o bom humor e se manifesta a partir de algumas vertentes: a) *negacionismo* que recusa a existência de tortura a presos políticos; b) *nostalgia* que representa a ditadura como época de prosperidade, honestidade pública e segurança aos trabalhadores; c) *autoritarismo* conservador como saída legítima para a crise política e moral brasileira, rejeitando valores liberais ou socialistas; d) *elitismo* como forma de explicar a crise moral da sociedade brasileira da era PT; e) *moralismo* que vê a política como reino da corrupção e prega uma cruzada moral para regenerar as instituições corrompidas pelo “lulopetismo” (Napolitano, 2015: 34).

Em relação ao revisionismo na Argentina, Beired ressalta que o "revisionismo histórico argentino" foi uma corrente historiográfica que se desenvolveu em oposição à interpretação liberal da história argentina (Beired, 2000: 398), valorizando o hispanismo, o catolicismo e o nacionalismo como ideologias.

Essas características detalhadas pelos autores podem ser encontradas no processo de escrita dos documentos que serão analisados nesse capítulo: *Brasil: Sempre*, de Marco Pollo Giordani; e *La otra campana del Nunca Más*, de Miguel Etchecolatz. Revisionismos e negacionismos caminham juntos em diversas obras que pretendem ressignificar o passado, principalmente em contextos em que o processo de justiça de transição encontra-se estagnado pela omissão e falta de compromisso estatal para com a memória. Sabendo que esses processos de revisão e negação não são exclusivos de grupos militares³⁵, e de que os próprios militares

³⁵ A memória militar brasileira também foi analisada pelo projeto organizado pelos cientistas sociais Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e pelo antropólogo Celso Castro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, cujo resultado foi a publicação em três volumes, com a edição de trinta e oito textos de entrevistas feitas com catorze militares, entre 1991 e 1994, que objetivaram mostrar a memória militar sobre o golpe de 1964, sobre a repressão e sobre a abertura. Um quarto volume, com entrevistas realizadas com outros quatorze militares, entre 1997 e 1999, tratou da memória militar sobre a Nova República. O mesmo grupo de pesquisadores também organizou e editou uma longa entrevista com o ex-presidente Ernesto Geisel, realizada em dezenove sessões ocorridas entre julho de 1993 e março de 1994. A autora teve contato com as obras, de notável importância para a compreensão da memória militar e antagônica

não são homogêneos em suas opiniões ou grupos de interesses, a escolha pelas obras se deu devido ao seu objetivo principal e compartilhado entre elas: a escrita motivada pela contrariedade ao conteúdo do relatório *nunca mais*, e o sentimento de revanche contra as reivindicações das vítimas dos regimes ditatoriais.

4.2. *Brasil: Sempre*: a memória dita como “esquecida” como contraposição ao *Brasil: Nunca Mais*

Lançado originalmente em 1986, *Brasil: Sempre*, escrito pelo então sargento Marco Pollo Giordani, buscava rebater as denúncias das arbitrariedades das Forças Armadas no regime militar brasileiro. A capa da primeira edição do livro estampava uma provocação ao fazer uso do mesmo projeto gráfico de *Brasil: Nunca Mais*, com uma mudança substancial na questão da escolha das cores que a ilustrariam: o relatório de 1985 possui a capa vermelha; enquanto o livro de 1986 estampa as cores verde e amarela, em tom de exaltação do nacionalismo e de símbolos patriotas. Por ocasião dos 50 anos do evento de 1964, em 2014, Giordani edita sua obra e publica sua segunda edição, com referências à necessidade de se desenvolver uma política de resgate (e exaltação) da memória militar do período da ditadura; como também uma forma de se manifestar contrariamente aos governos “de esquerda” que governaram o Brasil nos anos 2000, com um tom de saudosismo do período inaugurado em 1964.³⁶

O autor afirma que *Brasil: Sempre* é sua obra política por excelência, editado em 1986, como a primeira resposta do Regime Militar ao livro *Brasil: Nunca Mais*, do grupo que denomina como “Igreja Progressista”. Giordani se auto intitula como “ex-agente do DOI-CODI que atuou, por mais de 10 anos, na linha de frente da repressão contra a esquerda armada”. Seu livro não é apenas uma resposta ao relatório de denúncias publicado em 1985, mas, claramente, uma contraposição a ele, que se inicia logo no título. A oposição entre *nunca mais* e *sempre*

àquela trazida pelo *Brasil: Nunca Mais*, mas optou por se utilizar de outras produções sobre a temática, cujo objetivo específico é a sua contraposição com o relatório publicado em 1985.

³⁶ Outra contribuição à prática revisionista, com um discurso construído fora do ambiente acadêmico, e limitando-se a defender uma verdade muito específica e pouco fundamentada, negando grande parte da documentação existente e dos relatos de testemunhos ainda vivos sobre a ditadura, encontra-se o livro *Ditadura à brasileira*, de Marco Antonio Villa, também de 2014. O discurso de Villa se aproxima do conteúdo de *Brasil: Sempre*, defendendo que: a associação do período civil-militar brasileiro com outras experiências ditatoriais da América Latina no mesmo período é uma interpretação falsa e errônea (desconsiderando toda a atuação conjunta das ditaduras do Cone Sul, por exemplo); a consideração de que o período anterior ao AI-5, que compreende os anos de 1964 a 1968, não pode ser considerado uma ditadura (já que, segundo ele, havia uma movimentação político-cultural no cenário brasileiro que não se encontra em nenhuma experiência ditatorial do mundo); e a negação da presença da Doutrina de Segurança Nacional, garantindo que a luta armada só ocorreu por conta de grupos que advogavam pelo socialismo e a ditadura do proletariado.

mostra, logo no início, qual a intenção que se busca com a publicação. Defende-se a ideia de que todos os acontecimentos que sucederam a chamada “revolução de 1964” acompanhem sempre a memória construída sobre o período. A perspectiva de que sempre haverá a necessidade de uma luta contra a esquerda, e de que o diálogo e o estabelecimento de uma relação de paz com os “esquerdistas” nunca será possível. Segundo as palavras do próprio autor:

“(…) Afinal, *Brasil: Sempre* o quê? Inarredável que o “Sempre” não encontraria mais lugar se, depois da ‘Anistia ampla, geral e irrestrita’, tivessem os ânimos serenados e a paz social, mais precisamente a paz ideológica, não tivesse sido rompida e corrompida pelos mesmos bandidos então perdoados. Esta configuração, no entanto, é hipotética, particularmente na minha concepção, pois nunca fui ingênuo a ponto de acreditar na Anistia, mormente porque, durante meus anos de DOI-CODI observei atentamente e percebi, de modo completo, a perversidade sem limites e sem volta da esquerda extremista. (...) Desse contexto, nasce outra certeza: *Brasil: Sempre* será eterno. Então, a razão maior que se impõe, agora, ao avivá-lo nesta segunda edição, pode-se resumir em apenas uma palavra: Luta! Luta diuturna, ininterrupta, sem tréguas e sem complacência contra esse MAL que, depois da benevolência do presidente Figueiredo, voltou ainda mais perverso, mais atrevido e mais ladino, ao se instalar no Poder e, sob o beneplácito de milhões de indignos que se vendem por um prato de comida, vai se mantendo senhor de tudo e de todos.” (Giordani, 2014: 32).

É perceptível que o objetivo de Giordani é eternizar a crítica e a luta contra o que chama de “esquerda extremista”, que, inclusive, declara como um “mal” à sociedade brasileira. A batalha ideológica protagonizada pelo autor parece justificar o tom agressivo e o uso de palavras que denigrem a imagem daquelas pessoas que, por liberdade, opção política e busca por interesses comuns, elegeram, a partir dos anos 2000 (e, enfaticamente, em 2014), governos de partidos que se posicionavam à esquerda e que possuíam candidatos e membros que lutaram contrariamente ao governo civil-militar tendo, como consequência de sua atuação política, sofrido com práticas de tortura que são denunciadas no relatório de 1985. O posicionamento do autor contra a Anistia trazida em 1979, ainda, suscita a reflexão sobre a própria ideia de justiça transicional, uma vez que remete sua crítica à uma ideia de repetição de práticas que não mudariam apenas com o “perdão”, ou com a designação de governos que se pressupõem democráticos.

A contraposição às denúncias publicadas em 1985 aparece logo no prefácio da edição de 1986, assinado por José Antônio Queiroz, “Major de Cavalaria” e Oficial Superior do Exército, expõe-se que o *Brasil: Sempre* não teria existido se, “na extremidade absurda das provocações áridas”, não tivesse vingado um *Brasil: Nunca Mais* (Giordani, 2014: 7). Para Queiroz, a obra de Giordani tornou-se uma resposta necessária aos inimigos da pátria; trazendo a certeza de que, no Brasil, não há lugar para desordens de ideologias espúrias e escravagistas. Como encerramento de sua breve introdução à obra, o Oficial cita as palavras do General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, Ministro do Exército no período de 1979 a 1985 (que

constitui, curiosamente, no período de pesquisas e elaboração do material que seria publicado pela Arquidiocese de São Paulo, em 1985), que declara: “estaremos sempre solidários com aqueles que (...) cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia” (*Idem*).

Os ataques diretos ao *Brasil: Nunca Mais* também são perceptíveis desde a exposição das motivações que levaram Giordani a escrever o livro em 1986 e, depois, a sua reedição em 2014. Na apresentação à primeira edição, de 1986, o autor afirma que a decisão de escrever o livro decorreu essencialmente em razão da edição de *Brasil: Nunca Mais*, o que chama de “faccioso relato de um pretenso grupo de especialistas”. Ironiza o fato de não possuir os mesmos recursos financeiros, de pessoal e de instrumentos como computadores e aparelhos de microfilmagens, defendendo que sua “real experiência” do contato com a “subversão” é capaz de assegurar a veracidade do conteúdo de seu livro. Em suas palavras, afirma que possui o conhecimento vivido, real e verdadeiro sobre aqueles que o livro *Brasil: Nunca Mais* classifica como “ativos personagens pertencentes a movimentos contrários às ideias da elite dominante” (Giordani, 2014: 11).

Em momento algum penso em contestar – como diríamos na linguagem jurídica –, mesmo porque contestar o *Brasil: Nunca Mais* seria tão insignificante quanto recomendá-lo. Seria por demais simples o argumento contestatório contra quem apenas se preocupou em construir e apresentar somente um lado dos fatos, rompendo o caminho lógico e imparcial da verdade histórica, para que se pudesse, então, formar um juízo equilibrado (Giordani, 2014: 11-12).

“Contestar” o *Brasil: Nunca Mais* não parece ser o objetivo de Giordani, ainda que o faça ao longo de todo o livro. Para ele, contudo, o mais importante é mostrar o que chama de “**a parte esquecida**” do momento histórico brasileiro que compreende a ditadura civil-militar. Apesar de querer trazer a perspectiva da memória militar para o centro das discussões sobre o período, o autor expõe sempre a necessidade de se contrapor ao relatório de 1985, e de criticar o que chama de “compêndio que peca pela falta de lógica”. Para ele, o *Brasil: Sempre* mostra um caminho, uma nova marca – não simplesmente a do ataque –, mas, sobretudo, a da justiça e do consenso.

Para o autor, o que se via após o desenlace do último governo do “período revolucionário” é indescritível e lamentável. Enxergar membros “do outro lado” reunindo-se com o Presidente, ocupando posições de mando, acusando “torturadores”, faz com que Giordani acredite em uma manifestação clara de *revanchismo*, em que pese, segundo ele, a concessão da Anistia ampla, geral e irrestrita.

Aqui, é possível perceber que a concepção de “batalhas de memória” encontra-se presente na elaboração da obra do autor, destacando o revanchismo e a existência de lados opostos na concepção do período que vai de 1964 a 1985.

Giordani expressa uma incisiva crítica à atuação da Igreja “Progressista”³⁷ na publicação do *Brasil: Nunca Mais*, defendendo que a “interferência do clero vermelho mostra-se ativa em todos os segmentos sociais que lhes são alheios”; e que o clero paulista não deveria se ocupar de problemáticas de “ordem terrena”, mas, sim, com afazeres que os norteariam para o “verdadeiro caminho dos propagadores da doutrina cristã”. Ainda, afirma que a “Igreja vermelha” distorce, mente, instiga e interfere em assuntos que não lhe competem, e fala abertamente atacando instituições, agredindo autoridades, sem ser reprimida ou responsabilizada; e trata com tom de caricatura objetivos trazidos pela Igreja: a defesa dos pobres e a bandeira dos Direitos Humanos.

Na finalização da apresentação da edição de 1986, o autor dedica seu livro aos jovens do País, argumentando que é a juventude que “sofre as maiores opressões e consequências das doutrinas alienígenas” e, portanto, dedicar-lhes uma “estrutura educativa ampla e profunda” é fundamental para a construção de um Brasil melhor, resguardando-o permanentemente dos “tentáculos opressores do comunismo internacional”.

Em sua exposição de razões para a segunda edição do livro, publicada em 2014, Giordani relembra os momentos que precederam a escrita de seu livro, e seu contato com a seção de arquivo do antigo DOI-CODI, que, embora formalmente extinto em 1985, continuou a operar com outra denominação. Foi durante essa atividade, em setembro de 1985, que realizou a leitura das denúncias realizadas pelo grupo liderado pela Arquidiocese de São Paulo. Há a retomada da perspectiva da batalha de memórias, discutida anteriormente, em que reafirma a necessidade de responder às denúncias que foram realizadas e que, propositalmente, escolheram apenas um lado.

À medida que avançava na leitura aumentava minha indignação. Antes mesmo de termina-lo de ler, já havia me decidido a mostrar a outra face – justamente aquela que a esquerda subversiva e terrorista gostaria que jamais viesse à tona. (...) Eu não via maneira de dar prosseguimento ao livro sem subsídios substanciais que me permitissem, no mínimo, mostrar a face propositalmente ocultada por *Brasil: Nunca Mais* (Giordani, 2014: 16).

No que diz respeito às fontes utilizadas no *Brasil: Sempre*, Giordani apresenta o dilema em que se encontrava em relação à escrita e à documentação que utilizaria para trazer à tona a versão militar dos acontecimentos pós-1964. De um lado, encontrava-se a lealdade militar, uma

³⁷ Giordani enfatiza que é apenas uma “parcela” da Igreja a responsável pelo *Brasil: Nunca Mais*. Para ele, não há porque se recriar toda a instituição pelo “descaminho de uns poucos”.

vez que considerava o fato de estar utilizando o manancial de documentação, ou, pelo menos, uma parte dele, estando na situação de responsável por um arquivo secreto, como traição – tendo em vista o cargo que ocupava. Segundo ele, estava à disposição uma infinidade de informes, relatórios e fichas pessoais de inúmeras pessoas, muitas delas de notória relevância nacional. De outro, a necessidade de se contrapor ao *Brasil: Nunca Mais*, trazendo a face que considera propositalmente ocultada pelo relato de 1985.

Assim, diante do dilema, Giordani decidiu que não usaria qualquer dado existente no arquivo a respeito de pessoas, ou de situações cujos informes poderiam causar constrangimentos à Instituição [militar] ou comprometimento de determinados comandos militares. O autor afirma que, em seu trabalho com a seleção das fontes, retirou do arquivo apenas um trabalho sobre a *Subversão*, oriundo da Escola Nacional de Informações (EsNI), e alguns informes oriundos do Centro de Informações do Exército (CIE) sobre a atuação da Igreja Progressista.

De resto, procurei colocar – de modo mais transparente e fiel possível – o meu entendimento e experiência a respeito desse combate cruento contra um inimigo que, a despeito de todos os crimes e covardias anteriormente perpetrados contra a Nação brasileira (tendo como exemplo maior a Intentona de 35), não desiste de ver o Brasil submetido à trilha infame do totalitarismo vermelho (*Idem*).

A temática das fontes utilizadas para a elaboração do *Brasil: Sempre* contrasta com a documentação sobre a qual se elaboraram os dois relatórios *nunca mais* discutidos no capítulo anterior. Em primeiro lugar, o argentino, que se utilizou de denúncias, testemunhos e confissões; e, depois, o brasileiro, que se apropriou de processos políticos que transitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, e, da mesma maneira, de depoimentos presentes neles. O ponto crucial dessa diferenciação reside no fato de que Giordani se baseia em suas experiências pessoais e seus entendimentos individuais para construir a narrativa do livro. Como se o fato de que foi personagem atuante na repressão ditatorial bastasse para se defender a memória militar, e a perspectiva sobre o período ditatorial brasileiro trazida por ela.

Também nas primeiras páginas do livro, é possível perceber a receptividade do *Brasil: Sempre* por parte dos militares. Quando a possibilidade de publicação tornou-se um fato, Giordani e Queiroz, quem assina o prefácio do livro, e seu então superior, encaminharam uma cópia dos originais para conhecimento do Chefe da 2ª Secção do Comando Militar do Sul (E2) – a quem o autor declina de identificação, dado seu alto cargo no Exército. O E2 encaminhou ao Chefe do Estado Maior do CMS, General Egêo, um “Estudo” referente ao livro, que é transcrito na íntegra (Giordani, 2014: 18).

No “Estudo”, a autoridade militar afirma que Giordani é um excelente profissional, considerado um “competente homem de informações”, ou seja, “possuidor das qualidades indispensáveis ao elemento do ‘sistema’; e que se sente preocupado com o crescimento acelerado do comunismo no Brasil, e desesperançado face à ausência de respostas “positivas e oportunas” capazes de desmascararem a “esquerda mentirosa”. Além disso, reiteram o catolicismo e o anticomunismo do autor; relacionando-os com suas publicações sobre tradicionalismo gaúcho, e o fato de ser casado, com filhos, em um “ambiente familiar íntegro” (Giordani, 2014: 19).

É possível notar, já na primeira parte do documento, que Giordani, tanto em sua introdução, como na obra como um todo, reflete claramente os princípios do exército, que são sempre enfatizados: o conservadorismo; a concepção tradicional de família (e sua formação e composição – como casamento e filhos); o catolicismo; e, principalmente, o anticomunismo.

As considerações acerca da obra, entretanto, refletem críticas ao trabalho de Giordani, entre elas o fato de tecer críticas a autoridades, e fazer referência à “Operação Charrua”³⁸, que era de cunho secreto. Além disso, expõem-se questões sobre transcrições de publicações da EsNI e informes do CIE, a falta de profundidade em relação às Doutrinas de Segurança Nacional e da Escola Superior de Guerra, bem como os erros de português. Em contrapartida, há uma intensa defesa da publicação da obra, uma vez que “não se pode deixar de considerar *Brasil: Sempre* como uma audaciosa réplica à agressão comunista patrocinada pelo arcebispo de São Paulo” (Giordani, 2014: 20).

Ou seja, critica-se a obra para depois defende-la a partir de seu principal objetivo: a contraposição com o *Brasil: Nunca Mais* que era um documento incômodo para as Forças Armadas e, ao mesmo tempo, seu projeto de disseminação de ideias anticomunistas e da necessidade de se apresentar à sociedade civil a memória militar até então silenciada pela esquerda.

Por fim, o documento traz algumas alternativas à publicação imediata do original, e defende a opção de que a publicação apenas seja autorizada com as correções indicadas. Há uma notória defesa da hierarquia militar, visto que a preocupação com o cargo do Ministro, e o que a aprovação da publicação poderia causar à sua reputação. Assim mesmo, defendia-se a

³⁸ A Operação Charrua, arquitetada em 1971, tinha como objetivo a invasão do Uruguai por tropas brasileiras, caso Bordaberry não fosse o vitorioso nas eleições presidenciais daquele ano. Bordaberry venceu as eleições e foi presidente do Uruguai durante o período de 1972 a 1976. Até junho de 1973 governou como presidente constitucional, mas, logo após, declarou-se como ditador.

publicação, justamente pela possibilidade de abertura à opinião militar, bem como a possível valorização da obra e da realização de produções similares.

No entanto, a resposta à Giordani foi negativa. O Comandante responsável pela análise do “Estudo” determinou a desistência da edição e publicação do livro. Como forma de argumentar em defesa de sua obra, Giordani respondeu, ressaltando, novamente, a ideia de batalha de memórias, que entendia que a opção do Exército pelo silêncio, ante as sistemáticas investidas da esquerda, contribuía para uma visão errônea das novas gerações sobre a verdade histórica, particularmente com referência às causas da Revolução de 64 (Giordani, 2014, p. 23).

Assim, se apropria da própria justificativa que embasa a escrita dos relatórios *nunca mais* – que é justamente a de publicizar os fatos e tornar públicas as graves violações de direitos humanos cometidas durante os períodos ditatoriais dos dois Estados, atuando como relatórios de denúncia –, mas agora para defender a atuação estatal.

Mesmo com a negativa, e com o conhecimento de que o Ministro do Exército já havia movimentado um grupo de trabalho, secreto, para a atuação no Projeto Orvil³⁹, iniciado em 1986, e finalizado em 1988, com o objetivo de ser a resposta oficial do Exército ao Projeto *Brasil: Nunca Mais*; Giordani insiste na publicação de seu livro, com prefácio escrito pelo E2.

A publicação do *Brasil: Sempre*, em agosto de 1986, trouxe para Giordani a punição de prisão por 10 dias, por comportamento que, mesmo transgressor em favor da Instituição, se mal interpretado, poderia concorrer para o desprestígio do Exército. Além disso, seu superior foi transferido para o Hospital Militar de Salvador, na Bahia e, depois, para o Hospital Militar de Porto Alegre. Em outubro de 1986, Giordani toma a decisão de deixar a Ativa e, a partir disso, exercer a advocacia – já que havia se graduado em Direito em 1982. O desligamento só aconteceu, formalmente, em abril de 1987. No mesmo ano, o autor requereu sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que foi indeferida, segundo ele, por razões ideológicas – já que a OAB/RS era conhecida como um “antro de comunas”. Houve a interposição de Mandado de Segurança, mas a inscrição definitiva foi deferida em novembro de 1987, antes da publicação da sentença, em maio de 1988. A sentença que decidiu pela necessidade de concessão da inscrição no órgão de classe encontra-se transcrita, na íntegra.

Na leitura da sentença assinada pelo juiz Federal Osvaldo Moacir Alvarez é possível encontrar elementos que se inserem na discussão sobre justiça de transição e da defesa de um Estado que se pressupõe democrático. Para além das questões ideológicas e da defesa da atuação militar durante o período ditatorial, percebe-se que o julgamento da causa se baseou

³⁹ Mesmo com a finalização do Projeto, o então Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves recuou de torna-lo público.

em princípios do convívio democrático, a partir do entendimento do exercício “soberano e democrático da exposição de ideias e sentimentos” e da defesa, a nível constitucional, da liberdade de consciência e de convicção filosófica ou política (Giordani, 2014: 31).

Esses argumentos, inclusive, são reiterados por Giordani quando justifica e enfatiza a publicação da edição de 2014. Entretanto, seria interessante ter acesso à opinião do autor, sobre a mesma temática, se a publicação em questão fosse de grupos de esquerda; de qualquer ideologia contrária; ou, até mesmo, do *Brasil: Nunca Mais*.

Na primeira parte do *Brasil: Sempre*, o autor realiza uma cronologia da influência e das origens do movimento comunista no Brasil, com enfoque na defesa da Intentona Comunista de 1935, episódio denominado por ele como “o terceiro e mais importante surto subversivo comunista”, que eclodiu na cidade do Rio de Janeiro. Giordani afirma que as Forças Armadas e as Polícias Militares jamais poderão esquecer (então, nesse caso, *nunca mais* esquecerão) a forma com que os comunistas tentaram violentar os conceitos de pátria, companheirismo e honra. Além disso, ressalta que a mesma tristeza e revolta causadas aos pensamentos militares de 1935, estavam presentes quando da “Revolução de 64”, ecoaram no pensamento do “povo brasileiro”, também em 1964, que gritou “basta!” àqueles mesmos comunistas que tentavam destruir os “melhores padrões espirituais e morais de nossa nacionalidade”. Assim, em 1935, as Forças Armadas tomaram uma decisão histórica: “nenhuma tolerância para o comunismo” (Giordani, 2014: 43).

A partir disso, se posiciona contrariamente à política de “esquecimento do passado”, recomendação defendida, segundo ele, por políticos e autoridade militares; insistindo na ideia de que o único objetivo do *Brasil: Nunca Mais* é o de reavivar o período turbulento de 1964, e que, para isso, reaviva os acontecimentos de 1935. Para além do uso do relatório de 1985, essa primeira parte é baseada na consulta de um “excelente trabalho” (Giordani, 2014: 35), cujo título não é citado, e, tampouco, os autores citados.

Com o sentido de “não esquecer” das consequências trazidas pela Intentona Comunista de 1935, o autor apresenta uma lista com o nome de trinta e três militares, “vítimas” dos comunistas. Além disso, demonstra seu inconformismo em relação a diversos monumentos com referência à memória da esquerda no Rio Grande do Sul (que considera um Estado com poucas pessoas “esclarecidas”, trazendo, inclusive, o exemplo de um crime hediondo cometido em nome do Partido Comunista, em que acusa Luís Carlos Prestes como assassino e traidor da Pátria. Por fim, assume que, contra a ideologia de esquerda, não há solução que não seja a extrema (Giordani, 2014: 49).

A segunda parte do livro é dedicada ao trabalho dos precedentes históricos da “Revolução de 64”, trazendo, inclusive, rasas discussões sobre a ideia do confronto de classes, e a comparação com a experiência revolucionária da França do século XIX. Giordani também discute, em poucas páginas, sobre os governos brasileiros de Juscelino Kubitschek, Dutra, Jânio Quadros e João Goulart. Há a defesa pela preocupação dos EUA em relação ao governo de Goulart, em que se afirma que o período da Guerra Fria não permitia uma “neutralidade ideológica”; mas uma contraposição à ideia de que a Revolução ou Contrarrevolução (comunista) de 1964 seriam obras estadunidenses. Elas foram, para o autor, genuinamente brasileiras.

Algumas denominações são empregadas nos discursos buscando definir, em termos conceituais, o 31 de março de 1964: Revolução ou Contrarrevolução comunista foram as escolhidas por Giordani. Nos discursos dos memorialistas do poder, é sempre exaltado como “revolução”; no memorialismo do contrapoder, a repressão é condenada como “golpe de Estado”. Os que utilizam o termo “revolução” promovem uma ampliação do conceito, que não se aplica aos acontecimentos anteriores e posteriores à derrubada de Goulart, em 1964. O conceito de revolução, com os contornos modernos e precisos que recebeu da teoria marxista, supõe a ação revolucionária como instrumento para a derrubada de autoridades políticas existentes e sua consequente substituição, a fim de transformar as relações políticas, sociais e culturais, a ordenação jurídico-institucional e a estrutura econômica (Cardoso, 2011: 137).

O autor também defende a realização da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em 19 de março de 1964, como uma impressionante manifestação de repúdio à anarquia e à subversão da ordem levadas a efeito pelo próprio governo de João Goulart. Segundo ele, as 800 mil pessoas reunidas nas ruas protestavam contra a demagogia populista, a reforma agrária, e, principalmente, o comunismo (Giordani, 2014: 61-62).

Para Giordani, o movimento contrarrevolucionário iniciado em 31 de março de 1964, liderado pelo General Mourão Filho e também pelo General Luís Guedes, foi a “mais rápida revolução triunfante nacional” – uma vez que, no dia seguinte, o governo de João Goulart havia caído. Para ele, mesmo que recebendo uma nação traumatizada, e sem se preocupar com a impopularidade de seus atos, o presidente Castello Branco dedicou-se a reestruturar um novo Brasil, através de reformas nas áreas eleitoral, tributária, agrária e administrativa (Giordani, 2014: 63-64).

Na terceira parte do livro, Giordani dedica-se a expor o episódio de 31 de março de 1964 a partir da ótica da imprensa. Seu objetivo, com isso, é mostrar os fatos sob a ótica de um grupo

que desfrutava de uma mídia livre e ideologicamente neutra, e que informou “de modo fiel à realidade” o desenrolar dos dias dramáticos que antecederam a “revolução”. Para ele,

Podem – os que perderam – me qualificar de reacionário, mas não podem, em hipótese alguma, dizer que a imprensa nacional, à unanimidade, distorceu os acontecimentos que desaguarão na Contrarrevolução de 1964. Ninguém, absolutamente ninguém – de sã consciência – há de negar que a Revolução de 31 de março de 1964 brotou da vontade da maioria esclarecida e produtiva da população brasileira e por ela efetivou-se (Giordani, 2014: 67).

As matérias jornalísticas apresentadas neste momento do livro não estão apenas transcritas na íntegra, mas seu conteúdo aparece como um anexo: são as capas e conteúdos que estão apresentados, e não apenas a opinião de Giordani sobre eles, ou uma mera descrição sem fonte. O autor escolheu, já na segunda edição publicada em 2014, trazer para o livro o perfil histórico do Movimento, realizado pelo jornal *A Inconfidência*, por ocasião das comemorações dos 48 anos da Contrarrevolução (em 2012).

Nesse dossiê de comemorações⁴⁰, chama a atenção uma coluna escrita por Sergio Augusto de Avellar Coutinho, General reformado do exército, intitulada *Por que não comemorar o 31 de março de 1964?* No texto, defende-se a ideia de que não se deve promover o esquecimento, já que ele é uma “sugestão unilateral porque as esquerdas ressentidas e raivosas não pararam de estigmatizar as Forças Armadas, em particular o Exército, acusando-as de instrumentos da repressão, da tortura e do desaparecimento”. Segundo Coutinho, esquecer 1964 é uma atitude da capitulação moral e intelectual; é “ocultar das atuais gerações o papel exemplar das Forças Armadas, impedindo a criação da república sindicalista e da ditadura do proletariado” (Giordani, 2014: 97).

O conteúdo dessa e de diversas outras colunas e artigos ressalta que o ideal anticomunista defendido por Giordani possui diversos outros apoiadores que conseguiram, tranquilamente, elaborar todo um dossiê de rememorações positivas de 1964, na luta contínua contra o comunismo e o aparelhamento estatal pela ideologia de esquerda.

Além disso, há também a transcrição da Edição Extra da Revista *O Cruzeiro*, do dia 10 de abril de 1964, que mostra as razões desencadeadoras da Revolução de 64. A edição conta com uma retrospectiva dos momentos finais do governo de João Goulart, discutindo, inclusive, motivações para a queda de seu governo. Ainda na mesma revista, há um texto de David Nasser, intitulado *Saber ganhar*, em que elogia os militares “vencedores”, e defende que o movimento

⁴⁰ Comemoração tem por objetivo demonstrar que o acontecimento “rememorado”, por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir. As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro. Em outros termos, a comemoração das datas nacionais demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica. (Silva, 2002: 436).

de 1964 foi democrático (em contraposição ao movimento comunista que era totalitário e radical). Segundo ele,

A virtude da democracia está em saber ganhar. Em seu nome, em nome da Democracia, não se pode permitir que a injustiça se pratique em nome da Justiça, que sejam anulados, sem processo legal, os mandatos populares, que a Constituição seja rasgada em nome da Constituição. (...) Pois é esse cafezinho brasileiro que devemos servir aos que erraram por acreditar demais ou erraram por acreditar de menos. Respeitemos as suas famílias, as suas ideias falsas, e apuremos apenas os seus possíveis crimes. A menos que voltem a ser inimigos, a se constituírem em vírus vivos – os inimigos vencidos deixam de ter nomes (Giordani, 2014: 107-108).

Ao fim da terceira parte, na mesma Edição Extra, também são expostos depoimentos de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais que liderou o movimento político-militar em defesa do regime democrático; do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que garantiu um combate sem trégua aos comunistas; de Carlos Lacerda, governador do Rio de Janeiro; e também do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, em que afirma que o Brasil das reformas é o Brasil democrático, “contra privilégios e contra extremismos” (Giordani, 2014: 113). A escolha por membros do poder executivo estadual remete a uma ideia de coesão nacional em relação aos acontecimentos e ao papel do Estado na contensão da ideologia comunista. É importante para a defesa do regime, e de sua estabilidade.

Na quarta parte do *Brasil: Sempre*, é realizada uma relação de militares e civis brasileiros e estrangeiros assassinados pelo terrorismo vermelho entre os anos de 1964 e 1974. Em que pese o conteúdo e o possível discurso de criminalização de práticas seja totalmente contrário, é possível estabelecer uma aproximação com a estrutura dos relatórios *nunca mais* (tanto o brasileiro, como o argentino): todos eles se pretendem como instrumentos de denúncia. O *Brasil: Nunca Mais* se dedica principalmente à temática da tortura praticada por agentes da repressão, contidas em processos do tribunal militar. O *Nunca Más*, se propõe à uma denúncia do *modus operandi* da repressão argentina, a partir de testemunhos e relatos sobre, principalmente, o crime de desaparecimento forçado. Já o *Brasil: Sempre*, se pretende denunciar as mortes de pessoas pelas mãos dos “terroristas”, considerando-se como uma eterna homenagem às vítimas da esquerda armada e assassina, cujo objetivo maior era o de impor no Brasil um regime idêntico ao modelo cubano. Essas homenagens também remontam à questão memorialística do *Brasil: Sempre*, que, inclusive, intitula essa parte como *Memorial de 1964*.

A relação contém as datas; nomes; funções, cargos, patentes; locais; e os fatos históricos de como a morte foi ocasionada. São 120 pessoas elencadas por Giordani, em contraposição aos 125 desaparecidos políticos desde 1964, contabilizados pela Arquidiocese de São Paulo; e aos 8.960 casos de pessoas que ainda se encontravam na situação de desaparecidos, reconhecidas pela CONADEP. Assim como os casos apresentados pelos outros relatórios,

alguns fatos são mais extensos e elaborados; e outros se bastam a dizer a forma com que a morte aconteceu. Em alguns casos, há maior discussão sobre os eventos, e também os nomes dos culpados. É possível observar:

009 – 31/05/68 – Ailton de Oliveira – Guarda Penitenciário – RJ.

O Movimento Armado Revolucionário (MAR) montou uma ação para libertar nove de seus membros que cumpriam pena na Penitenciária Lemos de Brito (RJ) e que, uma vez libertados, deveriam seguir para região de Conceição de Jacaré, onde o MAR pretendia estabelecer o “embrião do foco guerrilheiro”.

No dia 26/05/68, o estagiário Júlio César entregou à funcionária da penitenciária Natersa Passos, dentro de um pacote, três revólveres calibre 38 que seriam usados pelos presos. Às 17h30min, ao iniciarem a fuga, foram surpreendidos pelos guardas penitenciários Ailton de Oliveira e Jorge Félix Barbosa. Os guardas foram feridos pelos presos em fuga, sendo que Ailton de Oliveira veio a falecer cinco dias depois, em 31/05/68. Ainda ficou gravemente ferido o funcionário da Light, João Dias Pereira, que se encontrava na calçada da penitenciária. O autor dos disparos que atingiram o guarda Ailton foi o terrorista Avelino Brioni Capitani (Giordani, 2014: 119).

046 – 04/11/69 – Estela Borges Morato – Investigadora do DOPS – SP.

Morta a tiros quando participava da operação em que morreu o terrorista Carlos Marighela (Giordani, 2014: 129).

048 – 07/11/69 – Mauro Celso Rodrigues – Soldado PM – MA.

Morto em uma emboscada, durante a luta travada entre lavradores de terra, incitados por militantes da Ação Popular (*Idem*).

061 – 19/08/70 – Vagner L. V. da Silva – Guarda de segurança – RJ.

Morto durante assalto do Grupo Tático Armado da organização terrorista MR8, ao Banco Nacional de Minas Gerais, no bairro de Ramos. Sônia Maria Ferreira Lima foi quem fez os disparos que o mataram.

Uma das denúncias mais elaboradas, trazidas pelo *Brasil: Sempre*, diz respeito à morte do Tenente da FAB de Pernambuco, Mateus Levino dos Santos, em 24/03/1971. Na descrição, encontra-se a discussão sobre o fracionamento do PCB, e da criação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) – cuja resolução política estabelecia a luta armada, e privilegiava a “guerra de guerrilhas” no campo, complementada, ao mesmo tempo, com a “guerrilha urbana” (Giordani, 2014: 135). Os fatos que desencadearam o assassinato do tenente estão relacionados com o sequestro do cônsul norte-americano em Recife, em 1970, a fim de trocá-lo por militantes que haviam sido presos: Mateus era o motorista de um carro semelhante ao pertencente a Nancy Mangabeira Unger, membro do CR. Ao tentarem render o motorista, que reagiu, dispararam tiros que o atingiram na cabeça e no pescoço.

A vítima chegou com vida ao hospital, sendo operado dois dias depois. Entretanto, após 9 meses de terrível sofrimento, veio a falecer em 24 de março de 1971, deixando viúva e duas filhas menores (Giordani, 2014: 136).

O caso chama a atenção pois, além de estar relacionado com um acontecimento relevante em relação à oposição ao regime ditatorial, é o único que possui imagens (consideradas como “fotos do terror”) tanto do homem acidentado no hospital, como dos

membros do grupo que causaram os disparos (denominadas de “fotos dos covardes assassinos”).

A quinta parte do *Brasil: Sempre* expõe o que Giordani “pensa e escreve sobre” a qualidade “da nossa gente”; o “verdadeiro poder estatal”; a democracia brasileira; a Revolução de 31 de março de 1964; “torturados e torturadores”; e a Doutrina de Segurança Nacional. O autor justifica a necessidade de imprimir a motivação de sua luta, bem como a “marca pensante que lhe aflora” ante os problemas geradores de inquietações sociais e choques ideológicos. Na edição de 2014, passados os 50 anos da Contrarrevolução de 1964, reconhece que há um retrocesso ideológico na América Latina, e que a situação do Brasil é extremamente preocupante, e merece especial atenção das autoridades responsáveis diretamente pela segurança nacional. Por isso, escreve sobre os inúmeros problemas e as possibilidades e/ou potencialidades de solucioná-los (Giordani, 2014: 155). Nesse momento do livro, Giordani expõe o texto escrito em 2014, e dialoga com os mesmos tópicos quando escritos em 1986.

Em relação à “qualidade da nossa gente”, em 1986, Giordani afirmava que o Brasil era um “paraíso de ladrões, um amontoado de ignorantes, um mosaico irregular de raças e credos”. Mesmo assim, ainda seríamos o melhor país do mundo para se viver. Prova disso é de que “os arautos defensores da doutrina marxista-leninista, levados ao exílio, tão logo provaram o ‘encantado reino socialista’, clamaram pela anistia”. Da mesma forma, em 2014, responsabiliza “o populismo, a demagogia e a manipulação da massa ignorante através de governos e/ou políticos inescrupulosos e sabidamente corruptos” [e, vale acrescentar, de esquerda], pela desigualdade social encontrada no Brasil, bem como pela corrupção, violência e criminalidade (Giordani, 2014: 157-158).

No que diz respeito ao que denomina de “verdadeiro poder estatal”, afirma incisivamente que o verdadeiro poder de um Estado reside em suas Forças Armadas. Para ele, o Exército é uma instituição imprescindível à garantia do próprio Estado. Se opõe também às perseguições e ao sucateamento das Forças Armadas desde o início dos governos civis pós-1986. Ele afirma que o *Brasil: Nunca Mais*, por se tratar de uma obra de “religiosos subversivos”, reflete o histórico apetite da “Igreja” pelo poder terreno, ataca o Exército desde a sua formação, se referindo à atuação do Exército de maneira “desinteligente” e “mal-intencionada”, tentando imprimir a ele uma imagem anti-povo, anti-Brasil.

Dão-lhe caráter golpista e ditatorial, quando se sabe de maneira cristalina que a própria Igreja (a tradicional) e o próprio povo que a frutifica saíram às ruas em passeatas impressionantes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, exigindo a imediata intervenção salvadora que viria a ser desencadeada a 31 de março de 1964. Podem, vorazmente, os eternos inimigos de nossos lares investirem contra esse patrimônio que forjamos, porque os soldados que hoje vivem espelham-se nos

exemplos de um Henrique Dias, de um Tiradentes, de um Lima e Silva, de um Manoel Luiz Osório, de um Rondon, de um pracinha expedicionário, ou de tantos companheiros mortos no combate ao terrorismo.

Os soldados que hoje vivem – mais do que o poder – são mensageiros de coragem, de lealdade, de civismo e de imprescindível segurança para que o Brasil possa alcançar, por seus próprios meios, os mais altos destinos (Giordani, 2014: 166).

O mesmo ataque realizado aos organizadores do *Brasil: Nunca Mais* é destinado aos governos petistas Lula e Dilma, afirmando que ambos possuíam a insistência vingativa dos que teimam em rever a Lei da Anistia. Como conclusão, defende a ideia de que todos os brasileiros que se voltam contra as Instituições Armadas estão na “contramão da História”: “divorciavam-se da nossa identidade nacional, das nossas tradições e dos nossos mais sagrados valores” (Giordani, 2014: 168).

No que tangencia o tema da “democracia brasileira”, Giordani defende a ingenuidade e o despreparo de João Figueiredo para o exercício do cargo de Presidente. Isso porquê, segundo o autor, ao jurar que faria do Brasil uma democracia, Figueiredo admitiu, ao menos implicitamente, que os generais que o antecederam na Presidência nada tinham de democráticos e, com isso, forneceu aos adversários razões para continuarem a fustigar o regime militar instaurado em 1964. Para ele, existem duas condições básicas para que se possa elaborar uma ideia de regime democrático: responsabilidade e cultura. “Um pouco irresponsável não cumpre leis; um povo inculto não define liberdade” (Giordani, 2014: 169). Afirma, então, que há no povo brasileiro – principalmente nas Forças Armadas – apenas um “espírito democrático”.

Segundo Giordani, a transição do “espírito democrático” para o regime democrático proporcionar-se-á diretamente a criação de uma nova maneira de agir e pensar. Portanto, absolutamente impossível em apenas um período governamental (*Idem*). Nesse momento, o autor torna público que, pessoalmente, não se considera um democrata; preferindo a inclinação pela meritocracia, tanto como regime de governo, tanto como método de sucesso na vida privada.

Ainda no que diz respeito ao período transicional, pós-1985, Giordani afirma que acompanhou, entristecido e incrédulo, a idealização da chamada “Nova República”. Segundo ele, a Aliança Democrática ou Frente Ampla (articulada em 1984), embasou o respaldo para o abrigo comunista rumo ao poder. Em suas palavras:

A esmagadora maioria acreditou cabalmente serem as “Eleições Diretas Já” o único caminho, a única solução para todos os nossos problemas. Não se discutiu o “quem”, o “líder”, o “salvador”. Apenas o ato de votar.

Pois bem, iniciada a “Nova República”, sob o comando de José Sarney (autêntico representante das oligarquias nordestinas), vivemos momentos de “ufanismos”, porque, segundo as esquerdas, saímos de uma ditadura.

E a “Nova República”, em seu primeiro ano, nos brindou com greves e reivindicações das mais absurdas, onde caminhoneiros chegaram a bloquear rodovias, onde as

invasões de terras particulares tomaram projeções inimagináveis, e onde a inflação assumiu patamares inéditos. Já em 1985, as oposições principiaram a colher os frutos das estéreis sementes da contestação gratuita, inconsequente e demagógica, e da ânsia de abarcar o poder (Giordani, 2014: 170-171).

Acompanhando as extensas críticas aos governos que sucederam o de Sarney, o conteúdo do *Brasil: Sempre* demonstra que há a necessidade de matéria-prima para construir um país.

Qual é a alternativa? Precisamos de mais um ditador, para que nos faça cumprir a lei com a força e por meio do terror? Aqui faz falta outra coisa. E enquanto essa “outra coisa” não comece a surgir de baixo para cima, ou de cima para baixo, ou do centro para os lados, ou como queiram, seguiremos igualmente condenados, igualmente estancados... Igualmente sacaneados! (Giordani, 2014: 185).

Nessa toada, Giordani concorda que a educação é a chave para a evolução humana. Entretanto, entende que, no caso do Brasil, a educação deve caminhar *pari passu* com a repressão. Não uma repressão *light*, com base no nosso “defasado e irreal” Código de Processo Penal; mas uma repressão “efetiva, ‘inesquecível’ e ao mesmo tempo ‘temível’, capaz de fazer pensar o mais afoito contraventor” (*Idem*). Para ele, democracia subentende um regime em que a obediência às leis é o primado imprescindível à sua subsistência e, em que a cultura e a educação do povo atingem patamares elevados. Nada disso, segundo o autor, teria a ver com o Brasil.

Ao tratar sobre a Revolução de 31 de março de 1964, Giordani reafirma que deve ser considerada como um movimento militar com substancial apoio da sociedade civil, da imprensa e, inclusive, da Igreja Católica, que evitou que viesse o Poder no Brasil a cair em mãos dos comunistas, de modo a tornar nosso país, na época, mais uma República Satélite da chamada Cortina de Ferro. Para ele, essa definição pertence à “verdade histórica” e, como tal, é “imutável” (Giordani, 2014: 186-187).

Para além dos exageros semânticos e das concepções já superadas pela historiografia no que diz respeito à “verdade histórica” e à sua “imutabilidade”, a visão de Giordani reitera a opção por denominar o período não apenas de “ditadura militar”, mas, sim, a partir da ideia de “ditadura civil-militar”. Isso porque, como já discutido anteriormente, não é possível compreender o período que compreende os anos de 1964 e 1985 como sendo somente militar, ou como possuindo uma estrutura apenas militarizada. Para ser desenvolvido e mantido, foi necessário o apoio, o financiamento e a atuação de instituições da sociedade civil; que contribuíram para que a crença na luta ideológica fosse fortalecida no imaginário social, legitimando a atuação militar.

Ainda em relação ao episódio de 1964, o autor elabora algumas críticas ao movimento “revolucionário”, não pelo o que foi – um grande Movimento Redentor, justo, imprescindível

e inadiável – mas no que devia ser ou deixou de ser. É interessante perceber que, mesmo considerando o movimento (e seus desdobramentos) como sendo de sucesso, o autor reitera algumas questões críticas sobre sua própria estrutura. Entre os temas discutidos pelo autor está a questão da liderança, uma vez que, para ele, deveria haver um líder com objetivos definidos.

Tenho para mim que uma revolução (ou contrarrevolução) de direita (e a Contrarrevolução de 1964, sem dúvida, foi de direita), em princípio, não tem a mínima intenção de se apoderar do Poder por tempo indeterminado. Por isso, costumeiramente, se diz: Revolução Democrática de 31 de março de 1964.

Entretanto, uma Revolução ou Contrarrevolução, ou mesmo um simples “*Movimento*” (como disse o ex-presidente Geisel), no meu sentir, tem de ter um líder com objetivos definidos.

Ora, pelas declarações de pelo menos dois generais que assumiram o governo através da Revolução de 1964, esta teve como objetivo a derrubada do Sr. João Goulart, isso em razão da *subversão* e da *corrupção*, e a consequente garantia do regime democrático (Giordani, 2014: 189).

Após discutir a emblemática questão da liderança, Giordani defende que o movimento de 1964 deixou de ser uma Revolução porque, simplesmente, deixou de tomar o poder e impor a nova ordem revolucionária. O autor defende a instauração de uma nova ordem que contemplasse o fechamento do Congresso Nacional, e a convocação de um grupo de notáveis (todos juristas) para a outorga (não promulgação) de uma nova Carta Constitucional, dando ao Presidente ou Comandante-em-Chefe do Movimento Revolucionário “todos os poderes legais para a realização da ‘faxina’ necessária, inclusive no que tange à supressão de todos os direitos e garantias individuais” (Giordani, 2014: 190).

Nesse ponto, faz sentido que o *Brasil: Sempre* tenha sido escrito e exista como contraposição ao *Brasil: Nunca Mais*, já que esse último se posiciona contrariamente a qualquer tipo de repressão, denunciando, inclusive, as práticas de tortura que foram instrumentos desta “faxina” defendida pelo autor; e que reconhece a defesa dos direitos humanos e a dignidade do ser humano como direitos essenciais.

As páginas do *Brasil: Sempre* expõem que, após a vitória da Contrarrevolução de 1964, foi uma descaracterização do movimento revolucionário, já que o que deveria ter sido feito logo após a derrubada do governo de João Goulart, veio a ser realizado em retalhos, de modo errôneo e tardio.

Aí, exatamente aí, é que a Revolução de 1964 deixou de ser Revolução, porque deixou de REVOLVER todo o Poder antes constituído, ou seja, optou-se por um governo ainda submetido à ordem constitucional do que fora derrubado, em que pese as várias edições de Atos Institucionais, todos tardios, e, em consequência, portadores de elevado desgaste político. Em suma: **o Regime Militar DEIXOU DE SER ditadura para não ser uma democracia**. Porque democracia não era o regime anterior, ao contrário, era um regime em que a ordem já não existia, porquanto o próprio Presidente subvertera a Lei, mormente quando se aliara a subalternos das Forças Armadas, instigando-os contra seus superiores hierárquicos (Giordani, 2014: 191).

Na edição de 1986, Giordani afirma que a revolução de 64 deveria ter cumprido sua missão no término do governo Médici, quando se vivia a euforia desenvolvimentista; tinha-se a tranquilidade do aniquilamento – pelo menos potencial – das principais manifestações terroristas e a corrupção não encontrava respaldo no seio do governo. Para ele, seria o momento inteligente e oportuno de se confiar um presidente civil, resguardando assim a imagem e a tradição de nossas Forças Armadas de se manterem unicamente fieis aos destinos que lhes são específicos (Giordani, 2014: 193). É possível compreender que Giordani reafirma o posicionamento de Torelly (2012) acerca da continuidade política e institucional que caracterizou a transição brasileira. Há a manutenção de um conjunto de valores defendido pelos militares, que culmina na chamada *transição pelo alto*, ou aquela que é liderada pelo regime.

Ao fim da discussão sobre o que deveria ter sido o evento de 1964, o autor se manifesta afirmando que, tanto ao General Castello Branco, como ao Médici, faltou “atitude revolucionária”, principalmente no plano político-ideológico – já que o terrorismo urbano e a guerrilha rural causados pela esquerda não foram aniquiladas na “guerra suja”, mas poupadas. Como exemplo, cita que cerca de 130 “terroristas” foram libertados no período Médici, em troca da liberdade de 4 diplomatas estrangeiros sequestrados. E se posiciona dizendo que o melhor para o Brasil teria sido se todos os terroristas presos, mais os sequestradores tivessem sido executados. *Que bom que teria sido para o Brasil se todos os guerrilheiros do Araguaia, sem exceção, tivessem “desaparecido”* (Giordani, 2014: 209).

No fim da discussão sobre 1964, e as quase literais apologias à tortura, repressão e supressão de direitos individuais, Giordani retoma o período da transição com questionamentos que refletem sua angústia interna após 1985, exaltando seu saudosismo por uma instituição militar que possua membros dispostos a lutar em um novo DOI-CODI, ou órgão similar; e que recebam instruções antiguerrilha e sobre Guerra Ideológica (*Idem*).

Para o autor, a Anistia *ampla, geral e irrestrita*, as reparações financeiras concedidas às vítimas/aos familiares das vítimas do regime, a campanha das eleições *Diretas Já*, e o enfraquecimento e irreversível desgasta da imagem das Forças Armadas, em 1985, denotam que a Contrarrevolução não trouxe os efeitos pretendidos.

Sobre “torturados e torturadores”, temas-chave na construção do *Brasil: Nunca Mais*, Giordani apresenta uma incisiva crítica ao relatório de 1985, e realiza diversos ataques ao seu conteúdo. Também crítica a própria redação original de seu livro, escrita em 1986, apresentando um novo posicionamento em relação à tortura. Ele, em 1986, se posicionava radicalmente contra o uso da tortura contra elementos da esquerda, negando-o, implicitamente – e assegura que estava errado.

Mas seu erro nada tem a ver com aceitar (o óbvio) o exposto na denúncia da Arquidiocese de São Paulo contra os inúmeros casos de tortura. Pelo contrário. Afirmar que apenas não aceitava que práticas de tortura acontecessem contra “elementos da esquerda” devido a sua ignorância com relação ao preparo, à determinação e à crueldade dos quadros subversivos que optaram pela luta armada. Ou seja, para ele, a tortura se justifica, sim, quando serve para eliminar terroristas-subversivos-comunistas-de esquerda.

Além disso, quando negou a existência do crime de tortura, o fez pelo seu arraigado dever em proteger a boa imagem das Forças Armadas e, principalmente, a do Exército. Uma proteção que pode ser baseada, inclusive, em afirmações falsas e sem sentido, já que o *Nunca Mais*, publicado um ano antes, trazia uma extensa documentação – militar – em que a tortura era literalmente exposta.

Neste momento do livro é possível sentir que os ânimos durante a escrita de Giordani estavam exaltados. Este é, certamente, um tema que incomoda o autor – talvez, justamente, por ser uma das principais contraposições ao *Brasil: Nunca Mais*. Além de atacar pessoalmente o Cardeal Arns, importante personagem na construção do relatório de 1985 e da defesa dos direitos humanos; o *Brasil: Sempre* defende a tortura. E o faz baseando-se na escrita do livro ao qual se opõe.

No capítulo *Tortura em crianças, mulheres e gestantes*, do *Nunca Mais*, encontra-se:

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre as relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar para incriminar seus maridos (Brasil: Nunca Mais, 2014: 41).

Giordani responde, diretamente, ao *Nunca Mais* com a intenção de “esclarecer o que houve e o que não houve sobre a aplicação da tortura como método de repressão a subversivos e/ou terroristas” e, mais do que isso: defendendo a tortura.

Ora, a afirmação [do *Nunca Mais*] é tão mentirosa, tão repugnante que nem merece comentário. Reporto-me aqui à “QUARTA PARTE” de *Brasil: Sempre*, na qual estão relacionados todos os atentados e assassinatos perpetrados pela esquerda armada contra brasileiros e estrangeiros, sendo que a maioria dessas vítimas foi sacrificada sem que tivesse o menor liame com o aparato repressivo montado para sustar a guerra suja desencadeada pelos “inocentes terroristas”, tão defendidos e enaltecidos por essa corja de “religiosos”, autores de *Brasil: Nunca Mais* (Giordani, 2014: 216).

As agressões e contraposições ao *Nunca Mais* continuam, agora relacionados à ideia de bem *versus* mal gerada pela “guerra”, que colocou de um lado *defensores do regime* e, de outro,

subversivos e terroristas. Essa oposição de duas forças, essa ideia de guerra, de luta contra o terror, e de prática de tortura justificada por questões político-ideológicas, são ressaltadas pelo autor:

Afinal, quem começou a guerra? Foram as crianças, as mulheres grávidas? Dizer que mulheres e crianças foram torturadas pelo Regime Militar e/ou pelo aparato repressivo à subversão transcende à leviandade: é querer justificar os atos mais absurdos, mais cruéis, mais sanguinários dos que, devidamente treinados para tanto, tiveram a trágica iniciativa de desencadear contra a sociedade brasileira o que há de mais repulsivo na face da Terra: a tomada do Poder através de atos terroristas, estes, sim, indiscriminados, a exemplos de inúmeros atentados levados a efeito pelas organizações subversivas que atuaram com tal propósito (Giordani, 2014: 216-217).

E finaliza:

Então, é preciso dizer que o chamado “Sistema Repressivo” montado pelo Estado (inicialmente, a Operação Bandeirantes – Oban – e, posteriormente, os CODI-DOIs, em âmbito nacional) para combater a guerrilha, mais precisamente o terrorismo urbano, nada mais foi do que o antídoto contra o veneno disseminado. A verdade é que NÃO COMEÇAMOS A GUERRA. FOMOS LEVADOS A ELA. VENCEMOS. VENCEREMOS TODAS AS VEZES QUE A REINICIAREM (Giordani, 2014: 217).

Dito isso, podemos concluir que, para a memória militar representada por Giordani, não só houve tortura, mas que ela foi justificada como imprescindivelmente necessária, a fim de dismantelar o aparato do terror. E para acompanhar suas declarações, o autor cita inúmeros casos internacionais (em especial aqueles que se relacionam com a temática EUA *versus* Oriente Médio; e a Colômbia, com as FARC) que se utilizam da tortura como forma legítima de combate ao terrorismo.

No tópico sobre a Doutrina de Segurança Nacional, também são encontradas oposições e respostas ao conteúdo de *Brasil: Nunca Mais*. O primeiro ataque direciona-se à Igreja Progressista, baseada na Teologia da Libertação e que, segundo Giordani, “adota Marx, ao invés de Jesus, como referência de Salvação”. O autor retoma um discurso sobre Estado laico, liberdade religiosa e a proibição de intolerância religiosa – assegurando que a Igreja Católica goza de um estatuto privilegiado, recebendo tratamento especial. Assim, afirma que a Igreja tem interferido no Estado e na política brasileira de modo ilegal, importuno, intruso e antiético; contribuindo a favor de terroristas.

Não teria aqui maiores motivos para discorrer sobre “Doutrina de Segurança Nacional”, não fosse o tema ter sido abordado, de modo capcioso, inverídico e temerário, no livro *Brasil: Nunca Mais*, confeccionado e editado sob os auspícios da Arquidiocese de São Paulo em colaboração com o Conselho Mundial de Igrejas (Giordani, 2014: 233).

O *Brasil: Nunca Mais* realiza uma análise da Doutrina de Segurança Nacional a partir das primeiras críticas sistematizadas à ideologia imposta pelo Estado, que começaram a surgir em 1968, após a elaboração da Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei 314). O relatório

também aborda a questão da Escola Superior de Guerra, e o desenvolvimento de uma teoria de direita voltada para a intervenção no processo político nacional.

Para o *Nunca Mais*, a concepção doutrinária que se erigiu em ideologia oficial das Forças Armadas, após 1964, voltada para a caça do “inimigo interno”, impôs remodelações profundas na estrutura do sistema de segurança do Estado. O manto dos Atos Institucionais e autoridade absoluta dos mandatários militares serviriam como proteção e salvaguarda do trabalho das forças repressivas, quais fossem os métodos utilizados (BNM, 2014: 70).

Giordani rebate o conteúdo do relatório de 1985, defendendo a máxima de que nenhum governo conseguiria prosperar sem uma estrutura de Inteligência. E, do mesmo modo, nenhum Estado teria condições de desenvolver uma política de segurança sem que, primeiro, desenvolva um sistema efetivo de informações (Giordani, 2014: 242). Para justificar seus argumentos, faz a comparação entre a Lei nº 4.342, de 1964 (que criou o Sistema de Segurança Nacional), e a Lei nº 9.883, de 7/12/1999 (que criou a Agência Brasileira de Inteligência), no período dito como “democrático”. Ainda, enfatiza e transcreve, na íntegra, todas as leis existentes no Brasil sobre a temática.

O *Nunca Mais* também reconhece a existência de um aparato legislativo sobre o tema da segurança nacional, afirmando que a Doutrina projetou leis e regras sobre todos os setores da vida da nação e, até mesmo, fora dela. Defende que é equivocado pensar que a referida doutrina consubstancia, em termos legais, unicamente na lei homônima. A Lei de Segurança Nacional seria aquela que concentra e condensa todos os critérios e conceitos designados pela doutrina; mas o espírito geral desse pensamento conservador espalhou-se por um vasto campo da legislação nacional e das instituições do Estado (Brasil: *Nunca Mais*, 2014: 73).

Giordani defende que todas essas leis foram decretadas pelo Congresso Nacional, o que, segundo ele, derruba a afirmação de que “a doutrina de segurança nacional aboliu a subordinação dos militares ao poder civil e a não intervenção no processo político”. O autor defende que em nenhum momento do regime militar o país ficou sem Constituição, e em apenas duas oportunidades o Congresso foi fechado. De outra parte, o Poder Judiciário deixou de funcionar, e os direitos e garantias individuais nunca ficaram sem o resguardo do *habeas corpus* e do *mandado de segurança* (Giordani, 2014: 247).

Na *Sexta Parte de Brasil: Sempre*, são apresentadas as “origens do mal”: marxismo e comunismo, e discorre-se sobre os principais autores, pensadores, teorias e influências dessas linhas de pensamento. São apresentadas algumas experiências de atuação – principalmente os casos soviéticos – com a intenção de se realizar uma propaganda contrária. Além disso, são citados os nomes de algumas personalidades e/ou estadistas do século XX que contribuíram

direta ou indiretamente, para a queda do comunismo. Entre eles: Augusto Pinochet, Jorge Rafael Vidella e Emílio Garrastazu Médici – três responsáveis pela manutenção dos regimes civis-militares em países da América Latina. Além deles, em clara afronta à questão da Igreja (presente no *Nunca Mais*), o autor cita João Paulo II como parte do grupo de anticomunistas.

A *Sétima Parte* do livro é dedicada à temática da *Subversão*, e foi escrita com base em fonte da Escola Nacional de Informações. Giordani se contrapõe ao prefácio do *Brasil: Nunca Mais*, escrito por Dom Paulo Evaristo Arns, em que comenta sobre os tempos da mais intensa busca dos chamados “subversivos” com três conclusões elaboradas a partir dele. A primeira, de que o próprio cardeal Arns confessa seu apoio aos parentes dos subversivos, e deixa implícito que era o homem de confiança daqueles que lutavam contra o regime. A segunda, de que em momento algum de sua vida, o cardeal se preocupou em dar amparo (moral ou religioso) às vítimas do terror de esquerda. E, por fim, como uma soma de premissas, o autor conclui que Arns não só apoiava e incentivava a subversão; mas que desejava a instauração, no Brasil, de um regime semelhante ao de Cuba (Giordani, 2014: 293).

Esse capítulo do *Brasil: Sempre* oferece, então, o que denomina de “pequeno arsenal para os que pretendem combater o comunismo”, passando por questões de motivação, de como grupos comunistas se organizam, quais os seus objetivos, redes de apoio, e onde encontra-los.

Na *Oitava Parte*, denominada de *Igreja subversiva*, Giordani reitera os ataques ao grupo responsável pela organização do *Brasil: Nunca Mais*, trazendo argumentos que relacionam a Teologia da Libertação à existência do pensamento e da ação marxista no seio da Igreja, e que consideram a atuação da esquerda no campo religioso, praticada por, principalmente, bispos, a mais perigosa forma de ameaça à segurança interna, em termos de subversão (Giordani, 2014: 340). Ressalta que é imprescindível reconhecer na subversão clerical uma das principais armas modernas da agressão comunista; e conclui que, enquanto não houver, no Brasil, um verdadeiro estadista na Presidência da República para neutralizar a ação ilegal da Igreja na vida pública brasileira, continuará existindo uma interferência dela no espaço político.

Na *Nona Parte* do *Brasil Sempre*, denominada *Diretrizes fundamentais*, o autor comenta sobre diversos temas; esboça e idealiza a “república de seus sonhos”, que é delineada a partir dos moldes do traçado ideológico do livro escrito por ele. Se trata de uma importante parte do livro em que, mesmo sem trazer a ideia de transição, o autor acaba inferindo como deveria ser a sociedade brasileira pós-1964, e após decorridos vários anos do compromisso da guerra ideológica. Principalmente ao discutir sobre questões que se relacionam com a estrutura do Estado e sua relação com a sociedade civil, se insere em muitos aspectos abordados pelos estudos de justiça transicional.

Em relação ao regime político brasileiro, defende que o “regime democrático no Brasil e o câncer que o corrói” (Giordani, 2014: 346). Na verdade, para ele, não importa o “nome do regime ou sistema”, desde que a segurança e a liberdade sejam consideradas princípios fundamentais, e que a propriedade privada seja respeitada como direito fundamental.

Ocorre que até os comunistas se dizem democráticos. Portanto, o termo democracia se banalizou de tal maneira que lhe atribuir um conceito, hoje, depende do grau da civilização que o utiliza. Aqui no Brasil, por exemplo, democracia significa corrupção, fisiologismo, engodo, mentira, desrespeito à Lei, libertinagem e burrice extremada (*Idem*).

O autor discute a temática da corrupção, e garante que a única forma de acabar com ela, ou transformar seus números a uma posição compatível à uma nação civilizada seria através de uma verdadeira revolução, que extirpe da nação o sangue podre (Giordani, 2014: 353). Além disso, debate o fator da educação, defendendo que, após a outorga da Nova Constituição pelo regime, dá-se início à revolução do ensino fundamental, uma vez que o sucesso de uma nação se assenta sobre a concretagem do saber e do nível de cultura do povo (Giordani, 2014: 390). Em relação à saúde, o autor apresenta uma visão condensada sobre o SUS (Sistema Único de Saúde), mostrando seus erros e entraves para definir sua versão para a solução dos problemas (Giordani, 2014: 405).

Giordani também ressalta o fator da segurança, defendendo algumas medidas/procedimentos de urgência, a partir da implantação do que denomina de “uma política nacional de segurança pública”, que compreende mudanças como a revogação da Lei de Execuções Penais e revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente; e a construção de presídios de segurança máxima em todos os estados brasileiros (Giordani, 2014: 413-414). No que diz respeito à condução da economia, defendendo que somente o capitalismo tem capacidade criativa capaz de diminuir as desigualdades existentes entre os seres humanos. Assim, seu modelo de Estado priorizaria o corte de gastos públicos, o modelo do livre mercado, a reforma tributária, e o investimento da indústria pesada (Giordani, 2014: 418).

Em relação à solução de um conflito histórico, a reforma agrária, Giordani defende o apoio aos assentamentos em que todos os beneficiados lograram êxito em suas atividades, a implantação de fazendas coletivas, e a formalização e efetivação de todos os assentamentos, com punição à qualquer tentativa de invasão ou depredação da propriedade privada (Giordani, 2014: 430-431).

Por fim, em relação às Forças Armadas, o *Brasil: Sempre* é enfático em apresentar seu quadro atual, mostrando o quanto foram sucateadas e colocadas em segundo plano, sem investimentos e adaptações exigidas pelo tempo, e pela importância de suas atividades. Por isso,

defende um investimento maciço na indústria bélica brasileira, a continuidade ao desenvolvimento de armas nucleares, e a designação do cargo de Ministro da Defesa como sendo privativo de Oficial General da ativa ou da reserva (Giordani, 2014: 450).

As últimas páginas do *Brasil: Sempre*, são destinadas a anexos, em sua maioria fotografias e manchetes da mídia, mas também listas e breves discussões, selecionados pelo autor sobre temas específicos. São cinco anexos no total, começando pelo memorial da subversão e do terror, com diversas fotografias de pessoas e movimentos de esquerda. Em seguida, há destaque para algumas realizações do período que compreende a Contrarrevolução de 1964; e também um comparativo entre o regime militar e os chamados governos democráticos.

Nesse comparativo, alguns temas ocupam maior relevância: empresas estatais; impostos; agências de fomento; usinas nucleares; incentivo ao investimento estrangeiro no Brasil e, principalmente, escândalos de corrupção. Nesse último, são listados todos os escândalos desde 1974, incluindo os acontecidos durante o regime militar, para que sua quantidade seja comparada com os ocorridos nos “governos democráticos”. É notório que os governos posteriores possuem um número muito maior de escândalos de corrupção. Entretanto, cabe sempre o convite para pensarmos em relação do sopesamento entre corrupção e violação de garantias individuais e de direitos humanos e, ainda, a questão da censura.

No terceiro anexo, o livro apresenta um breve perfil das principais vítimas da ditadura” – “honoráveis” subversivos e/ou terroristas. O autor defende que o direito à memória e à verdade devem ser garantidos ao povo brasileiro, que, segundo ele, muitas vezes recebe versões distorcidas de acontecimentos históricos. Por isso, o livro expõe breves relatos da história que “a esquerda radical não quer ver divulgada”, com fotos e matérias jornalísticas em relação a escândalos em que estão envolvidos candidatos da cena pública nos dias atuais.

No *Anexo IV*, encontram-se algumas fotografias do evento que Giordani denomina como “Outono Brasileiro” ou “A Revolução dos Jovens”, que teve início em junho de 2013 com a realização de diversos protestos e manifestações que se posicionavam contrários ao governo e à realidade das instituições brasileiras. A isso, o autor chama de *Enfim, no que resultou o período “democrático” gerido pelas esquerdas e pelos “direitos humanos” após o término do regime militar*. Trata-se, portanto, de uma discussão sobre justiça de transição em uma ordem prática; não apenas no que diz respeito ao seu conceito.

Entretanto, o apresentado no anexo trata-se de uma interpretação realizada a partir da concepção do autor, que garante que os eventos de 2013 são reflexo do constante combate e de todas as críticas dedicadas por ele, e muitos outros, contra a esquerda no Brasil. Segundo ele,

multidões foram levadas às ruas para colocar para fora sua insatisfação, sua desilusão e revolta contra governos e políticos que “assumiram o poder com o intuito de reverter o ‘nefasto e odiado’ período militar” (Giordani, 2014: 673).

No último anexo do livro, que se difere de todo o resto de seu formato e edição por estar em páginas coloridas e conter fotografias da mesma forma, Giordani apresenta a *repressão do Estado no período “democrático” ou pós-revolucionário de 1964, até o presente momento (1985/2014)*, em que se propõe a ilustrar o enfrentamento dos policiais contra traficantes e/ou envolvidos com a distribuição de drogas. Segundo o autor, o que diferencia um “terrorista de esquerda” e um “bandido comum” é, essencialmente, o fato de que, para o primeiro, o crime representou o “mais rendoso investimento”, uma vez que, tanto aquele que morreu, como o que sobreviveu, receberam amparo de indenizações ou pensões vitalícias, sendo considerados, também, como “heróis da luta armada” (Giordani, 2014: 699).

Resta saber, em última instância, se o “Período Democrático”, até agora exercido pela esquerda (“*vítima do Regime Militar*”), considerando a valorização que sempre levantou como bandeira – a dos Direitos Humanos – há de esconjurar a repressão policial ocorrida em seu período, de modo a estender aos inúmeros traficantes assassinados as mesmas indenizações e o mesmo reconhecimento recebidos pelos bandidos ideológicos (*Idem*).

Com isso, é possível perceber que Giordani é contrário às políticas inerentes à justiça transicional de concessão de reparações – tanto financeiras, como em relação à própria memória. Para ele, há uma visão muito clara sobre a legitimidade do regime militar e de toda a atuação do aparato repressivo; uma vez que a guerra ideológica deveria ser colocada ao fim, a qualquer custo – principalmente o da violência e da violação de direitos individuais.

O autor também se posiciona contrariamente ao discurso de defesa dos direitos humanos caracterizando-os como sendo “de esquerda”. E, por assim serem, não teriam nenhuma importância, e nenhuma relevância – nem no período logo após 1985, muito menos na atualidade. Giordani repete a máxima de que essa é uma pauta da esquerda e, portanto, demonstra toda a sua oposição, diminuindo e menosprezando o discurso, defendendo as violações realizadas sistematicamente ao longo da história brasileira, e se posicionando contrariamente a uma das premissas mais relevantes da justiça de transição.

Embora o posicionamento de Giordani apresente questões problemáticas em relação à história brasileira, principalmente em seu cenário de defesa irrestrita da atuação das Forças Armadas e da ditadura civil-militar, é possível concluir que *Brasil: Sempre* possui um objetivo específico: realizar uma contraposição ao *Brasil: Nunca Mais* em diversos aspectos. As escolhas temáticas são similares e, em muitos momentos, o relatório de 1985 é citado e transcrito. Além disso, a construção da defesa do autor também está relacionada com a temática

da memória, já que se pretende ao resgate da memória militar, se posicionando a favor de um acesso ao passado (o militar), e contrário ao silenciamento (dos militares). Em que pese a extrema necessidade e preocupação com as fontes utilizadas estejam muito mais presentes no *Brasil: Nunca Mais*, já que o autor, apesar de citar diversas obras, documentações e fotografias, se preocupa mais em narrar suas convicções pessoais, se situando como personagem da memória que busca defender, qual seja a do que denomina como movimento político-militar em defesa do regime democrático.

4.3. Uma outra história de denúncia argentina: *La otra campana del Nunca Más*

Com o fim do regime militar argentino, o *Nunca Más* se tornou motivo de disputa no interior das Forças Armadas, e alguns livros foram escritos por militares para enfrentar o relatório que, embora aceito pela opinião pública, consideravam falacioso. Esses livros se inseriam também no âmbito da vontade, e também necessidade, de transmitir suas memórias e impressões sobre o passado ditatorial às novas gerações, privilegiando, sempre, a contraposição à produção da CONADEP. Essas produções podem ser incluídas no *rol* de elaborações revisionistas e negacionistas acerca do regime militar argentino.

A obra escrita por Miguel Etchecolatz⁴¹, *La otra campana del Nunca Más*, e publicada em 1997 reúne todos esses atributos. O autor direciona sua escrita “aos jovens”, ao “homem comum”, e aos “quadros da própria Força”, e enfrenta o *Nunca Más* desde a sua capa, na qual apresenta as cores nacionais e um sino de ouro embrulhado com uma fita argentina, a fim de associar a posição do autor à ideia de nacionalidade. Ainda, na capa, a frase *Nunca Más*, bem como o questionamento de se a CONADEP, a Câmara Federal ou o Ministério Público cometeram crimes aparecem em vermelho, com o objetivo de liga-los à esquerda, por sua cor emblemática (Crenzel, 2014: 169). Assim, o ex-Comissário estabelece os campos antagônicos entre os “defensores da nação” e seus “inimigos”.

Outro elemento que chama a atenção, logo no subtítulo do livro, é a presença da frase *por la reconciliación de los argentinos*. Ao lado de sugerir uma contraposição ao relatório publicado em 1984, o autor, ainda, se opõe ao caráter de denúncia do primeiro documento,

⁴¹ Miguel Etchecolatz foi condenado, em 1986, a 23 anos de prisão pela Câmara Federal, que o considerou responsável por 91 casos de torturas, no período em que ocupava o cargo de Diretor Geral de Investigações da Polícia bonaerense, mas permaneceu em liberdade pela efetividade da Ley de Obediencia Debida. Após a revogação da Lei, Etchecolatz foi condenado, em setembro de 2006, à prisão perpétua por homicídio qualificado, sequestros e torturas.

objetivando, a partir de sua escrita, uma reconciliação dos argentinos – que, com o fim do regime, esteve dividida em dois lados: o dos contrários a ele, e o dos favoráveis.

A perspectiva da reconciliação é presença constante nas conceituações sobre justiça de transição, e também foi defendida tanto no *Brasil: Nunca Mais*, como no *Documento Final*, produzido pelo regime argentino em oposição ao *Nunca Más*. Embora forças contrastantes, o que se busca com essa ideia é romper com a perspectiva de *vencidos versus vencedores*, tratando o período militar como “passado”, e buscando a construção de uma sociedade sem antagonismos em sua transição. Em que pese seja uma atitude a ser considerada, é fato de que os objetivos de ambos os lados são bem claros, e uma verdadeira reconciliação teria que passar por um reconhecimento de certezas e excessos de ambos os lados, o que, certamente, seria difícil de ser encontrado.

Na introdução do livro, o autor afirma que diversos estudos refletiram os aspectos do terrorismo que esteve presente na história da Argentina, mas que, até o momento, a “verdade” não havia alcançado sua total nitidez, uma vez que ainda são necessárias respostas “ao homem comum” que deseja saber a realidade dos fatos. Com isso, comenta que, a partir de uma instrumentação sujeita a atender às necessidades políticas e ideológicas, o governo incentivou e promoveu o aparecimento do livro *Nunca Más*. Segundo ele, a intenção da publicação ultrapassou o que seria uma “justa reivindicação”, que transpôs racionalidade, e se configura como uma “manobra de vingança”.

(...) veíamos, oíamos y leíamos páginas escritas ensangrentadas por la suma de relatos movidos a impactar las fibras sensibles del hombre, porque el objetivo no era informar limpiamente, sino crear a través de la versión, un estado de repulsa (Etchecolatz, 1997: 7)⁴².

Etchecolatz critica o grupo responsável pela elaboração do *Nunca Más*, e ataca o fato de que a documentação utilizada na escrita do relatório é constituída pelos próprios guerrilheiros. Segundo ele, o que está presente no relatório é o testemunho da própria subversão, que acusa o derramamento de sangue causado por oficiais, suboficiais e agentes que defendiam os postulados e valores do sistema jurídico-político. *Son las palabras del terrorista, sus ideas, sus opiniones, sus apreciaciones*. É o movimento terrorista que fala através de suas múltiplas formas de expressão, com suas linguagem e filosofia particulares (Etchecolatz, 1997: 8).

Por fim, a introdução do livro se propõe à defesa do período repressivo e das diversas formas de luta contra a subversão. Defende que, para frear a “paranoia revolucionária” que se

⁴² Tradução livre. Vimos, ouvimos e lemos páginas sangrentas escritas pela soma de histórias movidas para impactar as fibras sensíveis do homem, porque o objetivo não era informar de maneira limpa, mas criar, através da versão, um estado de repulsa.

exaltava frente a ausência de uma legislação especial de salvaguarda da “ordem pública”, o governo decretou a intervenção das Forças Armadas e confia a elas a planificação, execução e condução das operações destinadas a aniquilar as organizações subversivas e suas ações (Etchecolatz, 1997: 9). Para o autor, o sacrifício de muitas vidas seria poupado se o governo militar, empenhado na necessidade de restaurar rapidamente a paz interior na Argentina, tivesse (e como se não tivesse feito) seguido a medida adotada pela Corte Suprema de Justiça de Israel, aprovando o “uso de torturas para os interrogatórios nos casos em que se a vida de outras pessoas se encontra em risco, e quando há fortes suspeitas de que o detido guarda informações sobre como evitar essas mortes” (Etchecolatz, 1997: 10).

O relatório da CONADEP, de 1984, apresenta documentos, testemunhos e dados que não apenas desmentem a intenção do governo de “poupar vidas”, como também destaca que a tortura foi um meio legítimo de luta contra a subversão, e seu uso foi feito indiscriminadamente.

Considerando-se solidário ao respeito dos “bons argentinos”, o autor declara: *no más.... al Nunca Más*, defendendo que sua obra pretende mostrar a verdade sobre o período ditatorial argentino, para uma real apreciação dos fatos, e em defesa da memória militar do período.

No prólogo do livro, escrito, em 1983, por Jorge Vicente Schoo, Comissário Geral das Forças Armadas, encontram-se elementos formadores da consciência do autor. Nesse texto, alega-se que Etchecolatz não sente nenhum arrependimento, e não há, em sua fala, nenhum vestígio de culpa, porque atuou “por Cristo” e “pela pátria”. O derramamento de sangue argentino, dos dois lados, foi resultado de uma conjuntura em que a subversão queria destruir os mais caros símbolos pátrios e a essência da nacionalidade argentina. A obrigação de matar foi realizada em defesa própria, e em defesa da pátria (*Idem*).

Ainda no prólogo, é defendida a ideia de que o momento em que se encontrava a Argentina era de “gravidade extrema”, e de que a pátria se encontrava em gravíssimo perigo, pois estava sendo minada em sua estrutura: a fé cristã. Como conclusão, o Comissário ressalta as confusas e contraditórias situações em que se encontrava a sociedade argentina na década de 1980, não desconsiderando uma nova possibilidade de enfrentar “o mesmo inimigo de dentro e de fora”, que se encontrava retraído, mas não “completamente aniquilado” (Etchecolatz, 1997: 12).

Os dois primeiros capítulos do livro tratam sobre a infância do autor, e seu ingresso nas Forças Armadas. Destaca, com muita honra, a designação que recebeu para assumir a responsabilidade operativa na luta contra as organizações terroristas.

O título do terceiro capítulo é enfático em defender a opinião do autor: *Fue una guerra subversiva*. Para ele, a única forma de poder compreender os fatos que ocorreram na década de

1970, na Argentina, é localizar-se nas circunstâncias daquele tempo, no clima de terror e na atmosfera que cercou o desenvolvimento de uma guerra interna. Nessa guerra, segundo ele, o inimigo da nação – tal como definido pelo governo e como assentiu a maioria da população –, apareceu com características desconhecidas.

Nesse sentido, é importante refirmar a presença de elementos civis e militares na construção do inimigo, e na legitimação de um Estado de repressão. Uma grande parcela da sociedade civil assentiu com a luta anti-subversiva, e defendia princípios nacionais e cristãos que consideravam estarem sendo atacados. Em que pese o reconhecimento das atrocidades cometidas pela ditadura argentina seja de amplo conhecimento da população atual – ao que muito se deve à publicação e disseminação da leitura do *Nunca Más* – no período ditatorial a contrariedade ao regime não era unanimidade.

Para o autor, a Argentina “daqueles anos” conheceu a intimidação pública e o clima geral de insegurança, causado pelas operações de guerrilha, e pela existência de organizações revolucionárias (ERP e Montoneros), que possuíam auxílio e influência advindos da Europa, América Latina e do Sudeste Asiático; e cujo objetivo era o de alcançar o poder do Estado – que havia perdido o monopólio do uso da força desde 1970. Para ele, a guerrilha havia superado as forças policiais, e não cabia outra alternativa real que não usar o último recurso: o emprego das Forças Armadas como uso legítimo da força pelo Estado (Etchecolatz, 1997: 21).

No momento em que trata sobre a violência e o Estado, Etchecolatz se apropria de discursos da República de Weimar, na Alemanha, e de outras experiências históricas que se destacaram pelo uso da violência de Estado para garantir “a paz e a ordem”, para justificar a suspensão temporária de direitos, como a liberdade individual e a liberdade de opinião; bem como a utilização de medidas drásticas de violência.

Em tom de denúncia, o autor afirma que, em agosto de 1966, realizou-se, em Cuba, a Conferencia Tricontinental de la Habana, na qual participaram representantes dos partidos comunistas e de outros grupos mais radicais da América e da África. Seus objetivos principais eram propiciar a luta armada revolucionária na América Latina; promover uma estratégia conjunta de movimentos revolucionários; e alcançar a solidariedade dos povos da América. Como consequência desse encontro, especialmente na Argentina, se organizou o denominado Exército de Liberação Nacional (ELN), que se dissolve, logo depois, em vários grupos que resolveram iniciar as ações subversivas dentro do país. Essa aparição de organizações armadas para a execução sistemática de atos violentos, para o autor, possuía a finalidade de desestabilizar o governo e obter o poder.

Ainda no momento de sua escrita, o autor argumenta que poucos se perguntam por que razão o terrorismo começou e concentrou seus ataques à polícia argentina. Segundo ele, a Polícia da Província de Buenos Aires teve mais mortos nessa luta do que o próprio Exército, Marinha e Aeronáutica, juntos. Assim, expõe uma lista de 334 casos de violência realizados por Montoneros no período que compreende maio de 1973 a agosto de 1985. Além disso, são denunciados, também, 60 casos terroristas cometidos no âmbito educacional.

Como parte das denúncias dos atentados cometidos por Montoneros e outros grupos subversivos, no período posterior a março de 1976, é realizada uma extensa lista com o número de vítimas de homicídios, e o total de assassinados entre membros do Exército (99), Marinha (11), Força Aérea (8), Polícia Federal (107), Polícia da Província de Buenos Aires (230), políticos (5), jornalistas (1), diplomatas (1), subversivos arrependidos (11), esposas de militares (3) e crianças (5), entre outros, totalizando 711 mortes. Além disso, o autor divulga uma extensa lista com nomes de vítimas de sequestros extorsivos; atentados terroristas; assassinados no Exército, Marinha, Força Aérea e Polícia Federal Argentina; entre outros.

O autor defende a razão que o fez escrever este livro, que tem como base a necessidade de se fazer conhecer a experiência vivida nessa luta pela paz e pela justiça. Toda a sociedade, em especial a juventude, deve tomar conhecimento de um penoso episódio. Sobre essa “guerra, defende o autor que se deve falar de “erros e acertos” porque, acima de toda a responsabilidade jurídica ou moral, deve-se primar pela verdade e o respeito de quem tem o direito de absoluto de conhecer a realidade. Por isso, e por considerar necessário, Etchecolatz aceitou que um conjunto de cidadãos lhe formulassem perguntas relacionadas com essa luta pela liberdade; e as transcreve no livro, como forma de defender sua opinião e postura frente os episódios que marcaram o período repressivo na Argentina (Etchecolatz, 1997: 112).

Ao ser questionado se considera o episódio da guerrilha como uma “guerra”, o autor responde que a caracteriza como uma “guerra extremamente cruel”, pois possuía influências e consequências que a distinguiam de um confronto convencional. Para ele, atuava sobre a mente do homem e sobre sua destruição física: não terminava no uso das armas, mas penetrava na psiqué, ocasionando um quadro realmente desolador (*Idem*). Defende que foi uma guerra contra um inimigo específico – a subversão – e alerta para o fato de que ele está adquirindo uma forma maior e mais perigosa do que antes. O autor defende que posturas críticas devem ser tomadas na análise e interpretação dos fatos, mas que se deve tomar cuidado com o fato de, com isso, não se aproximar do inimigo.

Argentina tuvo un enfrentamiento entre el bien y el mal. Empecemos a alejar al enemigo. No arriesguemos nuestra propia personalidad, nuestro estilo, nuestra herencia. Busquemos pasivamente con un sentido neutral la solución de nuestros

problemas, pero hagámoslo nosotros, sin que desde afuera nos indiquen qué debemos hacer. No empequeñezcamos a la Nación.

Repito, sólo los falsos defensores de los derechos humanos alzan la voz cuando se empeñan en defender a los agentes comunistas, pero no se ha escuchado su interés por repudiar los crímenes que ellos cometieron y cometen (Etchecolatz, 1997: 113)⁴³.

O autor se posiciona na defesa de que é lícito fazer em uma guerra (justa) tudo o que seja necessário para a defesa do poder público já que, após o aparecimento do fenômeno subversivo no país, a legislação penal estava incapacitada para reagir. Assim, quando responde à pergunta sobre qual sua sugestão a respeito da formação e preparação das forças de segurança e polícia depois da experiência pessoal e concreta nessa luta, alega que as Forças Armadas devem se estruturar fundamentalmente em duas dimensões. A primeira, no sentido de procurar um verdadeiro esclarecimento e fortalecimento do caráter ideológico, histórico, patriótico e religioso. A outra, a partir de uma atualização em tudo o que diz respeito aos distintos aspectos técnicos para estar em condições de enfrentar o inimigo, se a ação se repetir (Etchecolatz, 1997: 114).

Ao responder sobre a presença de setores da Igreja comprometidos com a guerrilha, Etchecolatz afirma que “não apenas sacerdotes, mas também religiosos integrantes da hierarquia”. Para ele, essa foi uma tentação cometida pela Igreja em sua dimensão histórica e humana, confundindo-se com os problemas terrenos e “esquecendo” do reino de Deus (Etchecolatz, 1997: 117). Mas ressalta: está se referindo à Igreja como instituição histórico-temporal, e não como criação sobrenatural – já que essa última persistirá até os últimos dias, como disse Cristo.

Em um tom de pesar, o autor afirma que haviam agentes infiltrados nas instituições militares, tratando o tema como uma “idiossincrasia”. Para ele, isso mostra a gravidade do momento e o grau de virulência que havia alcançado a ação inimiga. E ao responder sobre a possibilidade da existência de crueldade na guerra antiterrorista, afirmou que a crueldade sempre está presente na guerra, e que não havia nenhuma satisfação em causar a morte de alguém. No entanto, se era isso o que deveria ser realizado para “banir um mal que queria submeter uma implementação ideológica”, com a intenção de desvirtuar a identidade cristã argentina (Etchecolatz, 1997: 125). Nessas mesmas páginas, o autor não manifesta nenhum sentido de culpa e, pelo contrário, afirma que foi “guardador de preceitos divinos” e que “voltaria a fazê-lo”.

⁴³ Tradução livre. A Argentina teve um confronto entre o bem e o mal. Começamos a afastar o inimigo. Não vamos arriscar nossa própria personalidade, nosso estilo, nossa herança. Busquemos passivamente, com um senso neutro, a solução de nossos problemas, mas façamos isso, sem nos dizer de fora o que devemos fazer. Não vamos diminuir a nação. Repito, apenas falsos defensores dos direitos humanos levantam suas vozes quando insistem em defender agentes comunistas, mas seu interesse em repudiar os crimes que cometeram e cometeram não foi ouvido.

Ao tratar sobre a CONADEP, questiona-se sobre diversas conclusões e analisa diversos casos que considera terem sido julgados com imparcialidade. Para ele, os integrantes da Comissão, infringindo a lei, burlando a confiança e a expectativa da sociedade argentina, estavam em seu direito de ameaçar e comprar vontades na ansiedade pela vingança (Etchecolatz, 1997: 201). O autor tenta construir uma verdade antagônica ao *Nunca Más*. Enquanto a CONADEP reconhecia os desaparecidos como vítimas inocentes, o autor os descreve como subversivos, marxistas, guerrilheiros e terroristas, inseridos em toda a sociedade. Há uma negação dos desaparecimentos, alegando que foram “terroristas mortos em combate”. No mesmo sentido, os justifica como o “preço terrível da guerra”.

Resulta impensable que la totalidad de estos hechos puedan responder a una estricta planificación con fines políticos. Sin embargo, muchas de las más importantes acusaciones contra las Fuerzas Armadas argentinas no aparecieron por la voluntad de simples particulares, ni del esfuerzo desinteresado de ciertas entidades. Fueron, en cambio, minuciosamente elaboradas, perfeccionadas hasta en sus menores detalles por las propias organizaciones subversivas que de este modo buscaron el triunfo político que se les había escapado en el terreno militar (Etchecolatz, 1997: 190)⁴⁴.

O autor comenta sobre as inúmeras denúncias sobre violações aos direitos humanos na Argentina, apresentadas pelas mais diversas entidades e pessoas. No entanto, considera que a bandeira da defesa dos direitos humanos está atrelada à fins políticos. Há uma crítica à sociedade civil organizada, tratando-a como resultado de grupos subversivos que buscam na denúncia das supostas violações de direitos humanos durante o período militar uma maneira de ascenderem politicamente. Para Etchecolatz, assim como para Giordani, as diversas acusações contra as Forças Armadas são fruto do posicionamento favorável à postura das esquerdas durante o regime e, portanto, devem ser considerados como servindo a interesses subversivos.

Seu livro condensa uma variedade de estratégias discursivas que incluem a negação dos crimes, sua justificação e relativização, e se propõe como uma verdade eclipsada por uma grande conspiração, produto do relato legitimado sobre o passado da cultura e da imprensa – todos argumentos similares aos utilizados pelo revisionismo do nazismo e outros genocídios (Crenzel, 2014: 172). Expressa, por fim, o reconhecimento da memória e de sua transmissão como arenas específicas de lutas, nas quais o *Nunca Más* é imaginado como a versão dominante e, devido a essa condição, a discute de maneira privilegiada.

⁴⁴ Tradução livre. É impensável que todos esses fatos possam responder a um planejamento estrito para fins políticos. Contudo, muitas das acusações mais importantes contra as Forças Armadas argentinas não apareceram pela vontade de indivíduos simples, nem pelo esforço altruísta de certas entidades. Eles foram, no entanto, meticulosamente elaborados, aperfeiçoados até nos mínimos detalhes pelas próprias organizações subversivas que, assim, buscavam o triunfo político que lhes escapara no campo militar.

5. Considerações Finais

Os momentos de abertura ou transições políticas, em que ocorrem mudanças institucionais e na relação entre Estado e sociedade, habilitam uma esfera pública e nela podem se incorporar narrativas antes silenciadas e gerar também novos relatos. Por vezes, as memórias de quem foi oprimido e marginalizado – de quem foi afetado pela prisão, tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados ou exílio – surgem com a pretensão de dar a versão “verdadeira” da história através do seu testemunho, e exigir justiça. Nesses momentos, memória, verdade e justiça parecem confundir-se (Teles, 2011: 464).

Estas conjunturas mostram que os processos de recordar ou suprimir a memória não ocorre, de forma linear, e nem correspondem diretamente ao tempo cronológico. Não se apresentam na contraposição simples entre Estado e sociedade e, tampouco, o Estado se manifesta de maneira unitária; eventualmente, ele se articula com a multiplicidade de sentidos do passado em disputa. Esses momentos representam “um novo intento fundacional” (Jelín, 2002: 43-44), onde estão em conflito novas e velhas leituras do passado.

O direito subjetivo à memória nem sempre consegue dar conta de todas as contradições objetivas da história. Pode abrir espaço para vitimizações, para distorções ideológicas, para invenção de um passado que nunca existiu. As narrativas construídas em processos de superação de violências políticas e terror de Estado nem sempre são caminhos para a verdade histórica, pois também estão marcadas pelos traumas, pelo indizível, pelas feridas abertas mesmo entre as vítimas maiores, pelas dissidências políticas entre os grupos derrotados, abafadas, mas não superadas. Quando as ditaduras acabam, ninguém quer pagar a conta. A sociedade, mesmo a parte conivente, se diz vítima. Grupos sociais que aderiram se afirmam como resistentes. Militantes que apostavam na guerra revolucionária se colocam como vítimas. Militares que cerravam os dentes e aplaudiam a repressão se dizem reféns das circunstâncias. O trauma também é histórico (Napolitano, 2014: 249).

As políticas de memória, o estatuto de verdade e o lugar do testemunho se formatam de maneiras diversas, conforme o país, e dependem dos processos de transição. Em transições negociadas com os militares, a tendência é que os conflitos se acirrem menos, impondo-se uma memória hegemônica atenuante que neutraliza as vozes que clamam por justiça.

Na busca pelos direitos das vítimas e por democratização, a justiça de transição pressupõe a efetivação de iniciativas administrativas, jurídicas e legais complementares, de respostas jurídicas à investigação e à responsabilização, de políticas públicas de reparação ao desenvolvimento de direitos econômicos, sociais e culturais às vítimas das violações dos

direitos humanos; de reformas institucionais que transformem as estruturas do Estado de direito; e de políticas de memória que implementem memoriais e outros espaços públicos que possibilitem a ressignificação da história do país e aumentem a consciência moral e histórica sobre os erros do passado (Rosa, 2017: 237).

Os relatórios *nunca mais* possibilitaram uma ampla tomada de consciência coletiva em relação à amplitude da política repressiva da ditadura. No que se refere aos marcos de memória, representaram um ato de fundação na construção da memória sobre a repressão política desse período. Os projetos definiram, em grande medida, o lugar dos sobreviventes, trazendo a público um exaustivo levantamento a respeito dos crimes, das vítimas e dos perpetradores fundamentado, exclusivamente, pela documentação encontrada nos arquivos da Justiça Militar. Este núcleo organizacional influenciou decisivamente a opinião pública e, ainda hoje, é uma contribuição fundamental para a sistematização de denúncias dos crimes do período ditatorial. As operações da memória influenciadas por este trabalho têm se prolongado em desdobramentos, construídos lentamente.

A transição brasileira foi longa, tutelada pelos militares, com grande controle sobre o sistema político, apesar do desgaste de anos ocupando o poder de Estado. Foi altamente institucionalizada na forma de leis e salvaguardas. Foi negociada, ainda que as partes fossem assimétricas, posto que os civis liberais e moderados foram ganhando um espaço paulatino no sistema político até voltarem ao Poder Executivo federal em 1985. Além do mais, a hegemonia liberal e moderada, nesse processo, neutralizou as demandas por justiça da esquerda atingida diretamente pela repressão.

A argentina, teve a peculiaridade de colocar o tema da “justiça” em foco. Um dos enfoques desse processo político foi a maneira com que o novo governo democrático iria encarar as demandas por condenações às violações aos direitos humanos durante a ditadura. Com a transição, teve início a construção de uma memória que não só procurou desconstruir o imaginário produzido pela ditadura, mas passou a representa-la como um teatro de horrores (Capelato, 2006: 69). A sociedade civil fazia coro com as organizações de direitos humanos que denunciavam os crimes da ditadura, e, já no fim do regime, os militares não estavam em condições de negociar – mas apenas de destruir grande parte da documentação concernente à repressão.

Nesse contexto, inserem-se os relatórios de denúncia *Nunca Más* e *Brasil: Nunca Mais*, como instrumentos de publicização das graves violações de direitos humanos cometidas durante os períodos repressivos, e lideradas pelo aparato estatal das ditaduras. Embora muito se assemelhem em sua estrutura e seus objetivos, suas diferenças devem ser ressaltadas, como

forma de compreendê-los como experiências individuais e inseridas em contextos, que embora repressivos, também se distanciam.

O estudo comparativo dos casos ora estudados, contudo, não foi pautado por um intuito reducionista de estabelecer quem lidou melhor com seu passado ditatorial. Embora tenhamos uma tendência de analisar o caso argentino como modelo em termos de acerto de contas, percebe-se, ao longo da pesquisa, que o caminho trilhado por nossos vizinhos também é alvo de críticas e questionamentos. Pode-se apontar que a diferença entre transições pactuadas e por ruptura explicam, de maneira parcial, a diferença nos governos democráticos que sucederam os militares.

A construção da memória da ditadura, com suas ênfases sobre o que recordar e o que destacar, foram se modificando ao longo do tempo e, por esse motivo, Jelín insiste na necessidade de se historicizar a memória, pois as mudanças nos cenários políticos e a entrada de novos atores sociais e as alterações de sensibilidade implicam em transformações dos sentidos do passado (Jelín, 2002: 39-43). Ao referir-se às lutas políticas da memória nas transições democráticas da região, procura mostrar que não há uma única memória, nem uma única interpretação do passado, havendo oposição entre memórias rivais. Nessa luta da memória contra memória, cada qual apresenta seus próprios esquecimentos e silêncios.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de se contrastar a memória dos *nunca mais* com a memória militar que se propôs a contrapô-los. O *Nunca Más*, por exemplo, continha uma proposta de pacificação que não foi aceita sem resistência: a direita reclamava que o *Informe* não se referia aos crimes cometidos pela guerrilha. O *Brasil: Nunca Mais* foi vítima de publicações negacionistas e revisionistas que buscam desmentir as denúncias realizadas, taxando-as como uma obra subversiva e de defesa da ideologia de esquerda.

As dívidas históricas e a impossibilidade de ampla interpretação e conhecimento da História são motivos para os impasses sofridos tanto pelos grupos e mecanismos de defesa dos direitos humanos, como para a sociedade e a própria atuação e consolidação da justiça transicional. Para que justiça de transição seja, de fato, consolidada, a justiça, a verdade, a memória, o acesso à informação, e a reformulação das instituições devem seus eixos orientadores e fundamentais. Há, portanto, uma necessidade histórica de (re)construção da memória e da verdade.

O direito à memória e à verdade, por fim, atendem ao interesse de toda a sociedade, funcionando como elemento de consolidação da cultura democrática. São, também, fatores de integração social e ampliação da narrativa sobre o passado. Toda sociedade tem o direito de conhecer a sua História, do que decorre o dever que tem o Estado de garantir meios para que

todos os cidadãos, quer tenham ou não vivido um passado repressivo, possam acessar esse passado.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS – CONADEP. **Nunca Más**. Buenos Aires, Sept. 1984. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/investig/articulo/nuncamas/nmas0001.htm>>.

Fontes Secundárias

ETCHECOLATZ, Miguel O. **La otra campana del Nunca Más**. 1997.

GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil: Sempre**, 2014.

Junta Militar Argentina. **Documento Final**. 1986. Disponível em: Militar. http://www.memoriaabierta.org.ar/materiales/documento_final_junta.php

KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. **Pau de arara: a violência militar no Brasil**: com apêndices documentais; notas e versão direta do português por Flávio Tavares. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001, v.1.

ABRUCIO, F. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo, HUCITEC. 1998.

ACUÑA, Carlos H; SMULOVITZ, Catalina. O Ajuste das Forças Armadas à Democracia: Sucessos, Fracassos e Ambiguidades no Cone Sul. In: JELIN, Elizabeth & HERSHBERG, Eric (orgs.). **Construindo a Democracia: Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2006.

AGEITOS, Stella Maris. **Historia de la impunidad: de las actas de Videla a los indultos de Menem**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2002.

AQUINO, Maria Aparecida de (org.). **A constância do olhar vigilante: a preocupação com o crime político**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. (Dossiês DEOPS; 2).

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Memória e debate sobre a luta armada no Brasil e na Argentina. In: **História e memória das ditaduras do século XX**. Volume 2. QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (orgs). Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

AYMARD, Maurice. “¿Qué historia comparada, hoy?”. In: BONAUDO, Marta; REGUERA, Ana; ZEBERIO, Blanca (coords.), **Las escalas de la historia comparada. Tomo i: dinámicas sociales poderes políticos y sistemas jurídicos**, Miño Davila, Buenos Aires, 2008, pp. 13-25.

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios *Nunca Mais* na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. **Revista de História Comparada**, v. 2, n. 1 (2008). Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/135/127>>. Acesso em 20 janeiro 2020.

BAUER, Caroline Silveira. Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. 2ª Edição. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

BEIRED, José Luís Bendicho. Revisionismo histórico argentino. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Org.). **Dicionário crítico do pensamento de direita. Ideias, instituições e personagens**. Mauad, Rio de Janeiro, 2000.

BLOCH, Marc. “Pour une Historie Comparée des sociétés européennes”. In: **Mélanges historiques**. vol. 1, Paris: S.E.V.P.E.N., 1963. pp. 16-40.

BORGES, Bruno Barbosa. **Justiça de Transição. A Transição Inconclusa e as Consequências na Democracia Brasileira**. Curitiba: Juruá, 2012.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**. Promulgado em 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em 20 janeiro 2020.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. Tradução Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.

CÂMARA, Heloisa Fernandes. **STF na ditadura militar brasileira: um tribunal adaptável?** Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/48195/R%20-%20T%20-%20HELOISA%20FERNANDES%20CAMARA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 20 janeiro 2020.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papirus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a História. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 24, 61-81, 2006.

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)**. UFRB, 2012.

CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 117-140. 2011.

CAVIGLIA, Mariana. Nota necesaria. In: **Dictadura, vida cotidiana y clases medias: una sociedad fracturada**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

COOPER, Carolina Castelo Branco. **Os usos da História e o Supremo Tribunal Federal: a Lei da Anistia em questão**. 103 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

CRENZEL, Emilio. El prólogo del *Nunca Más* y la teoría de los dos demonios. Reflexiones sobre una representación de la violencia política en la argentina. **Contenciosa**, Año I, n. 1, segundo semestre 2013 - ISSN 2347-0011. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/12261/CONICET_Digital_Nro.15342.pdf?ssequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20 janeiro 2020.

CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más**: la memoria de las desapariciones en la Argentina. 1ª Edición. 1ª reimpr. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

CRENZEL, Emilio. Políticas de la memoria en Argentina. La historia del informe *nunca más*. **Papeles del CEIC**. v. 61, n. 2. Setembro/2010. Disponível em: <<http://www.identidadcolectiva.es/pdf/61.pdf>>. Acesso em 20 janeiro 2020.

CRUZ, Sebastião C. Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In: ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de & SORJ, Bernardo. (orgs.) **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D.; CASTRO, Celso (org.) **Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Decreto nº 158/1983 Rede Latino Americana de Justiça de Transição. Orden presidencial de procesar a las juntas militares. Disponível em: <http://rlajt.com/?page_id=1562>. Acesso em 20 janeiro 2020.

Decreto nº 187/1983 – Criación de la CONADEP. Disponível em: <<http://rlajt.com/wordpress/wp-content/uploads/2017/06/Decreto-N%C2%BA-187.pdf>>. Acesso em 20 janeiro 2020.

FACHIN, Melina Girardi. Direito humano ao desenvolvimento e justiça de transição: olhar para o passado, compreender o presente e projetar o futuro. In: PRADO, Inês Virginia; PIOVESAN, Flávia. (org.). **Direitos humanos atual**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paul: Editora da Universidade de São Paulo – Fundação do Desenvolvimento da Educação. 1995.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>>. Acesso em 20 janeiro 2020.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

FONSECA, Victor. **Transições democráticas e Justiça. Entre o Imperativo Ético e os Constrangimentos Políticos**. [s/d]. 56p. Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF/Victor%20Fonseca.pdf>>. Acesso em: 6 de julho de 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (Res)Sentimento. Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

GALASSO, Noberto. Isabel Péron en la presidencia. In: **Historia de la Argentina: Desde los pueblos originarios hasta el tiempo de los Kirchner**. Buenos Aires: Colihue, 2012.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Os Direitos Humanos nos Processos de Democratização. In: JELIN, Elizabeth & HERSHBERG, Eric (orgs.). **Construindo a Democracia: Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2006.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

GONÇALVES, Marcos. Indesejáveis “Hermanos”. Os refugiados argentinos e o sistema de informações da ditadura brasileira, 1977-1979. **Revista de História Iberoamericana**, Año 2015, Vol. 8, Núm. 2.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2008.

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria (Org.). **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Madrid: Siglo XXI, 2003.

JELIN, E. The Politics of Memory: The Human Rights Movement and the Construction of Democracy in Argentina. **Latin American Perspectives**, v. 21, n. 2, p. 38-58, 1994.

JELÍN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo XXI, 2002.

JELIN, Elizabeth. Memoria y democracia. Una relación incierta. **Política**, vol. 51, núm. 2, 2013, Universidad de Chile. Santiago, Chile. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64529702007>> Acesso em 20 janeiro 2020.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LABORIE, Pierre. 1940-1944 Os franceses do pensarduplo. In: ROLLEMBERG, D. QUADRAT, S.V. **A construção social dos regimes autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LASTRA, Soledad. **Volver del exilio: historia comparada de las políticas de recepción en las posdictaduras de la Argentina e Uruguay (1983-1989)**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. 2016. Livro digital.

LIMA, Samarone. **Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MACHADO, Patrícia da Costa. **As Supremas Cortes de Brasil e Argentina frente aos crimes de lesa humanidade perpetrados pelas ditaduras**. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2015.

MARCHESI, Aldo. Memórias para cidadãos: uma leitura política dos informes *Nunca mais* do Cone Sul (1983-1991). In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (org). **História e memória das ditaduras do século XX**. Volume 2. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

MEZAROBBA, Glenda. De que se fala, quando se diz “Justiça de Transição”? **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, n° 67, 1º semestre de 2009.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. **Ensayo**. Historia y problemas del siglo XX. Volumen 2, Año 2, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v.8, p. 9-44, Londrina, 2015.

NOVARO, Marcos. Transición democrática y legados autoritarios en Argentina, Chile y Uruguay. **Studia historica. Historia Contemporánea**, 33, 2015, pp. 17-36. Disponível em: <http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/0213-2087/article/view/14492>. Acesso em 20 janeiro 2020.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A ditadura militar argentina 1976 – 1983. Do golpe de estado à restauração democrática**. Ed. Universidade de São Paulo

O'DONNELL, Guillermo. Notas para el estudio de procesos de democratización política a partir del estado burocrático-autoritario. **Desarrollo Económico**, n.º 86, vol. 22, julio/septiembre, 1982. Disponível em: <<http://de.ides.org.ar/desarrollo-economico-no-86/>>. Acesso em 20 janeiro 2020.

PADRO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**, 135 (2º), p. 11-33. 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. Memória e esquecimento das ditaduras de Segurança Nacional: os desaparecidos políticos. **História em revista**, v.10, 2004. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11658/7488>>. Acesso em 20 janeiro 2020.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSA, Johnny Roberto Rosa. **À perlaboração de um passado traumático: do reconhecimento das vítimas e atrocidades do passado à superação dos legados das experiências de violência da ditadura civil-militar no Brasil**. 264 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de Concentração: História Social. 2017.

SAMPAIO, José Adércio Leite; LEMOS, Eduardo Loureiro. Notas sobre o Direito à memória e à verdade. In: PRADO, Inês Virginia; PIOVESAN, Flávia. (org.). **Direitos humanos atual**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2014.

SARLO, Beatriz. **Tiempo Pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión**. Siglo Veinteuno editores Argentina, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In SELIGMANN-SILVA, Marcio. (org.). **História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Projeto História**, São Paulo, nº 30, 31-78, jun. 2005. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2255/1348>>. Acesso em 20 janeiro 2020

SELIGMANN-SILVA, Marcio. O Local do Testemunho. **Tempo e Argumento**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/1894/1532>>. Acesso em 20 janeiro 2020.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. Perspectiva histórica sobre Justiça de transição no Brasil: das certidões de “paradeiro ignorado” à criação da Comissão da Verdade. In: PRADO, Inês Virginia; PIOVESAN, Flávia. (org.). **Direitos humanos atual**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2014.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Verbete Justiça de Transição. In: **Dicionário de Direitos Humanos**. Escola Superior do Ministério Público da União, 2012. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 20 janeiro 2020.

TEITEL, Ruti. Genealogia da Justiça Transicional. *In.*: **Justiça de transição: manual para a América Latina**. REÁTEGUI, Félix (coord.). Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição. 2011.

TELES, Janaína de Almeida. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto *Brasil Nunca Mais* e a abertura da vala de Perus. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 19, n. 35. p. 261-298, jul. 2012.

TELES, Janaina de Almeida. Ditadura e Repressão. Paralelos e distinções entre Brasil e Argentina. **Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina**. Vol. 3, nº 4, 2014.

TELES, Janaina de Almeida. **Memória dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (USP), 2017.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. Coleção Estado de Sítio.

TORELLY, Marcelo D. **Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

VIDAL NAQUET, Pierre. **Os Assassinos da Memória**. “Um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1988.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira**. 1964 – 1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

VINYES, Ricard. Sobre vítimas e vazios, ideologias e reconciliações, privatizações e impunidades. *In*: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. (org.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Volume 2. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

ZYL, Paul Van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós conflito. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição** / Ministério da Justiça. – N. 1 (jan. / jun. 2009). – Brasília: Ministério da Justiça, 2009. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/2009revista_anistia01.pdf>. Acesso em 20 janeiro 2020.